



CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

A **CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS**, tem por objeto: “desenvolvimento de estudos e serviços de engenharia para elaboração do Projeto Executivo para Pavimentação das Estradas Rurais de Ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, iniciando em São José dos Pinhais na Rua Pedro Buhner, a 100 m da Rua Antônio Singer, seguindo pelas ruas Arcioto Claudino Barbosa, Domingos Benvenuto Moleta e Vereador Benvenuto Moleta, terminando no entroncamento com a Estrada Gilberto Palú, em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, com extensão total de 26,61 km, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo 01 deste Edital, na forma instituída pela Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei nº 8.666/93 e demais normas que regem a espécie”.



ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. CONVOCAÇÃO	4
3. OBJETO E PREÇO MÁXIMO	4
4. INTEIRO TEOR DO EDITAL	5
5. ESCLARECIMENTOS	5
6. IMPUGNAÇÃO	6
7. ALTERAÇÕES DO EDITAL	6
8. RECURSOS FINANCEIROS	7
9. ELEMENTOS INSTRUTORES	7
10. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
11. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS	10
12. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES	11
13. ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA	13
14. ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO	16
15. DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇO	16
16. ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	18
17. PROCEDIMENTO NA SESSÃO DE EXIBIÇÃO DOS ENVELOPES	24
18. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS	30
19. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	33
20. DA NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES	34
21. RECURSOS ADMINISTRATIVOS	34
22. TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	35
23. ADJUDICAÇÃO	36
24. GARANTIA DE EXECUÇÃO	37
25. CONTRATAÇÃO	38
26. SUBCONTRATAÇÃO	39
27. DISPOSIÇÕES REFERENTES À EXECUÇÃO CONTRATUAL	40
28. MEDIÇÕES E PAGAMENTOS	42
29. REAJUSTAMENTO	46
30. ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO	47
31. PENALIDADES	47



32.	DISPOSIÇÕES GERAIS	50
33.	ANEXOS	53
	ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA	55
	ANEXO C - MINUTA DO CONTRATO	165
	ANEXO C - MODELOS PARA PREENCHIMENTO	173



1. IDENTIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº05/2020
PROTOCOLO Nº 17.001.674-2

2. CONVOCAÇÃO

2.1 A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei Estadual nº 6.517/74 e transformada em autarquia pela Lei Estadual nº 11.027/94, doravante denominada **COMEC**, através da Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 39/2019, de 23 de outubro de 2019, expedida por seu Diretor-Presidente, nas condições enunciadas neste edital, modelos e anexos, na forma estatuída pela Lei Estadual nº 15.608, de 15 de agosto de 2007, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações aplicáveis à espécie.

MODALIDADE:	CONCORRÊNCIA
TIPO:	TÉCNICA E PREÇO
REGIME:	EXECUÇÃO INDIRETA – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
LOCAL:	SALA DE REUNIÕES DA COMEC RUA JACY LOUREIRO DE CAMPOS, S/N – 1º ANDAR CENTRO CÍVICO – CURITIBA – PR
DATA DE ABERTURA:	15 DE JANEIRO DE 2021
HORÁRIO:	14:00 HORAS

3. OBJETO E PREÇO MÁXIMO

3.1 A presente licitação tem o seguinte objeto: “desenvolvimento de estudos e serviços de engenharia para elaboração do Projeto Executivo para Pavimentação das Estradas Rurais de Ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, iniciando em São José dos Pinhais na Rua Pedro Buhner, a 100 m da Rua Antônio Singer, seguindo pelas ruas Arcioto Claudino Barbosa, Domingos Benvenuto Moleta e Vereador Benvenuto Moleta, terminando no entroncamento com a Estrada Gilberto Palú, em Madirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, com extensão total de 26,61 km, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo 01 deste Edital, na forma instituída pela Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei nº 8.666/93 e demais normas que regem a espécie”.

3.2 PREÇO MÁXIMO: R\$ 796.525,34 (setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, restando desclassificadas sumariamente as propostas que apresentarem valores superiores a este.

3.2.1 O PRAZO DE EXECUÇÃO: será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da emissão de Ordem do Serviço;

Página 4 de 200

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar | 80.530-140 | Curitiba I Paraná | (41) 3320-6900 | www.comec.pr.gov.br



3.2.2 O PRAZO DE VIGÊNCIA: contados a partir da data da publicação do contrato, acrescentando-se **120 (cento e vinte) dias** após decurso do prazo de execução.

4. INTEIRO TEOR DO EDITAL

4.1 Para a retirada do Edital e anexos os interessados deverão acessar o site www.comec.pr.gov.br (entrar na área “Institucional”, depois em transparência, na sequência em licitações entrar em concorrência e escolher esta licitação), e/ou o “Compras Paraná”, site www.comprasparana.pr.gov.br.

4.2 Os envelopes contendo as propostas e as documentações serão entregues na COMEC, sito a Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar, Curitiba, Paraná, até o momento da abertura do certame ou serão entregues no momento da abertura da Licitação para a Comissão Permanente de Licitação.

4.3 Todos os avisos pertinentes à presente licitação serão publicados no site www.comec.pr.gov.br (Entrar na área “Institucional”, depois em transparência, na sequência em licitações entrar em concorrência e escolher esta licitação) e/ou no “Compras Paraná” no site www.comprasparana.pr.gov.br, para todas as empresas que realizarem o cadastro na concorrência em tela no site do Compras Paraná será enviado e-mail automático avisando de qualquer alteração no edital, atas, convocações, questionamentos, impugnações, erratas, etc.

5. ESCLARECIMENTOS

5.1 Os pedidos de esclarecimentos a respeito das condições deste edital e assuntos relacionados ao presente certame poderão ser encaminhados pelos interessados, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, até 02 (dois) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura dos envelopes.

5.2 As consultas referentes a dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Edital deverão ser, obrigatoriamente, formuladas no site www.comprasparana.pr.gov.br, “questionamento”, “adicionar questionamento”, até no máximo a seguinte hora e data: **Até às 18:00 (dezoito horas) do dia 12 de janeiro de 2021.**

5.3 Os esclarecimentos serão comunicados formalmente a todas as Licitantes que disponibilizaram endereço eletrônico no momento da retirada do Edital no site www.comprasparana.pr.gov.br, especificamente para esta licitação.

5.4 Não sendo formuladas consultas até o prazo indicado no subitem 5.2 deste Edital, pressupõe-se que os documentos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das Propostas, não cabendo aos Licitantes, portanto, direito a quaisquer questionamentos posteriores.



6. IMPUGNAÇÃO

6.1 O presente Edital poderá ser impugnado em seus termos por ato escrito, motivado e fundamentado, endereçado ao Presidente da Comissão da Licitação, por qualquer interessado em participar da licitação no prazo de até 2 (dois) dias úteis anterior à data de abertura da sessão, ou por qualquer cidadão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis anterior à data de abertura da sessão.

6.2 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação do potencial licitante no respectivo certame, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

6.3 A impugnação deve ser protocolada no site da COMEC, através do sistema Eprotocolo, protocolo digital (Página inicial, opção 'registrar protocolo'), endereçada à Comissão Permanente de Licitações, à sito a Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar, Curitiba, Paraná. A impugnação também pode ser incluída no site www.comprasparana.pr.gov.br, em "impugnação", "incluir impugnação", sendo que neste caso, havendo documentos originais digitalizados, a critério da Comissão Permanente de Licitação, excepcionalmente poderá ser exigida a sua apresentação de maneira física, no endereço citado acima, em até 5 (cinco) dias úteis, após a solicitação da Comissão Permanente de Licitação.

6.4 As respostas às impugnações serão realizadas em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento, através do sistema Eprotocolo, bem como disponibilizadas no site www.comec.pr.gov.br e no site www.comprasparana.pr.gov.br.

6.5 As impugnações e recursos administrativos deverão atender o disciplinado nos artigos 72 e 94 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

6.6 Em caso de impugnação protocolada em nome de pessoa jurídica, o instrumento deverá estar acompanhado do seu respectivo ato constitutivo, eventual procuração e dos demais documentos necessários para comprovar a tese apresentada.

6.7 As impugnações e consultas não suspendem os prazos previstos no certame.

7. ALTERAÇÕES DO EDITAL

7.1 A qualquer tempo, antes da data estabelecida no item 2, a COMEC poderá por sua própria iniciativa ou como consequência de algum pedido de esclarecimento ou impugnação solicitado pelos interessados no certame, alterar os termos do edital mediante a emissão de adendo/errata.

7.2 Na hipótese do item anterior, o adendo/errata será incorporado ao instrumento convocatório e disponibilizado no sítio eletrônico www.comec.pr.gov.br e no site www.comprasparana.pr.gov.br.

7.3 Qualquer modificação no edital será divulgada da mesma forma como se deu o texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.



8 RECURSOS FINANCEIROS

8.1 As despesas com a contratação da empresa para a execução do objeto deste certame correrão por conta da dotação orçamentária **6731.15.452.12.5069**; Fonte **125**; Natureza de Despesa: **4490-3500**.

9 ELEMENTOS INSTRUTORES

9.1 São partes integrantes deste edital os seguintes elementos instrutores, bem como quaisquer adendos posteriores emitidos de acordo com o item 7:

Anexo A – Termo de Referência;

Anexo B – Minuta do Contrato;

Anexo C – Modelos

Modelo 01 – Carta Credencial;

Modelo 02 – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Modelo 03 – Atestado de Visita Técnica;

Modelo 04 – Declaração;

Modelo 05 – Carta Proposta;

Modelo 06 – Carta de Apresentação da Proposta Técnica;

Modelo 07 – Termo de Encerramento do Volume;

Modelo 08 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Proposta Técnica;

Modelo 09 – Ficha Curricular;

Modelo 10 – Relação da Equipe Técnica;

Modelo 11 – Quadro de Quantidades e Preços Unitários;

Modelo 12 – Quadro Demonstrativo de Custos;

Modelo 13 – Cronograma de Desembolso;

Modelo 14 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Proposta de Preço;

Modelo 15 – Quadro resumo da Capacidade Técnica Operacional;

Modelo 16 – Quadro resumo da Capacidade Técnica Profissional;

Modelo 17 – Declaração de Responsabilidade Técnica;

Modelo 18 – Declaração de Disponibilidade;

Modelo 19 – Declaração de Cessão de Direitos Patrimoniais e Autorais;

Modelo 20 – Capacidade Financeira (Preenchimento Obrigatório);



Modelo 21 – Declaração de Idoneidade;

Modelo 22 – Declaração de Inexistência de Menores no Trabalho e Empregos da Licitante;

Modelo 23 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Habilitação;

Modelo 24 – Autorização Inclusão na Equipe Técnica;

Modelo 25 – Declaração de Pleno Conhecimento e de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

9.2 Fica estabelecido que o edital, anexos e modelos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um e se omita em outro será considerado especificado e válido.

10 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

10.1 Poderão participar do presente certame, pessoa jurídica brasileira ou estrangeira, legalmente estabelecida no país, cuja finalidade e ramo de atuação sejam compatíveis com o objeto desta licitação e desde que atendam a todos os requisitos estabelecidos neste instrumento, seus anexos, modelos e legislação pertinente.

10.2 Recomenda-se às empresas interessadas em participar do certame, fazerem-se presentes nas sessões, através de representante legal, com poderes para intervir nas fases do processo licitatório, conforme carta credencial (Modelo 01) ou procuração por instrumento público.

10.3 A carta credencial (Modelo 01) ou a procuração referida no item anterior são documentos avulsos e não devem estar inseridos em nenhum dos envelopes, pois serão exibidos quando do início da primeira sessão do certame.

10.4 No caso de representação por sócio, da empresa interessada em participar da sessão de que trata o item anterior, tal condição poderá ser demonstrada mediante apresentação do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer individualmente direitos e assumir obrigações pela empresa.

10.5 Nenhum representante legal, ainda que devidamente habilitado por carta credencial ou procuração, poderá representar mais de uma empresa participante do certame.

10.6 As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem participar desta licitação, para o tratamento diferenciado e favorecido com os benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, sob as penas da lei, declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (Modelo 02) na sessão de abertura e no Envelope de Habilitação, a Comissão Permanente de Licitação deverá anunciar aos participantes da existência de empresas com esses benefícios.

10.7 As microempresas ou empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração de que trata o item anterior na sessão de abertura, não poderão apresentá-

Página 8 de 200



la em momento posterior, presumindo-se então a renúncia por estas empresas do direito ao tratamento diferenciado e favorecido de que trata a Lei Complementar 123/2006.

10.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução do objeto da licitação:

- a. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b. Empresa que se encontre suspensa temporariamente de licitar e contratar com o Órgão Licitante;
- c. Empresa que se encontre sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;
- d. Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo, ou sócios, sejam servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- e. Empresa em que um de seus sócios ou administradores seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público pertencente aos quadros do Governo do Estado do Paraná;
- f. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, excetos e demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g. Que tenham em seu corpo societário pessoa física sócia e/ou profissional habilitado de empresa suspensa pelo Órgão Licitante ou declarada inidônea pela Administração;
- h. Licitantes que sejam sócias de mais de uma empresa que esteja participando da presente licitação;

10.9 Em havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

10.10 É requisito indispensável para a formalização do Contrato que a empresa declarada vencedora do certame possua conta corrente junto ao Banco do Brasil, instituição bancária contratada pelo estado do Paraná, bem como mantenha a referida conta para recebimento de pagamentos, consoante o disposto no Decreto Estadual n.º 4505/2016.



10.11 Será permitida a participação de pessoa jurídicas organizadas em consórcio constituído conforme as regras seguintes, sem prejuízo de outras existentes no edital e seus anexos.

- a) A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante;
- b) No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;
- c) Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na fase de execução do contrato;
- d) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente ou através de outro consórcio;
- e) Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em consórcios distintos;

10.12 As pessoas jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar além dos documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas contendo:

- a) A designação consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato decorrente como ser objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c) A indicação da empresa líder como representante do consórcio;
- d) Cláusula de solidariedade, nos termos deste edital e da legislação;
- e) O prazo do consórcio, que devem, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

11 VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

11.1 As empresas interessadas, por intermédio de pelo menos um de seus Responsáveis Técnicos ou qualquer funcionário indicado pela empresa que tenha condições e se revele apto para tanto, poderão entrar em contato com o Coordenador de Obras da COMEC para efetuar a visita técnica coletiva do local dos serviços, para constatar as condições e peculiaridades inerentes à natureza e local dos trabalhos.

11.2 As visitas técnicas coletivas serão realizadas nos dias abaixo indicados, e acompanhadas pelo (s) engenheiro (s) designado (s), que certificará a visita, expedindo o devido Atestado de Visita Técnica (Modelo 03). Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação – Envelope 03, nos termos do inciso III do artigo 76, da Lei Estadual nº 15.608/2007. Quaisquer informações quanto ao agendamento deverão



ser buscadas pelo telefone: (41) 3320-6900, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00, de 2ª a 6ª feira, em dia útil, e pelo e-mail licitacoes@comec.pr.gov.br.

Primeira data: **15/12/2020**

Segunda data: **21/12/2020**

11.3 A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

11.4 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, caso a licitante não queira participar da visita coletiva nos dias programados, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita técnica, Declaração formal assinada pelo responsável (Modelo 04), sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a COMEC.

12 APRESENTAÇÃO E ENTREGA DOS ENVELOPES

12.1 Previamente à abertura da sessão pública da Concorrência, o representante legal da licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, munido dos documentos que demonstrem que detém poderes para a prática de atos inerentes ao certame licitatório.

12.2 Para o credenciamento deverão ser apresentados, fora dos Envelopes, os seguintes documentos:

12.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores, ou instrumento de registro comercial (certidão simplificada), registro no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 90 (noventa) dias;

12.2.2. Carta de credenciamento, conforme Modelo 01 que acompanha o presente Edital, ou procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, na qual constem poderes necessários à prática dos atos inerentes à licitação, como interpor recursos e desistir de sua interposição, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, assinar declarações;

12.2.3. Documento oficial de identificação que contenha fotografia.

12.3 Por ocasião do credenciamento exigir-se-á ao credenciado a indicação de endereço eletrônico da empresa.

12.4 Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

12.5 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.



12.6 Caso o proponente queira usufruir dos benefícios para MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, previstos na Lei Complementar n.º 123/06, deve apresentar, no momento do credenciamento, declaração da empresa, emitida por seu representante legal, de que é microempresa, empresa de pequeno porte, pessoa física ou empresário individual qualificados como tais, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, conforme Modelo 02 do presente Edital.

12.6.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

12.6.2. A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante, nos termos do art. 152, da Lei Estadual n.º 15.608/2007, à sanção de multa, bem como à responsabilização pelo crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais cominações legais.

12.6.3. Na hipótese de o licitante não enviar representante para a abertura do certame, deverá incluir a documentação comprobatória da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no Envelope 01 – Proposta Técnica.

12.7 As empresas interessadas em participar deste certame serão responsáveis por todos os custos relativos à elaboração e submissão dos envelopes, contendo a proposta técnica, proposta de preço e os documentos de habilitação. A COMEC não será responsável, de nenhuma maneira, direta ou indiretamente por nenhum desses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

12.8 As empresas interessadas em participar desta licitação deverão protocolizar os envelopes, fechados e inviolados, contendo a **proposta técnica, proposta de preço e os documentos de habilitação** no local designado no item 2, até o momento da abertura do certame ou serão entregues no momento da abertura da Licitação para a Comissão Permanente de Licitação, gravado em sua parte externa e frontal os dizeres:

RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO DA EMPRESA

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA

DATA: 15 DE JANEIRO DE 2020



RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO DA EMPRESA
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020 - 87/2020/GMS
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO
DATA: 15 DE JANEIRO DE 2020

RAZÃO SOCIAL
ENDEREÇO DA EMPRESA
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020 - 87/2020/GMS
ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
DATA: 15 DE JANEIRO DE 2020

12.9 Caso a data e o horário do protocolo sejam posteriores a estabelecida no item 2, ou empresa licitante chegue posteriormente a abertura da seção, os envelopes não serão abertos pela Comissão Permanente de Licitação.

13 ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Deverá ser apresentado o envelope nº 01, devidamente fechado e inviolado, contendo a proposta técnica em 1 (uma) via original.

13.2 A apresentação da proposta de técnica, na licitação, será considerada como prova de que a empresa:

- a. Examinou completamente todos os documentos, anexos e modelos;
- b. Que os comparou entre si;
- c. Obteve as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso;
- d. Que os documentos desta licitação lhe permitiram elaborar uma proposta de preço totalmente condizente com o objeto licitado;
- e. Conhece o local dos serviços e obteve todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações referentes ao objeto desta licitação;
- f. Aceita os termos deste edital;
- g. Adere integralmente às condições da minuta de contrato administrativo;
- h. Sendo vencedora da licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto deste edital.



13.3 A proposta técnica deverá descrever, de forma clara e objetiva, em que consiste e de que forma serão desenvolvidos os trabalhos, abordando em cada tópico relacionado no item 13.4, aspectos e informações que, a critério do licitante, possam contribuir para melhor análise e julgamento, obedecendo quanto a forma de apresentação obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a. as folhas deverão ser do tamanho A4 (21,0 x 29,7 cm), numeradas em ordem crescente e rubricadas pelo representante da empresa, grampeadas em um único volume ou caderno;
- b. Datilografados ou digitados.

13.4 A proposta técnica deverá conter obrigatoriamente índice, apresentando no mínimo os seguintes tópicos:

- a. Carta de apresentação da proposta técnica (Modelo 06);
- b. Apresentação;
- c. Capacidade técnica-operacional da empresa (Modelo 15);
- d. Capacidade técnica-profissional da equipe mínima; (Modelo 16)
- e. Termo de encerramento (Modelo 07).

13.5 A carta de apresentação da proposta técnica (Modelo 06) deverá conter:

I – Preferencialmente:

- a. As informações exigidas no Modelo 06;
- b. Constar a razão social, endereço, CNPJ/ME, telefone e e-mail da empresa;
- c. Data;
- d. Apresentar o número desta licitação.

II – Obrigatoriamente:

- a. Prazo de validade da proposta técnica não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida no item 2;
- b. Prazo de execução do objeto não superior ao estabelecido no item 3;
- c. Nome do titular ou representante legalmente constituído com respectiva assinatura.

13.6 O tópico relativo à apresentação deverá conter texto, em dissertação de livre formatação/elaboração, objetivando apresentar informações relativas à proposta técnica, por exemplo e não se limitando somente a esses itens: metodologia, plano de trabalho, etc e ao licitante.

13.7 Acerca do tópico relativo à capacidade técnica – operacional:

13.7.1 Será comprovada através de apresentação de Certificados de Acervo Técnico (CAT) em nome da empresa, emitidos e devidamente registrados pela entidade profissional competente, organizados de acordo com o quadro resumo da capacidade



técnica da empresa (Modelo nº15), as exigências técnicas-operacionais estão contidas no item 18.4 e subitens.

13.8 Acerca do tópico relativo à capacidade técnica-profissional:

13.8.1 A mesma será comprovada através de apresentação de Certificados de Acervo Técnico (CAT) em nome dos profissionais de nível superior indicados, emitidos e devidamente registrados pela entidade profissional competente, organizados de acordo com o quadro resumo da capacidade técnica-profissional (Modelo nº16), para a função de acordo com a relação contida no Modelo 10, as exigências técnicas-profissionais estão contidas no **subitem 18.4**.

13.8.2 Para cada profissional de nível superior indicado, de acordo com o quadro resumo da capacidade técnica-profissional, deverá ser apresentada sua ficha curricular (Modelo 09) devidamente assinada pelo profissional, demonstrando sua concordância com a indicação e a responsabilidade assumida.

13.8.3 Os profissionais indicados pela empresa para fins de comprovação de capacidade técnica-profissional deverão obrigatoriamente participar da execução dos serviços, admitindo-se excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovados pela COMEC.

13.8.4 É vedada, sob pena de desclassificação, a indicação de um mesmo profissional ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma empresa.

13.8.5 Os profissionais indicados devem comprovar vínculo com a empresa, através do contrato social, em se tratando de profissionais pertencentes ao quadro societário, ou mediante registro em carteira de trabalho, ou contrato de prestação de serviços; ou declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de anuência do mesmo.

13.9. Juntamente com a documentação referente à proposta técnica, o licitante poderá encaminhar declaração de renúncia ao direito de recorrer do julgamento desta fase, conforme Modelo 08, a fim de propiciar celeridade ao presente certame.

13.10. No que diz respeito ao último tópico do índice, o termo de encerramento (Modelo 07), o mesmo deverá conter:

13.10.1 Preferencialmente:

- a. As informações exigidas no Modelo 07;
- b. Constar a razão social, endereço, CNPJ/MF, telefone, e-mail da empresa;
- c. Data;
- d. Apresentar o número desta licitação.

13.10.2. Obrigatoriamente:

- a. Quantidade de volumes, caso haja mais de 1 (um);
- b. Quantidade de folhas de cada volume;



c. Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura.

13.11 A falta de numeração dos documentos e/ou não estarem grampeados não inabilitará o licitante, mas firmará a presunção de que eventuais documentos faltantes não foram apresentados.

14 ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇO

14.1. Deverá ser apresentado o envelope nº 02, devidamente fechado e inviolado, contendo os seguintes documentos originais:

- a. Carta Proposta (Modelo 05);
- b. Quadro de Quantidades e Preços Unitários (Modelo 11);
- c. Quadro Demonstrativo de Custos (Modelo 12)
- c. Cronograma de Desembolso (Modelo 13).

14.2 Os documentos constantes no envelope nº 02 deverão ser apresentados quanto a forma de apresentação, observando-se obrigatoriamente:

- a. A ordem estabelecida neste edital;
- b. Grampeados em um único volume ou caderno;
- c. As folhas deverão ser do tamanho A4 (21,0 x 29,7) cm, numeradas em ordem crescente e rubricadas pela empresa;
- d. Datilografados ou digitados.

14.3 A falta de numeração dos documentos e/ou não estarem grampeados não inabilitará o licitante, mas firmará a presunção de que eventuais documentos faltantes não foram apresentados.

15 DISPOSIÇÕES REFERENTES À PROPOSTA DE PREÇO

15.1 A proposta de preço apresentada deverá conter:

15.1.1 Quanto à forma de apresentação, Obrigatoriamente:

- a. As informações exigidas nas planilhas disponibilizadas nos modelos 05, 11, 12 e 13;
- b. Constar a razão social, endereço, CNPJ/MF, telefone, e-mail da empresa;
- c. Data;
- d. Apresentar o número desta licitação.

15.1.2 Quanto à elaboração da Proposta de Preço, Obrigatoriamente:



a. Valor total da proposta de preço em moeda corrente nacional, grafado em algarismos arábicos com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, e por extenso; conforme Carta Proposta;

b. Prazo de execução do objeto não superior ao estabelecido no item 3;

c. Prazo de validade da proposta de preço não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data estabelecida no item 2;

d. Nome do titular ou do representante legalmente constituído com respectiva assinatura.

15.2 No valor total da proposta de preço deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas, diretas ou indiretas, decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos diurnos e noturnos, trabalhos realizados aos sábados, domingos ou feriados, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, tributos, seguros, lucro, materiais, ferramentas, equipamentos e quaisquer outras despesas que possam influir no custo de execução dos serviços.

15.3 No valor total da proposta de preço deverão ser consideradas as quantidades previstas nas planilhas orçamentárias constantes dos anexos.

15.4 A Carta Proposta, preenchendo os campos destinados aos preços unitários, e calculados os preços parciais e totais. O licitante deverá propor um único preço unitário para cada um dos itens.

15.5 O valor total da proposta de preço é de exclusiva responsabilidade da empresa, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

15.6 A empresa deve apresentar proposta de preço precisa, sem alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

15.7 Para todos os serviços prevalecem os preços resultantes da proposta da empresa contratada.

15.8 As Propostas de Preços que atenderem aos requisitos do presente Edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto aos eventuais erros abaixo listados:

a. Caso haja discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;

b. Em caso de erros de transcrição das quantidades ou percentuais previstos para os serviços, será mantido o preço unitário e corrigida a quantidade e o preço total;

c. Na ocorrência de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade ou percentual correspondente, manter-se-ão as parcelas corretas e o produto será corrigido;

d. Na ocorrência de erro de adição, serão conservadas as parcelas corretas e a soma será corrigida.



15.9 Nenhuma licitante, individualmente, ou que faça parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preço.

15.10 Serão desclassificadas as propostas:

15.10.1. Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital;

15.10.2. Que na composição do preço não especificar os encargos sociais, custos administrativos, BDI e despesas fiscais conforme Modelo 12.

15.10.3. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais proponentes;

15.10.4. Que contenham vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

15.10.5. Com valor superior ao preço máximo, unitário e total, fixados no presente Edital;

15.10.6. Com preços manifestamente inexequíveis, na forma do § 1º do art. 89 da lei Estadual nº 15.608/2007;

15.10.7. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital, ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

15.10.8. Que, após diligências, não forem corrigidos ou justificados.

15.11 A apresentação da proposta implicará:

15.11.1 Observância ao prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da mesma, conforme previsto no art. 69, § 2º, I, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

15.11.2. Conhecimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos, bem como dos projetos, encargos gerais, especificações, quantitativos e condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização da COMEC.

15.11.3. Ciência das condições locais para a execução e entrega do objeto.

15.12 Juntamente com a documentação referente à proposta de preços, o licitante poderá encaminhar declaração de renúncia ao direito de recorrer do julgamento desta fase, conforme modelo 14, a fim de propiciar celeridade ao presente certame.

16 ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Deverá ser apresentado o Envelope nº 03, devidamente fechado e inviolado contendo os documentos, em uma única via e com a data de validade em vigência,



referentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, observados quanto a forma de apresentação, obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a. Grampeados em um único volume ou caderno;
- b. As folhas deverão ser do tamanho A4 (21,0 x 29,7) cm, numeradas em ordem crescente e rubricadas pela empresa;
- c. Datilografados ou digitados.
- d. A falta de numeração dos documentos e/ou não estarem grampeados não inabilitará o licitante, mas firmará a presunção de que eventuais documentos faltantes não foram apresentados.

16.2 Quanto à habilitação jurídica:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. Tratando-se de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;
- d. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país; e o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- f. Compromisso de constituição de consórcio, conforme regras estabelecidas no edital.

16.3 Quanto à qualificação técnica:

- a. Prova de inscrição ou registro da pessoa jurídica, bem como de seu responsável técnico, expedido pela entidade profissional competente. As empresas que forem sediadas em outra região deverão apresentar obrigatoriamente visto junto à entidade profissional competente, em conformidade com a legislação vigente;
- b. Indicação de profissional de nível superior, dentro das atribuições profissionais inerentes ao objeto licitado, o qual será o Responsável Técnico, com capacidade técnica-profissional para execução do objeto deste certame;
- c. A comprovação da capacidade técnica-profissional para a execução do objeto deste certame será comprovada através de apresentação de Certificados de Acervo Técnico Profissional ou documento legalmente equivalente, em nome do responsável técnico indicado, emitidos e devidamente registrados na entidade profissional competente;

Página 19 de 200



d. Comprovação de vínculo, entre o responsável técnico pela execução do objeto deste edital com a empresa, através do contrato social, em se tratando de profissionais pertencentes ao quadro societário, ou mediante registro em carteira de trabalho, ou contrato de prestação de serviço; ou declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de anuência do mesmo;

e. É vedada, sob pena de não habilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico ou utilização de seu acervo técnico por mais de uma empresa.

16.3.1 A respeito da qualificação técnica-operacional, deverá ainda ser apresentada Declaração da experiência técnica da empresa licitante, nos termos do Modelo 15, sendo comprovada mediante apresentação de:

a. 01 atestado/declaração ou mais que comprovem a execução de serviços de elaboração e/ou supervisão de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estrada rural e/ou de rodovia **com extensão mínima igual a 13,3 km;**

16.3.1.1 Os atestados ou declarações deverão indicar a licitante como executora e/ou supervisora e/ou coordenadora e/ou gerenciadora e deverão ser fornecidos pelo respectivo contratante, proprietário das obras e/ou serviço, deverá estar registrado junto à respectiva entidade profissional e deve ser apresentado juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento legalmente equivalente, vinculada.

16.3.2. No que concerne à qualificação técnica-profissional:

16.3.2.1 Comprovação, através de atestado ou declaração expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que o profissional responsável técnico indicado pela empresa para esta licitação tenha participado da execução dos serviços de:

a. coordenação e/ou gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização de serviços de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias **com extensão mínima igual a 13,3 km.**

16.3.2.2. O atestado ou declaração deverá ser fornecido pelo respectivo contratante, proprietário das obras e/ou serviço, deverá estar registrado junto à respectiva entidade profissional e deve ser apresentado juntamente com a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento legalmente equivalente, vinculada.

16.3.3. Deverá ser apresentado, no envelope de habilitação, o currículo do profissional responsável técnico, nos termos do Modelo 09.

16.3.4. Declaração da empresa indicando o responsável técnico, preposto e equipe técnica (modelo 17). Poderão ser indicados um ou mais profissionais, desde que atendam às condições do item 16.3.2.

16.3.5. Declaração de que estará disponível na data da celebração do contrato nos termos do Modelo 18.

16.3.6. Declaração de cessão de direitos patrimoniais e autorais (modelo 19).



16.3.7. Atestado de visita técnica (modelo 03) ou Declaração de conhecimento (modelo 04) conforme item 11 deste edital

16.4 Quanto à qualificação econômico-financeira:

16.4.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, se pessoa física, expedida no respectivo domicílio.

16.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

16.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.4.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

16.4.2.2.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

16.4.2.2.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

16.4.2.2.3. Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos: o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).

16.4.2.3. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira, A boa situação financeira da empresa será avaliada através do Modelo 20, onde serão verificados os índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E), cujos valores limites são os seguintes:

Liquidez Geral (LG)	Liquidez Corrente (LC)	Endividamento (E)
$\geq 1,00$	$\geq 1,00$	$\leq 1,00$



b.1) Os índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E) devem ser calculados utilizando-se as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$E = \frac{PC + ELP}{AC + RLP + AP}$$

Onde:

AC – Ativo Circulante
RLP – Realizável a Longo Prazo
PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível a Longo Prazo
AP – Ativo Permanente

16.4.2.3.1. Os índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E) devem ser apresentados com 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

16.4.2.3.2. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Endividamento for igual ou inferior a 1.

16.4.2.3.3. A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 77, § 5º, da Lei Estadual nº 15.608/2007, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam rejeição indevida;

16.4.2.3.4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente ou legalmente habilitado, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

16.5 Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

16.5.1. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às

Página 22 de 200



contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.5.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.5.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

16.5.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.6. Documentação complementar:

16.6.1. Declaração de idoneidade emitida e assinada pelo licitante ou representante, conforme Modelo 19.

16.6.2. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Modelo 22.

16.6.3. Termo de encerramento, conforme Modelo 07.

16.7. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por membro da Comissão Permanente de Licitações, mediante conferência da cópia com o original, ou ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor.

16.8. As certidões e/ou certificados obtidos via Internet poderão ser apresentados em original ou em fotocópias simples, estas últimas sujeitas à verificação de autenticidade no sítio correspondente.

16.9. As declarações emitidas pelo licitante deverão ser apresentadas no original e ser firmadas por representante legal da empresa.

16.10. A falta de quaisquer dos documentos exigidos ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará inabilitação do licitante, ressalvado o contido no subitem seguinte.



16.11. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, considerando-se que referida comprovação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

16.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.11.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda todas as demais exigências do Edital.

16.11.3. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

16.12. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias, contados a partir da sua expedição, à exceção de disposição em contrário estabelecida neste Edital.

16.13. Juntamente com a documentação referente à habilitação, o licitante poderá encaminhar declaração de renúncia ao direito de recorrer do julgamento desta fase, conforme Modelo 23, a fim de propiciar celeridade ao presente Certame.

16.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

16.15. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados ou apostilados, conforme legislação vigente.

16.16 Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no edital.

16.17 No que concerne aos requisitos de qualificação econômico-financeira, para os participantes em consórcio, deverá ser observado o contido no inciso III, do artigo 79 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

17 PROCEDIMENTO NA SESSÃO DE EXIBIÇÃO DOS ENVELOPES

17.1 A Comissão Permanente de Licitação solicitará a apresentação da Carta Credencial (Modelo 01) e documentos comprobatórios de responsável legal da



Empresa, para os participantes presentes e caso alguma dessas empresas presentes tenham o benefício de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte conforme legislação vigente (Modelo 02) também já deverão fazer a apresentação da declaração, antes da abertura da sessão.

17.2 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações declarará aberta a sessão e anunciará o nome dos licitantes que apresentaram envelopes, momento em que não caberá desistência da proposta.

17.3 A Comissão Permanente de Licitação, junto às licitantes presentes rubricará os envelopes, constatando o fechamento e a inviolabilidade dos mesmos.

17.4 A ordem de abertura dos envelopes será 1º TÉCNICA, 2º PREÇO E 3º HABILITAÇÃO, conforme preconiza o Art. 81 da Lei 15.608/2007.

17.5 A comissão verificará a existência de registros impeditivos da contratação no SICAF, no GMS/CFPR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CNJ e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR, das empresas licitantes. Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame, essa verificação ocorrerá antes do início da avaliação do envelope 01 e será informada na ATA de julgamento do envelope 1.

17.6 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.7 A Comissão Permanente de Licitação abrirá os envelopes contendo as propostas técnicas, submetendo o conteúdo à análise e rubrica dos licitantes presentes e dos seus membros.

17.8 A Comissão Permanente de Licitação verificará a conformidade de cada proposta técnica com os critérios de pontuação estabelecidos neste edital, atribuindo nota técnica a cada licitante, e desclassificará aquelas que não atenderem as exigências quanto à proposta técnica.

17.9 Em seguida, a Comissão Permanente de Licitação, uma vez classificadas as propostas técnicas através da Nota Técnica, com pontuação máxima de 100 pontos, procederá à abertura do Envelope 02 - propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida na Nota técnica e não tenham sido desclassificadas, submetendo o conteúdo à análise e rubrica dos licitantes presentes e dos seus membros.



17.10 Existindo empresas participantes com os benefícios da Lei Complementar 123/2006, a Comissão Permanente de Licitação anunciará aos participantes a existência destas empresas.

17.11 Logo após, a Comissão Permanente de Licitação verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos deste edital e desclassificará as propostas desconformes ou incompatíveis.

17.12 Se todas as propostas de preço forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas de preço, retificadas as causas que levaram à sua rejeição.

17.13 Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos deste instrumento convocatório, será desclassificada imediatamente aquela que:

- a. Contenha vícios insanáveis;
- b. Não obedeça às especificações técnicas previstas neste edital;
- c. Não atenda às exigências deste edital;
- d. Apresente valor total superior ao limite estabelecido no item 3;
- e. Proponha qualquer oferta de vantagem não prevista no edital;
- f. Apresente preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais empresas participantes;
- g. Apresente preço total simbólico, irrisório ou de valor zero;
- h. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COMEC;
- i. Apresente preços manifestamente inexequíveis.

17.14 Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas de preço cujo valor total proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela COMEC ou;
- b. Valor orçado pela COMEC.

17.15 As propostas de preço aptas serão listadas sem qualquer ordem, indicando-se os licitantes enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte, sendo que a Nota de Preço será definida através da fórmula descrita no item 19.

17.16 Para julgamento das propostas técnicas e propostas de preço, a Comissão Permanente de Licitação levará em consideração, exclusivamente, o critério de técnica e preço, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as empresas participantes no certame.



17.17 A Comissão Permanente de Licitação atribuirá a nota final de cada licitante, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital.

17.18 A Nota Final e a classificação das licitantes serão definidas através de fórmula conforme item 20 do edital, e a classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

17.19 No caso de empate entre duas ou mais notas finais, a classificação será feita, obrigatória e sucessivamente adotando-se os seguintes critérios:

17.19.1. Tratamento diferenciado e favorecido à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 163, de 29 de outubro de 2013;

17.19.2. Aqueles definidos nos incisos I e II do artigo 86 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

17.20 Caso o licitante detentor da maior Nota Final não seja enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto em relação às Propostas de Preço.

17.20.1. Para a hipótese prevista no subitem 17.20, considera-se empate ficto quando o valor da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, independente da sua classificação na Nota Final, for superior a até 10% (dez por cento) o valor da melhor proposta de preço válida.

17.21. Na hipótese de o melhor classificado ser microempresa ou empresa de pequeno porte, fica inviabilizada a regra do subitem 17.20.

17.22. Ocorrendo o empate ficto, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar nova proposta de preço, inferior àquela da melhor proposta válida.

17.22.1. No caso de equivalência dos valores apresentados por beneficiário do tratamento diferenciado, em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta de preços.

17.22.2. O sorteio mencionado no subitem acima será realizado em sessão pública, em local, data e horário a ser comunicado pela Comissão Permanente de Licitação às licitantes, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

17.22.3. O prazo para a apresentação da nova proposta de preço pela microempresa ou empresa de pequeno porte será de até 5 (cinco) dias após a disponibilização do ato de julgamento e análise das propostas técnica e de preço.

17.23. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada decline do direito de ofertar lance, serão convocadas as demais proponentes enquadradas na mesma situação cuja Proposta de Preço esteja no limite do empate ficto, conforme previsto no subitem 17.20.1, respeitada a ordem de classificação.



17.23.1. Na hipótese de as microempresas e empresas de pequeno porte não exercerem o direito de preferência, nos moldes deste edital, ficará mantido o resultado e classificação da Nota Final de acordo com o julgamento anteriormente realizado pela Comissão Permanente de Licitações.

17.24. Ofertada nova proposta de preço, deverá ser refeito o cálculo da nota final.

17.24.1. Caso quando do novo resultado da Nota Final seja identificada empate real, o desempate será realizado conforme descritos nos subitens a seguir:

I - Se houver empate real e uma das licitantes empatadas for micro ou pequena, a micro será declarada como a melhor classificada;

II – Na hipótese de ocorrer empate real entre duas os mais microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio para a definição da classificação da Nota Final;

III – Caso entre as licitantes empatadas real existam participantes que não sejam microempresas ou empresas de pequeno porte, será procedido sorteio da seguinte forma:

- a) Em qualquer situação será dada preferência para que as microempresas e empresas de pequeno porte tenham a melhor classificação, hipótese em que as demais participantes terão sorteio específico para fins de desempate real e classificação final; ou, será automaticamente inserida na ordem de classificação após a posição existente, considerando a quantidade de microempresas e pequenas empresas que estejam participando do desempate real, caso somente uma das licitantes empatadas não se enquadre na condição de preferência prevista na Lei Complementar Estadual nº 163/2013.

17.24.2. Considera-se empate real da Nota Final quando, após a verificação e atendimento ao tratamento diferenciado à micro e pequenas empresas, o valor da Nota Final das participantes for igual, inclusive nas duas casas decimais que compõe a Nota Final.

17.24.3. O sorteio mencionado no subitem acima será realizado em sessão pública, em local, data e horário a ser comunicado pela Comissão Permanente de Licitação às licitantes, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

17.25. Na sequência, após o decurso do prazo recursal alusivo ao julgamento das propostas de técnicas e de preço, ou caso haja sua renúncia por todos os licitantes, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações dará início à fase de habilitação com a abertura dos Envelopes “03” contendo a documentação dos 3 (três) licitantes de maior nota final, conforme classificação, confirmando as suas condições de habilitação.

17.26. Para análise e julgamento dos documentos de habilitação, será observado o contido no item 16 (e seus subitens) do presente Edital.



17.27. No caso de vício na documentação de regularidade fiscal da habilitação apresentada por licitante microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados, será observado o procedimento descrito no subitem 16.11.

17.28. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações ratificará o julgamento da fase de habilitação, bem como a declaração do resultado final do certame.

17.29. Poderá o Presidente da Comissão Permanente de Licitações, se assim entender necessário, suspender os trabalhos para análise mais acurada, ficando os envelopes, após rubricados, sob sua guarda, os quais serão posteriormente exibidos, ainda lacrados, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

17.30. Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações informará o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, os licitantes presentes e fazendo comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após a abertura da sessão.

17.31. Será inabilitada a licitante que apresentar documentos incompletos ou incorretos ou que contrariem qualquer dispositivo deste edital ou ainda que deixar de apresentar qualquer documento exigido pelo instrumento convocatório.

17.32. Se todas as empresas forem inabilitadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação, retificadas as causas que levaram à sua rejeição.

17.33. Da(s) sessão(ões) será(ão) lavrada(s) ata(a) circunstanciada(s) que, ao final, deverá(ão) ser assinadas(s) pelos licitantes presentes e membros da Comissão Permanente de Licitações, contendo todos os atos, as notas obtidas, os valores das propostas apresentadas, a classificação e habilitação das licitantes, de acordo com o critério de julgamento estabelecido neste instrumento convocatório.

17.34. Ao licitante que tiver sua proposta desclassificada e não manifestar a intenção de recorrer será devolvido após a homologação do certame, ainda fechado, o respectivo envelope que contiver sua habilitação.

17.35. Após análise dos documentos de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação informará às empresas participantes o resultado final da licitação, publicando no site www.comec.pr.gov.br, no site www.comprasparana.pr.gov.br.

17.36. É facultado à Comissão Permanente de Licitação optar pela suspensão dos trabalhos para análise mais acurada das propostas técnicas, das propostas de preço e dos documentos de habilitação, se assim entender necessário.

17.37. Os envelopes contendo os documentos que não forem abertos serão devolvidos às licitantes.

17.38. No julgamento da licitação, atendidos satisfatoriamente os requisitos referentes à proposta Técnica, à Proposta de Preços, à Documentação de Habilitação e aos demais



requisitos constantes deste Edital, será considerada vencedora a licitante cuja proposta detenha a maior Nota Final.

18 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

18.1 A Nota Técnica (NT) de cada proposta será obtida pela soma das notas correspondentes a cada um dos grupos de documentos, considerando as seguintes pontuações máximas:

ITEM A SER AVALIADO	NOTA MÁXIMA
Experiência Técnica da Empresa (Nota técnica-operacional – NT1)	50 pontos
Experiência da Equipe Técnica (Nota técnica-profissional – NT2)	50 pontos
TOTAL (NT)	100 pontos

18.2 Somente serão considerados, para fins de atribuição de notas, os fatos alegados e devidamente comprovados por atestados ou certidões.

18.3 Quanto à experiência técnica operacional da empresa (NT1):

18.3.1 A experiência técnica operacional da empresa será julgada atribuindo-se até 50 (cinquenta) pontos, assim distribuídos:

TIPO DE SERVIÇO	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Elaboração e/ou supervisão de Projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	05	50

18.3.2 A experiência técnica operacional da empresa licitante será comprovada através da apresentação do modelo nº 15 preenchido, e da(s) respectiva(s) certidão(ões) anexadas. A Certidão de Acervo Técnico do Conselho Profissional competente deverá estar acompanhada da respectiva Certidão, Atestado ou Declaração, e deverá estar acervada.

18.3.3 A(s) Certidão(ões) ou Atestado(s) ou Declaração(ões) apresentada(s) para atendimento do subitem 18.4.1, deverá(ão) ser fornecido(s) pelo(s) respectivo(s) contratante(s) e/ou proprietário(s) da(s) obra(s) e/ou serviço(s) e deverá(ão) estar registrada(s) no Conselho Profissional competente.



18.3.3.1 Em caso de Consórcio de Empresas, poderão ser apresentados atestados de ambas as empresas que compõe o Consórcio.

18.3.4 Caso a Empresa não comprove pelo menos 5 pontos da capacidade técnica operacional (modelo 15) do item 18.4.1, será desclassificada.

18.4 Quanto à experiência técnica profissional (NT2):

18.4.1 A experiência da técnica profissional da empresa será julgada atribuindo-se até 50 (cinquenta) pontos. A Pontuação dos Atestados/Acervo dos Profissionais, notas NT2a, NT2b e NT2c serão atribuídas se estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, assim distribuídos:

Alínea	Capacitação dos profissionais	Critérios de pontuação	
		Pontos por atestado	Pontuação máxima
NT2a	Coordenador Geral: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência em Coordenação e/ou Fiscalização e/ou Supervisão de elaboração de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	20
NT2b	Projetista de Geometria: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência na elaboração de projetos geométricos para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	15
NT2c	Projetista de Pavimentação: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência na elaboração de projetos de pavimentação (poliédrica regular e/ou com blocos de concreto intertravados e/ou asfáltica e/ou outra de semelhante ou superior complexidade) para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	15



Pontuação máxima total	50
-------------------------------	-----------

18.4.2 A experiência da técnica profissional da empresa licitante será comprovada através da apresentação do modelo 16 preenchido, e das respectivas CAT's anexadas. A(s) Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) estar registrada(s) no Conselho Profissional competente e deverá(ão) ser fornecida(s) pelo(s) respectivo(s) contratante(s) e/ou proprietário(s) da(s) obra(s) e/ou serviço(s) e deverão estar acervadas.

18.4.3 A "Capacitação da Técnica Profissional (NT2) será julgado objetivando demonstrar que seus técnicos possuem experiência na execução de serviços similares aos do objeto deste Edital, comprovadas através da apresentação de atestados e/ou certidões de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acervados pelo CREA, e dos currículos dos profissionais técnicos de nível superior (modelo9).

18.4.4 As notas parciais referentes à Capacidade Técnica Profissional serão atribuídas, independentemente, para o Coordenador Geral e para os especialistas das disciplinas de Geometria e Pavimentação.

18.4.5 Declaração da empresa, nos termos do modelo, Modelo 18 do Edital, indicando:

- Coordenador Geral da equipe técnica para execução dos serviços, objeto do presente Edital;
- Projetista de Geometria, Engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) que obedeça(m) ao disposto neste Edital;
- Projetista de Pavimentação, Engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) que obedeça(m) ao disposto neste Edital.

18.4.6 Comprovação de que o Coordenador Geral para o projeto e o(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) projetista de geometria e projetista de pavimentação indicados pela empresa no subitem 18.4.4, pertence(m) ao quadro permanente de empregados da empresa, na data da abertura da licitação, através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou de seu respectivo Contrato de Prestação de Serviços ou Declaração de que estará disponível na data da celebração do Contrato, nos termos do Modelo 16 deste Edital. Caso o Coordenador Geral para o projeto e/ou algum do(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) indicados pela empresa seja o sócio ou acionista da mesma, deverá fazer prova através do Contrato Social ou Estatuto.

18.4.7 Para cálculo da NT2 deverão ser respeitados os seguintes critérios:

18.4.7.1 O profissional apresentado como Coordenador, alínea NT2a, não poderá ser indicado simultaneamente em quaisquer das funções de Engenheiro Civil ou outro profissional com habilitação legal, das alíneas NT2b e NT2c. Também não poderá ser indicado o mesmo profissional para as alíneas NT2b e NT2c.



18.4.7.2 Todas as alíneas da tabela do subitem 18.4.1 deverão ser pontuadas, sob pena de desclassificação da licitante.

18.4.8 Os itens utilizados para comprovação para cada profissional (modelo 16) deverão estar indexados com o número da página, com realce no número da ART, da CAT e nas dimensões do objeto do atestado (extensão e área).

18.4.9 Para cada serviço relacionado no subitem 18.4.1, a título de experiência técnico profissional, deve ser anexado atestado e/ou certidão que comprove que o profissional tenha participado efetivamente da execução dos serviços e que estejam devidamente certificados pelo CREA com indicação do contrato, nome do contratado e do contratante, bem como discriminação dos serviços.

18.4.10 Apresentar a relação dos profissionais da equipe, conforme Modelo 10 com respectivos currículos, conforme Modelo 09.

18.4.11 Em caso de Consórcio de Empresas, poderão ser apresentados atestados de ambos os profissionais que compõe o Consórcio.

18.5 A NOTA TOTAL da Capacitação Equipe Técnica (NT2) será obtida através da soma da Nota Final de cada profissional (NT2 = NT2a + NT2b + NT2c), considerando arredondamento centesimal.

18.6 Quanto ao cálculo da Nota Técnica (NT):

18.6.1 A Nota Técnica (NT) será obtida mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$NT = NT1 + NT2$$

18.6.2 Será atribuída nota zero (0) à qualquer Proposta Técnica que não atender às condições deste edital.

18.7 Os atestados apresentados no envelope nº 03, referentes à habilitação técnica profissional poderão ser os mesmos apresentados no envelope nº 01, para atribuição da NT2, porém deverão ser apresentados, em cada envelope distinto.

19 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

19.1. Nota de Preço (NP) será determinada conforme definido na fórmula a seguir, utilizando-se duas casas decimais, desprezando-se as demais:

$$NP = 100 \times R$$

19.1.1 Para a fórmula acima entenda-se:

a. NP = Nota de Preço;

b. R = Valor da relação entre o Menor Preço Válido Ofertado e o Valor da Proposta em exame, segundo a fórmula abaixo:



$$R = (MPVO / P)$$

19.1.2 Para o cálculo de R devem ser observados os seguintes parâmetros:

a. MPVO = Menor Preço Válido Ofertado;

b. P = Valor da Proposta em exame;

19.2 O arredondamento da Relação (R) será feito considerando os valores até a quarta casa decimal após a vírgula, desprezando os valores a partir da quinta casa decimal e a nota de preços dos serviços totalizará no máximo 100 (cem) pontos.

20 DA NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES

20.1 Para fins de classificação serão abertos e avaliados

20.2 Os Envelopes nº 01 – Proposta Técnica e nº 02 – Proposta de Preços, para obtenção da Nota Final (NF) da respectiva proposta, a qual será determinada pela média ponderada entre a nota da proposta Técnica (NT) e a nota da Proposta de Preços (NP), **com pesos de 50% (cinquenta por cento) e 50% (cinquenta por cento)**, respectivamente, mediante o que segue:

$$NF = [(NT \times 50) + (NP \times 50)] / 100$$

20.3 A Nota Final será considerada até a segunda casa decimal e desprezadas as demais.

20.4 A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais.

21 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

21.1 Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação cabem recursos, por escrito, nos termos do artigo 94, incisos I e II, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

21.2 O recurso deverá ser protocolizado em 5 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação ou da publicação da decisão da Comissão Permanente de Licitações, no Protocolo da COMEC, podendo os demais licitantes, após formalmente cientificados, oferecerem contrarrazões igualmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.3 Dos atos da Comissão Permanente de Licitação decorrentes da aplicação dos dispositivos deste edital caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a. Julgamento das propostas;



- b. Habilitação ou inabilitação da licitante;
- c. Anulação ou revogação desta licitação;
- d. Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 130 da Lei Estadual nº 15.608/07;
- e. Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

21.4 O recurso previsto nas letras “a” e “b” do item 21.3 terá efeito suspensivo.

21.5 Os recursos e as contrarrazões deverão ser protocolado no site da COMEC, através do sistema Eprotocolo, protocolo digital (Página inicial, opção ‘registrar protocolo’), no endereço descrito no item 2, em dias úteis das 08h30min às 18:00 horas, horário oficial de funcionamento do Estado do Paraná, respeitado o prazo regulamentar, a critério da Comissão Permanente de Licitação, excepcionalmente poderá ser exigida a sua apresentação de maneira física, no endereço citado no item 2, em até 5 (cinco) dias úteis.

21.6 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do seu recebimento, intimando aos interessados a decisão e seus fundamentos.

21.7 O recurso interposto será comunicado às demais licitantes, que poderão contrarrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

21.8 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

21.9 É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

21.10 Na contagem dos prazos exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

21.11 Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito da COMEC.

21.12 O silêncio do licitante ou do representante indicado, na oportunidade própria, implica na decadência do direito de recorrer.

22 TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

22.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste edital para fins de habilitação, mesmo que haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal.

22.2 Ocorrendo a hipótese do item anterior, as microempresas e empresas de pequeno porte serão habilitadas sob condição.



22.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da COMEC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

22.4 O termo inicial do prazo previsto no item anterior corresponderá ao momento em que a microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora do certame.

22.5 A Comissão Permanente de Licitação enviará notificação, através de e-mail, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora do certame regularize a restrição da documentação referente à regularidade fiscal.

22.6 Após a entrega, pela microempresa ou empresa de pequeno porte e devidamente notificada, dos documentos que comprovem a regularização da restrição referentes à regularidade fiscal, a Comissão Permanente de Licitação fará análise dos referidos documentos e decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada a todas as empresas participantes do certame através de e-mail e publicado o resultado final no site da COMEC e no Compras Paraná.

22.7 A interposição de recurso pelas empresas participantes do certame só se iniciará após a divulgação do resultado final estabelecido no item anterior.

22.8 A não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto no item 22.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas legalmente, sendo facultado à COMEC convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

22.9 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do item 17.19 e seguintes.

23 ADJUDICAÇÃO

23.1 O objeto deste certame será adjudicado à empresa vencedora, devendo a adjudicatária ser convocada para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

23.2 O prazo a que se refere o item anterior pode ser prorrogado por igual período, durante o seu transcurso, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela COMEC.

23.3 No prazo estabelecido no item 23.1, a adjudicatária deverá providenciar:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b. Prova de regularidade com as fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;



- c. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF);
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- e. Prova de inscrição ou registro da pessoa jurídica, bem como de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia – CREA;
- f. Número da conta corrente bancária, em nome da adjudicatária, número e denominação do Banco e Agência onde serão depositados os valores referentes aos pagamentos dos serviços;
- g. Garantia de execução, conforme o disposto no item 24.1;

23.4 É facultado à COMEC, quando não atendida à convocação no prazo e condições estabelecidos, revogar a licitação ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-la em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, desde que o preço seja compatível com o praticado no mercado.

23.5 A COMEC deverá promover, no prazo legal, a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial.

23.6 O licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato decorrente desta licitação, o instrumento de constituição e os registros do consórcio nos órgãos competentes, nos termos do parágrafo 2, do artigo 79 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

23.7 Se a empresa vencedora do certame não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, será aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMEC, nos termos da legislação vigente.

24 GARANTIA DE EXECUÇÃO

24.1 A empresa vencedora desta licitação deverá apresentar, na Tesouraria da COMEC, no endereço constante do item 2, no prazo da convocação para a assinatura do contrato, garantia de execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais.

24.2 A garantia de execução de que trata o item anterior deverá ter sua validade no mínimo igual ao prazo de vigência do contrato.

24.3 Em caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, a garantia de execução deverá ser igualmente prorrogada.

24.4 A licitante poderá, para fins de garantia de execução, optar por uma das seguintes modalidades:



a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b. Seguro-garantia;

c. Fiança bancária.

24.5 Qualquer majoração do valor contratual obrigará a contratada a depositar, valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da alteração.

24.6 A devolução da garantia de execução dar-se-á por requerimento, após o término de vigência contratual, mediante a apresentação de:

a. Termo de Recebimento Definitivo;

b. Certidão Negativa de Débitos expedida pelo INSS.

24.7 A licitante perderá a garantia de execução quando:

a. Da inadimplência das obrigações ou rescisão unilateral do contrato de empreitada;

b. Quando do não recebimento provisório ou definitivo ou não aceitação do objeto da licitação pela COMEC.

24.8 Para o licitante que se apresentar na forma de consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada em nome de qualquer das consorciadas, assim como poderá o valor exigido ser atendido pela soma de garantias apresentadas por cada consorciada.

25 CONTRATAÇÃO

25.1 A execução do objeto da licitação dar-se-á mediante contrato de empreitada, a ser firmado entre a COMEC e a empresa vencedora desta licitação, sendo o valor contratual inicial correspondente à proposta de preço vencedora.

25.2 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.3 A execução de serviços extraordinários ou o acréscimo de quantidades deverá ser solicitada previamente pela contratada, no prazo de execução do contrato, autorizada pela COMEC e consignada em termo aditivo.

25.4 O prazo de execução contratual será contado em dias consecutivos a partir da data de entrega da Ordem de Serviço. O contratado obriga-se a promover a anotação do contrato no órgão legalmente responsável, nos termos da legislação vigente.

25.5 A Ordem de Serviço deverá ser expedida dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação do extrato do contrato. A ordem de serviço não expedida neste prazo será considerada, para todos os efeitos, como expedida no último dia do mesmo prazo.



25.6 Caso a empresa contratada não inicie os serviços dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviço, sem que apresente justificativa plenamente aceita, a COMEC se reserva o direito de cancelar a Ordem de Serviço expedida, com a consequente rescisão unilateral do contrato.

26 SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Parte do objeto do contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, ser subcontratado, dentro dos limites previstos no Termo de Referência, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

26.2 No caso de subcontratação deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas/itens autorizados neste Edital, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

26.3 A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a COMEC e a licitante vencedora, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a Autarquia e a subcontratada, inclusive no que diz respeito a medição e pagamento direto a subcontratada.

26.4 A COMEC se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ela realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

26.5 Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pela COMEC, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada por instrumento próprio.

26.6 A Contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

26.7 A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

26.8 A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.



26.9 As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a COMEC que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na COMEC.

26.10 A subcontratação de parte dos serviços fica limitada a 30% (trinta por cento) dentre os serviços destacados no item 22 do Termo de Referência.

27 DISPOSIÇÕES REFERENTES À EXECUÇÃO CONTRATUAL

27.1 Após a assinatura da Ordem de Serviço, a contratada deverá dar início à execução do objeto da licitação, conforme Plano de Trabalho, no prazo máximo de 15 (quinze) corridos após a assinatura do contrato.

27.2 A contratada se obriga a manter os profissionais indicados para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional que deverão participar da execução dos serviços, admitindo-se excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovado pela COMEC;

27.3 A contratada deverá providenciar via quitada do documento de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), expedida pelo respectivo Conselho Regional, constando o nome dos profissionais indicados no modelo 17, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato.

27.4 A contratada se obriga a promover a organização técnica e administrativa dos serviços de modo a conduzi-los eficazmente, de acordo com os documentos e especificações que integram este edital e com os respectivos documentos apresentados na licitação.

27.5 A contratada se obriga a conduzir os serviços com estrita observância às normas da legislação federal, estadual e municipal.

27.6 A contratada se obriga a responder civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar por si, por seus prepostos ou por seus subcontratados, à COMEC ou a terceiros.

27.7 A empresa contratada assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, civis, trabalhistas e previdenciárias, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação, nos termos do artigo 121, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/07 e artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

27.8 A contratada deverá executar os serviços obedecendo às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, comprometendo-se a refazer, às suas expensas, aqueles que se revelarem insatisfatórios ou deficientes.



27.9 Caso seja constatado, durante a execução dos serviços, alguma divergência com o disposto nas planilhas orçamentárias e no projeto executivo, a contratada deverá, imediatamente, solicitar esclarecimentos à COMEC.

27.10 A contratada se obriga a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem, pela COMEC, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução deste objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital e legislação pertinente.

27.11 Qualquer mudança ou desconformidade quanto aos termos e local de entrega dos itens, conforme determinação constante dos anexos deverá ser comunicada imediatamente à COMEC, para as providências e determinações necessárias.

27.12 A COMEC se obriga a prestar todo o esclarecimento e as informações necessárias à execução dos serviços.

27.13 A COMEC se reserva no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, nos casos previstos em lei, mediante justificativa e autorização.

27.14 A contratada deverá disponibilizar pessoal, equipe técnica, equipamentos e veículos, de sua propriedade ou locados de terceiros, na quantidade e pelo prazo necessário à perfeita execução dos serviços.

27.15 A contratada, quando necessário, deverá tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e/ou às empresas de telecomunicações e distribuição de gás e outras concessionárias ou prestadores de serviços, sem ônus para a COMEC.

27.16 A contratada deverá cumprir as determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, que dispõem sobre Segurança e Medicina do Trabalho.

27.17 Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no presente edital e nas obrigações contratuais pela contratada, serão aplicadas as penalidades previstas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

27.18 É obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

27.19 A execução do objeto desta licitação será fiscalizada pela COMEC, que poderá contar com o apoio de outros entes públicos para análises, sejam eles federais, estaduais ou municipais, podendo submeter o projeto à aprovação destes, caso pertinente.

27.20 A tolerância por parte da COMEC, de caráter excepcional, com relação ao descumprimento pela contratada, das obrigações legais e contratuais, assim como, as




transigências tendentes a facilitar a regularização de eventuais ocorrências, não constituirão novação.


28 MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

28.1 A medição dos serviços será procedida mensalmente e somente será aprovada se os produtos apresentados estiverem de acordo com o avanço dos trabalhos previstos, assim como as Notas Fiscais/Faturas de Prestação de Serviços e demais documentos exigidos pela legislação em vigor somente deverão ser apresentadas após a efetivação das etapas apresentadas no Cronograma Físico e Financeiro a seguir:



<div>  <div> COMEC DIRETORIA TÉCNICA CRONOGRAMA FÍSICO </div> </div>							
Item	Serviço	Mês					
		1	2	3	4	5	6
1	CONTAGENS DE TRÁFEGO				EXECUTIVO DO COMPLETA MINUTA DA ENTREGA	ANÁLISES TÉCNICAS E POSSÍVEIS SOLICITAÇÕES DE CORREÇÕES E/OU COMPLEM.	EXECUTIVO DO PROJETO DEFINITIVAS VIAS DAS ENTREGA
1.1	CONTAGEM DE TRÁFEGO - 1 POSTO - 2 DIAS ÚTEIS E CONSECUTIVOS - 24 HORAS	100					
2	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS						
2.1	ESTUDO TOPOGRÁFICO - LINHA GERAL- FAIXA DE DOMÍNIO - Com Nivelamento e Contranivelamento	50	50				
2.2	ESTUDO TOPOGRÁFICO - ÁREAS COMPLEMENTARES		100				
2.3	POLIGONAL DE ACESSO A OCORRÊNCIAS		100				
2.4	ESTUDO TOPOGRÁFICO - MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO GEOMÉTRICO EM CAMPO			100			
3	SONDAGENS GEOTÉCNICAS						
3.1	SONDAGEM A TRADO	50	50				
3.2	SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) COM LAVAGEM			100			
3.3	SONDAGEM ROTATIVA EM SOLO			100			
3.4	SONDAGEM ROTATIVA EM ROCHA			100			
3.5	MOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS SONDAGEM ROTATIVA E PERCUSSÃO			100			
3.6	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM ROTATIVA E/OU PERCUSSÃO - POR FURO			100			
3.7	SONDAGEM DE PAVIMENTO - POÇO DE INSPEÇÃO	100					
4	ENSAIOS GEOTÉCNICOS						
4.1	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO		50	50			
4.2	GRANULOMETRIA POR SEDIMENTAÇÃO		50	50			
4.3	LIMITES DE ATEMBERG (LL E LP)		50	50			
4.4	COMPACTAÇÃO E ISC NA ENERGIA NORMAL (6 pontos)		50	50			
4.5	MASSA ESPECÍFICA REAL DOS GRÃOS		50	50			
5	ENSAIOS/LEVANTAMENTOS DE CAMPO						
5.1	DENSIDADE "IN SITU"	50	50				
5.2	UMIDADE "IN SITU"	50	50				
6	ESTUDOS PRELIMINARES						
6.1	ESTUDOS DE TRÁFEGO - LINHA GERAL	100					
6.2	ESTUDO TOPOGRÁFICOS		100				
6.3	ESTUDOS HIDROLÓGICOS (LINHA GERAL - SEM PONTES)		100				
6.4	ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS		50	50			
6.5	ESTUDOS DE TRAÇADO		100				



<div>  <div> COMEC DIRETORIA TÉCNICA CRONOGRAMA FÍSICO </div> </div>							
Item	Serviço	Mês					
		1	2	3	4	5	6
7	PROJETOS				EXECUTIVO PROJETO DO COMPLETA MINUTA DA ENTREGA	ANÁLISES TÉCNICAS E POSSÍVEIS SOLICITAÇÕES DE CORREÇÕES E/OU COMPLEM.	EXECUTIVO PROJETO DO DEFINITIVAS VIAS DAS ENTREGA
7.1	PROJETO GEOMÉTRICO			50			
7.2	PROJETO DE TERRAPLENAGEM			50			
7.3	PROJETO DE DRENAGEM E OAC			50			
7.4	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO		50				
7.5	PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL			50			
7.6	PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS						
7.7	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES			50			
7.8	PROJETO DE PAISAGISMO			50			
7.9	PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PERÍMETRO URBANO			50			
7.10	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO			50			
7.11	ORÇAMENTO			50			
8	ESTUDOS AMBIENTAIS						
8.1	INVENTÁRIO FLORESTAL			100			
8.2	PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC			100			
8.3	COMPONENTE AMBIENTAL		50	50			
9	SERVIÇOS GRÁFICOS						
9.1	Impressão, montagem dos volumes e encadernação						
Medição Mensal		10,45%	24,34%	24,73%	28,16%	0,00%	12,31%
Medição Acumulada		10,45%	34,79%	59,52%	87,69%	87,69%	100,00%

28.2 As porcentagens previstas serão atribuídas ao valor total dos serviços contratados, e consideram 100% dos Serviços previstos para cada etapa.

28.3 No 4º mês deverá ser entregue a minuta completa do Projeto Executivo, com todos os itens previstos neste Termo de Referência, orçamento e cronograma completos, atendendo escopo mínimo estipulados nas normas técnicas e manuais de referência.

28.4 No 5º mês deverá ocorrer a análise de minuta pela COMEC. Este poderá solicitar auxílio a outros órgãos competentes da esfera pública estadual. Em caso de necessidade, seja por descumprimento de escopo, não atendimento a normas técnicas vigentes, melhora na eficiência da prestação do serviço público ou outros motivos razoáveis, a COMEC poderá solicitar alterações, correções ou complementações à Contratada.



28.5 A 6ª medição, final, deverá ser realizada somente após a aprovação integral do Projeto Executivo, incluindo todos os seus anexos objeto desta contratação, e entrega das vias finais impressas e digitais.

28.6 O Gerente do Contrato deve comunicar expressamente a Contratada que procedeu a medição dos serviços, informar o período e o valor para a emissão da respectiva Nota Fiscal.

28.7 O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma de desembolso máximo por período, a ser preenchido pelas proponentes conforme modelo apresentado no Modelo 13 deste Edital, atendendo aos limites máximos estabelecidos na tabela a seguir:

<i>Mês/Medicação</i>	<i>Valor mensal máximo</i>	<i>Valor acumulado máximo</i>
01	R\$ 83.266,79	R\$ 83.266,79
02	R\$ 193.869,39	R\$ 277.136,18
03	R\$ 196.980,74	R\$ 474.116,92
04	R\$ 224.339,73	R\$ 698.456,65
05	R\$ 0,00	R\$ 698.456,65
06	R\$ 98.068,68	R\$ 796.525,34

28.8 A Contratada deve apresentar ao Gerente do Contrato a respectiva Nota Fiscal para o devido atesto, bem como “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)”, devidamente quitada, indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao INSS, relativa ao objeto.

28.9 O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em até 30 (trinta) dias corridos de prazo, contados da data do atesto na respectiva Nota Fiscal, desde que a Contratada:

a) esteja com documentação fiscal e trabalhista VÁLIDA junto ao Cadastro Unificado/Geral de Fornecedores do Estado do Paraná, no Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços, Departamento de Administração de Material – DEAM, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, sítio <http://www.comprasparana.pr.gov.br>. (Decreto nº 9.762/2013); e

b) informe, expressamente, os dados da agência e conta corrente junto ao Banco do Brasil S/A, conforme disposto no Decreto nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.



28.10 Durante toda a vigência do contrato, sob pena de aplicação de multa e rescisão unilateral, a Contratada deve:

- a) manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Edital.
- b) apresentar, mensalmente, “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)”, devidamente quitada, indicando a COMEC como tomador dos serviços e, sempre que solicitado, outros documentos necessários como requisito para pagamento, especialmente no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista

28.11 Constatada irregularidade fiscal no ato do pagamento, a COMEC, imediatamente, notificará a Contratada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da correspondência, efetuar a regularização do débito ou apresentar defesa, ficando suspensa a liquidação do crédito em até 10 (dez) dias corridos, nos termos da Resolução Conjunta nº 003/2007 – PGE/SEFA.

28.11.1 Se a Contratada não regularizar o débito ou não apresentar defesa ou se esta for indeferida, a COMEC poderá rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da multa.

28.12 Os preços contratuais, quando for o caso, estarão sujeitos a reajustamento, de acordo com o estabelecido neste Edital, e com a variação dos seguintes índices, publicados na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas:

Consultoria: Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Obras Rodoviárias – Consultoria (coluna 39).

28.13 Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, os valores serão atualizados monetariamente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e acrescidos de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês “*pro rata temporis*”, desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

29 REAJUSTAMENTO

29.1 O valor contratual somente poderá sofrer reajuste após completar o período de 01 (um) ano, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, nos termos da Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

29.2 O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá à seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{I_i}{I_o} - 1 \right) \times V_r \quad \text{sendo} \quad \left(\frac{I_i}{I_o} - 1 \right) = K$$

onde: R = Valor do reajustamento procurado

V_r = Valor da fatura a ser reajustada



KK = Fator de Reajustamento

$I_0 I_0$ = Índice econômico vigente na data da apresentação da proposta

$I_t I_t$ = Índice econômico vigente no mês de vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da apresentação da proposta

29.3 O Índice econômico a ser utilizado será o índice de “Consultoria” de Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Obras Rodoviárias FGV.

29.4 Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, (se os motivos de interrupção, os quais motivaram a alteração do cronograma, estiverem justificados e aceitos pela COMEC).

29.5 A cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, proceder-se-á novo reajustamento de acordo com a metodologia citada.

29.6 Somente será concedido reajuste, caso a motivação para a prorrogação da execução do contrato não seja imputada a contratada.

30 ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

30.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do artigo 123, inciso I, alíneas “a” e “b”, parágrafos 2º, 3º e 4º, da Lei Estadual nº 15.608/07 e artigo 73, inciso I, alíneas “a” e “b”, parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.666/93, tendo sido realizadas e completadas todas as etapas do serviço contratado, desde que aceitas pela Contratante.

30.2 O Termo de Recebimento Definitivo relativo aos Relatórios de Revisão de Projetos só será expedido em até 90 (noventa) dias após a expedição do Termo de Recebimento Provisório destes, devendo a contratada, durante este período, manter mobilizados homens e equipamentos necessários suficientes para proceder eventuais correções.

30.3 A desconformidade do objeto com as condições indispensáveis ao recebimento sujeita a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.

31 PENALIDADES

31.1 A licitante estará sujeita às penalidades previstas no subitem 31.2 quando:

I – Prejudicar o andamento do procedimento licitatório;

II - Não manter sua proposta;

III - Fizer declaração falsa, na fase de habilitação;

IV - Apresentar documento falso;

V - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;



VI - Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

VII - deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

31.2 As condutas previstas no subitem 31.1 submeter-se-ão às seguintes penalidades:

I - Advertência na hipótese prevista no inciso I, do subitem anterior;

II – Multa sobre o valor máximo estimado pela COMEC para a contratação, nos seguintes percentuais:

II a - De 0,2% no caso do inciso VII, do subitem anterior;

II b - De 0,5% no caso do inciso III, do subitem anterior;

II c - De 1% nos casos dos incisos II; IV, V e VI, do subitem anterior.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMEC pelo prazo de até 2 (dois) anos quando praticada a conduta prevista no inciso II, do subitem anterior e,

IV - Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando praticadas as condutas previstas nos incisos III, IV, V, VI, do subitem anterior.

31.3 A contratada estará sujeita às penalidades previstas no subitem 31.4 quando:

I - Prejudicar o andamento da contratação;

II - Deixar de assinar o termo contratual, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital;

III – Deixar de apresentar ou apresentar o Plano de Trabalho em desconformidade com o Termo de Referência, *Anexo 01* deste Edital;

IV - Descumprir obrigação contratual;

V - Abandonar a execução do contrato;

VI - Incorrer em inexecução contratual;

VII - Agir de má-fé na relação contratual;

VIII - Deixar de apresentar, em qualquer momento, inclusive quando da assinatura do Contrato, documento que comprove sua regularidade fiscal e trabalhista.

31.4 As condutas previstas no subitem 31.3 submeter-se-ão às seguintes penalidades:

I - Advertência nas hipóteses previstas no inciso I, do subitem anterior;

II - Multa sobre o valor total do contrato, na época da infringência, nos seguintes percentuais:

II a - de 0,05% no caso do inciso IV, do subitem anterior por dia de atraso, quando ocorrer irregularidade no cumprimento do cronograma de execução;



II b - de 0,5% nos casos do inciso II, III e nas demais hipóteses abrangidas pelo inciso IV, do subitem anterior;

II c - de 1% no caso dos incisos V e VI, do subitem anterior;

II d - de 2% no caso do inciso VIII, do subitem anterior,

II e - de 5% no caso do inciso VII, do subitem anterior.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMEC pelo prazo de até 2 (dois) anos quando praticadas as condutas previstas nos incisos II, III, IV, V e VI, do subitem anterior.

IV - Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando praticada a conduta prevista no inciso VII, do subitem anterior.

31.5 O procedimento administrativo destinado à apuração do ato faltoso e aplicação da sanção correspondente, será autônomo e obedecerá, quanto aos prazos e forma, o disposto nos artigos 161 e 162, da Lei Estadual nº 15.608 de 16 de agosto de 2007.

31.6 A competência para autorizar a instauração do procedimento administrativo e aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade, inclusive quando cumulada com a pena de multa, pertence ao Governador do Estado do Paraná.

31.7 A competência para autorizar a instauração do procedimento administrativo e aplicar a sanção de advertência, multa e/ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMEC, é do Diretor Presidente da COMEC.

31.8 Os efeitos das sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COMEC e declaração de inidoneidade estendem-se:

a) aos sócios de pessoa jurídica incurso nas penalidades de suspensão temporária do direito de licitar e impedidas de contratar com a COMEC ou de declaração de inidoneidade, enquanto perdurar os efeitos das sanções;

b) a pessoa jurídica que tenha como sócio, pessoa física integrante de sociedade que está sob os efeitos das sanções de suspensão temporária do direito de licitar e impedida de contratar com a COMEC ou de declaração de inidoneidade.

31.9 A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contrato ou, no caso da licitante, cobrada judicialmente.

31.10 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela COMEC, ou ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.



31.11 Se para o pagamento da multa estipulada for utilizado no todo ou em parte o valor da garantia, a mesma deverá ser recomposta pela contratada.

31.12 Os prazos citados serão contados a partir do recebimento da notificação enviada pela COMEC à Contratada/licitante.

31.13 A proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, é sanção de competência exclusiva das autoridades ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e da Capitania dos Portos, do Ministério da Marinha, processando-se conforme o estabelecido na Lei Federal n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

32 DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1 Todos os horários definidos neste edital têm como referência o horário oficial de Brasília, Distrito Federal.

32.2 Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator imprevisível.

32.3 Todas as disposições estabelecidas neste edital farão parte integrante do contrato, independente da transcrição no mesmo.

32.4 As empresas interessadas em participar desta licitação, deverão observar o disposto no presente edital, modelos e anexos, considerando de igual importância todos os textos descritos em itens, subitens, cláusulas, parágrafos, incisos, alíneas, alíneas numeradas, quadros, rodapés, textos em negrito, informações e esclarecimentos necessários a serem prestados posteriormente, de modo que nada tenham a reclamar.

32.5 A proposta de preço e os documentos de habilitação não podem conter emendas ou rasuras.

32.6 Os preços unitários e global, estabelecidos nas planilhas orçamentárias incluem todos os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, aos seguintes itens:

- a. Todos os materiais, inclusive o transporte até o local dos serviços;
- b. Toda a mão de obra, especializada ou não;
- c. Todas as despesas com equipamentos, telefonia, energia, água e saneamento;
- d. Todas as despesas com profissionais, consultores, técnicos, desenhistas, motoristas, ajudantes gerais, ou seja, todo o pessoal necessário à direção, execução, controle e administração;
- e. Todas as despesas com transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do



Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado;

f. Todas as despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, bem como resultante de caso fortuito, ou de força maior, que possam causar danos aos serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão da contratada;

g. Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto do contrato;

h. Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos;

i. Despesas relacionadas ao controle de qualidade;

j. Despesas com a indicação dos profissionais responsáveis e recolhimento de anotação de responsabilidade técnica;

k. Outras despesas que se revelem próprias da natureza de atividades do executor.

32.7 É facultado a qualquer licitante formular observações no transcurso das sessões desta licitação, devendo constar na respectiva ata dos trabalhos.

32.8 A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste edital, seus anexos e modelos, pois a apresentação da proposta de preços submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

32.9 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

32.10 É facultada à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

32.11 Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal da COMEC, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

32.12 A COMEC reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade bem como desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que desabone sua idoneidade, afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.



32.13 Todos os Projetos especificados ao encargo integral da contratada, desde que aceitos pelo Órgão Licitante passarão à propriedade do Estado do Paraná, para plena e irrestrita utilização pela Administração Pública, a qualquer tempo, incluindo eventuais modificações, adaptações e outros. Os direitos patrimoniais dos projetos a serem contratados serão cedidos ao Estado do Paraná, os quais poderão ser plenamente utilizados pela Administração.

32.14 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este edital, modelos, anexos ou o contrato vinculado a esta licitação, as licitantes deverão se subordinar ao foro da Justiça Estadual de Primeira Instância, com sede na cidade de Curitiba, com exclusão de qualquer outro.

Curitiba, 25 novembro de 2020.

GILSON SANTOS
Diretor-Presidente da COMEC



33 ANEXOS

Anexo A – Termo de Referência;

Anexo B – Minuta do Contrato;

Anexo C – Modelos

Modelo 01 – Carta Credencial;

Modelo 02 – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;

Modelo 03 – Atestado de Visita Técnica;

Modelo 04 – Declaração;

Modelo 05 – Carta Proposta;

Modelo 06 – Carta de Apresentação da Proposta Técnica;

Modelo 07 – Termo de Encerramento do Volume;

Modelo 08 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Proposta Técnica;

Modelo 09 – Ficha Curricular;

Modelo 10 – Relação da Equipe Técnica;

Modelo 11 – Quadro de Quantidades e Preços Unitários;

Modelo 12 – Quadro Demonstrativo de Custos;

Modelo 13 – Cronograma de Desembolso;

Modelo 14 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Proposta de Preço;

Modelo 15 – Experiência Técnica da Empresa Licitante;

Modelo 16 – Quadro resumo da Capacidade Técnica – Profissional;

Modelo 17 – Declaração de Responsabilidade Técnica;

Modelo 18 – Declaração de Disponibilidade;

Modelo 19 – Declaração de Cessão de Direitos Patrimoniais e Autorais;

Modelo 20 – Capacidade Financeira (Preenchimento Obrigatório);

Modelo 21 – Declaração de Idoneidade;

Modelo 22 – Declaração de Inexistência de Menores no Trabalho e Empregos da Licitante;



Modelo 23 – Termo de Renúncia ao Direito de Recorrer do Julgamento da Fase De Habilitação;

Modelo 24 – Autorização Inclusão na Equipe Técnica;

Modelo 25 – Declaração de Pleno Conhecimento e de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.



CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 087/2020/GMS

ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA



CONCORRÊNCIA - EDITAL nº 05/2020/COMEC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Desenvolvimento de estudos e serviços de engenharia para elaboração do Projeto Executivo para Pavimentação das Estradas Rurais de Ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, iniciando em São José dos Pinhais na Rua Pedro Buhner, a 100 m da Rua Antônio Singer, seguindo pelas ruas Arcioto Claudino Barbosa, Domingos Benvenuto Moleta e Vereador Benvenuto Moleta, terminando no entroncamento com a Estrada Gilberto Palú, em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, com extensão total de 26,61 km.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A COMEC tem por objetivo coordenar as funções públicas de interesse comum entre os municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba, incluindo o sistema viário rural de interesse metropolitano.

Em termos gerais, o projeto executivo a ser elaborado é o primeiro passo para pavimentação integral do trecho de ligação rural entre Mandirituba e São José dos Pinhais, fomentando o desenvolvimento agroeconômico local.

Estes segmentos de vias vicinais atendem basicamente tráfego dos moradores e trabalhadores da região, além de escoamento da produção local, tendo volume diário médio baixo, justificando pavimentação da mesma sem definição de classe rodoviária, mantendo sua característica de atendimento local.

A pavimentação da via, além de permitir o melhor escoamento da produção, deverá proporcionar melhores condições de acesso dos moradores a serviços públicos básicos, como saúde e educação.

3. ORÇAMENTO - PREÇO MÁXIMO

R\$ 796.525,34 (setecentos e noventa e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), conforme orçamento sintético referencial. Data base: julho/2020.

REGIME DE EXECUÇÃO

4. Execução indireta – empreitada por preço global.

5. CONSÓRCIO DE EMPRESAS

Sim.

6. CAPACIDADE FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Sim.

Utilizar os Índices de Liquidez Corrente e Geral $\geq 1,00$ e Endividamento $\leq 1,00$.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS

Sim, no valor mínimo de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais).



8. ATESTADO DE VISITA

Sim. Emitido pelo Coordenador de Obras da COMEC.

9. PROPOSTA TÉCNICA - REQUISITOS

A Nota Técnica (NT) de cada proposta será obtida pela média ponderada das notas correspondentes a cada um dos grupos de documentos, considerando as seguintes pontuações máximas:

ITENS A SEREM AVALIADOS	NOTAS MÁXIMAS
EXPERIÊNCIA TÉCNICA DA EMPRESA (NT1)	50 PONTOS
CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA (NT2)	50 PONTOS
TOTAL (NT)	100 PONTOS

O item Experiência Técnica da Empresa (NT1) será julgado atribuindo-se até 50 (cinquenta) pontos, assim distribuídos:

TIPO DE SERVIÇO	PONTUAÇÃO POR ATESTADO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Elaboração e/ou supervisão de Projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	05	50

O item “Capacitação da Equipe Técnica” (NT2) será julgado atribuindo-se até 50 (cinquenta) pontos, objetivando demonstrar que seus técnicos possuem experiência na execução de serviços similares aos do objeto deste Edital, comprovadas através da apresentação de atestados e/ou certidões de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acervados pelo CREA, e dos currículos dos profissionais técnicos de nível superior.

As notas parciais referentes à Equipe Técnica serão atribuídas, independentemente, para o Coordenador Geral e para os especialistas das disciplinas de Geometria e Pavimentação.

Somente serão considerados, para fins de atribuição de notas, os fatos alegados e devidamente comprovados por atestados ou certidões.

A Pontuação dos Atestados/Acervo dos Profissionais, notas N2a, N2b e N2c serão atribuídas conforme tabela a seguir:



Alínea	Capacitação dos profissionais	Critérios de pontuação	
		Pontos por atestado	Pontuação máxima
N2a	Coordenador Geral: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência em Coordenação e/ou Fiscalização e/ou Supervisão de elaboração de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	20
N2b	Projetista de Geometria: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência na elaboração de projetos geométricos para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	15
N2c	Projetista de Pavimentação: Engenheiro Civil, ou outro profissional com habilitação legal, com experiência na elaboração de projetos de pavimentação (poliédrica regular e/ou com blocos de concreto intertravados e/ou asfáltica e/ou outra de semelhante ou superior complexidade) para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias, com extensão mínima igual a 13,3 km	5	15
Pontuação máxima total			50

A NOTA TOTAL da Capacitação Equipe Técnica (NT2) será obtida através da soma da Nota Final de cada profissional ($N2 = N2a + N2b + N2c$), considerando arredondamento centesimal.

A Nota Técnica (NT) será obtida mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$NT = NT1 + NT2$$



As Notas de Preços (NP) serão determinadas conforme definido na fórmula à seguir:

$$NP = (100) \times \frac{P_{min}}{P_i}$$

Onde:

NP = Nota de Preços;

P_{mín} = proposta de menor valor ofertado;

P_i = proposta de preço que está sendo analisada.

A Nota Final (NF) da respectiva proposta será determinada pela média ponderada entre a nota da Proposta Técnica (NT) com peso 50 (cinquenta) e a nota da Proposta de Preços (NP) com peso 50 (cinquenta), expressando a nota final, que variará de 0 (zero) a 100 (cem), mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$NF = NT \times 0,5 + NP \times 0,5$$

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de Experiência técnica da Empresa através de Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a(s) empresa(s) tenha(m) executado serviço(s) similar(es) ao objeto do presente Edital, abrangendo a execução de serviços de elaboração e/ou supervisão de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estrada rural e/ou de rodovia com extensão mínima igual a 13,3 km.

Comprovação, através de Certidão(ões), Atestado(s) ou Declaração(ões) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que o(s) engenheiro(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) pela empresa, tenha(m) participado da coordenação e/ou gerenciamento e/ou supervisão e/ou fiscalização de serviços de projetos executivos de engenharia para obras de implantação e/ou pavimentação de estradas rurais e/ou de rodovias com extensão mínima igual a 13,3 km.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de **180 (cento e oitenta)** dias corridos.

12. PREVISÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO:

Sim.

13. SUSTENTABILIDADE:

Deverão ser observadas as seguintes diretrizes ambientais:

- Anexo D – Componente Ambiental – Inventário Florestal
- Anexo E – Componente Ambiental – Documentos para Outorga



- Anexo F – Componente Ambiental – Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC

14. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

A empresa contratada deverá apresentar à Diretoria Técnica da COMEC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a data da assinatura do Contrato:

- Plano de Trabalho para execução dos serviços, atendendo no mínimo, ao estabelecido neste Termo de Referência anexo ao Edital;
- Composições dos preços unitários propostos dos serviços a serem executados, assinadas por engenheiro civil, como dispõem os artigos 13 e 14 da Lei Federal nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966.

A contratada deverá executar os serviços obedecendo às condições previstas nas normas relacionadas abaixo, comprometendo-se a refazer aqueles que se revelarem insatisfatórios ou deficientes, sem ônus para a COMEC:

- no Termo de Referência – Anexo 01 do Edital;
- no Escopo Básico para Projetos de Implantação de Rodovias do DER/PR;
- nas Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários do DNIT;
- no Manual de Gerenciamento de Projetos Rodoviários do DER/PR;
- nas Especificações de Serviços Rodoviários do DER/PR;
- no Manual de Execução de Serviços Rodoviários do DER/PR;
- nas Especificações de Materiais para Serviços Rodoviários do DER/PR;
- no Manual de Instruções Ambientais para Obras Rodoviárias;
- nas Normas de Segurança para Trabalhos em Rodovias do DER/PR;
- no Manual de Gerenciamento de Obras Rodoviárias do DER/PR;
- nas Normas da ABNT e outras aceitas internacionalmente;
- na legislação ambiental vigente.

A contratada deve disponibilizar pessoal, equipe técnica, equipamentos e veículos, de sua propriedade ou locados de terceiros, na quantidade e pelo prazo necessário à perfeita execução dos serviços.

A equipe técnica relacionada pela empresa para a execução dos serviços fica obrigada a realizar pessoal e diretamente os serviços objeto desta licitação. A substituição por parte da empresa de qualquer um dos componentes da equipe técnica proposta, somente será admitida se o currículo do técnico substituto for no mínimo equivalente ao do técnico substituído, desde que autorizado pela COMEC.

A contratada assume o compromisso de substituir o local dos serviços, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos contados da data da notificação formal emitida pela

Página 60 de 200



COMEC, qualquer funcionário que se revelar negligente, não habilitado ou que demonstre comportamento inadequado.

Os empregados da empresa contratada não serão subordinados hierarquicamente à COMEC, por consequência, não possuirão qualquer vínculo empregatício com o mesmo. A empresa contratada será responsável por todas as obrigações, encargos sociais e tributos pertinentes, inclusive as decorrentes de dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias e as ações trabalhistas, bem como, por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas durante a execução dos serviços, questões, reclamações, demandas judiciais, ações e indenizações.

A contratada responderá diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros e à COMEC, por qualquer irregularidade praticada na execução dos serviços contratados, seja por ação, omissão ou negligência.

Todas as questões trabalhistas, reclamações, demandas judiciais e indenizações oriundas de danos causados pela contratada, serão de sua única e inteira responsabilidade.

A contratada deverá cumprir as determinações da Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, e da Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, que dispõem sobre Segurança e Medicina do Trabalho, atendendo fielmente às disposições a seguir transcritas, relativas à segurança ocupacional.

Previamente à execução dos serviços, deverá colocar e manter placas e balizas indicadoras nos locais de trabalho, nas dimensões e cores constantes das normas adotadas pelo DER/PR; poderão ser utilizados outros dispositivos de sinalização, tais como cones, cilindros de trânsito, painéis verticais e sinalização noturna; a COMEC, através do Gerente de Contrato designado, reserva-se o direito de exigir a complementação dos dispositivos de segurança, sempre que constatar deficiência na sinalização implantada.

O transporte de pessoal até o local dos serviços será de exclusiva responsabilidade da contratada, devendo atender à legislação de trânsito vigente, inclusive quanto à obtenção de licença para transporte de pessoal junto ao(s) órgão(s) rodoviário(s) competente(s).

Os funcionários deverão trabalhar devidamente uniformizados, com identificação visível da contratada, e munidos dos equipamentos de proteção individual necessários e em acordo com as Normas de Segurança do Trabalho do DER/PR.

A contratada deve incluir em seu preço global proposto, todos os custos necessários para a perfeita compreensão, quantificação e execução de todos os serviços necessários para execução das obras referentes aos trechos a ser projetados, sendo que a contratada deve tomar conhecimento de todas as particularidades dos trechos a ser projetados, não podendo, assim, alegar desconhecimento de eventuais dificuldades ou deficiências quando da apresentação para aprovação pela COMEC, dos referidos projetos.

Os serviços previstos deverão ser desenvolvidos sequencialmente, dentro das etapas de pré-análise (diagnóstico) e projeto executivo, de acordo com o Manual de Projetos do DNIT, ou o Manual de Gerenciamento de Projetos Rodoviários do DER/PR,



com apresentação de relatórios periódicos de andamento, de acordo com o cronograma deste Termo de Referência.

A contratada deverá entregar o cronograma detalhado de execução dos trabalhos à fiscalização dos projetos, antes do início dos trabalhos.

A contratada deve entregar à COMEC, toda a documentação relativa aos procedimentos de Outorga de Direito, conforme modelos “Documento – Outorga”, constante no Anexo ao presente Edital.

A contratada deverá preencher a Ficha de Caracterização Ambiental – FCA e demais documentos necessários para atendimento à Instrução Normativa 001/2015 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, visando consulta àquele Instituto quanto à modalidade de autorização arqueológica a ser seguida. Os estudos arqueológicos não são objetos desta contratação.

Os projetos deverão ser elaborados por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução nº 218, do CONFEA, bem como as normas do CAU/BR.

Os projetos deverão conter todos os elementos necessários para sua correta compreensão e consequente execução. Qualquer projeto elaborado deverá ser encaminhado para a fiscalização para aprovação.

Quando necessário, os projetos deverão ser encaminhados para a aprovação nos órgãos competentes a eles afetos. Todos os Projetos Complementares deverão ser aprimorados e/ou elaborados em compatibilidade com os projetos anteriormente desenvolvidos.

A fiscalização dos projetos não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos ou serviços, no todo ou em partes, que dificultem ou impossibilitem a conclusão dos serviços.

As aprovações dos projetos pelos órgãos competentes a eles afetos, quando a legislação exigir, bem como licenças e vistos de projetos, referentes aos órgãos municipais e /ou estaduais, serão exigidas pela fiscalização e pelo contratante, em qualquer fase dos projetos, inclusive para pagamento e recebimento dos serviços, quando exigidas pela legislação em vigor, ainda que tenham sido citadas ou deixadas de serem aqui mencionadas.

Serão encargos da CONTRATADA todas as despesas com o CREA e taxas de aprovação e consulta junto a Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos, órgãos, entidades e outras empresas, bem como qualquer despesa que se fizer necessária para o bom andamento e desenvolvimento do objeto especificado por este Termo de Referência.

Os projetos serão considerados concluídos quando aprovados pela fiscalização dos projetos e forem também aprovados nos órgãos e empresas, conforme legislação específica.

A CONTRATADA deverá assumir toda a responsabilidade pelos serviços prestados, dando por eles total garantia e a execução dos serviços deverá ser orientada por profissional habilitado, utilizando-se equipamentos adequados e obedecendo-se aos critérios de segurança recomendados.



A empresa não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela prestação dos serviços ora contratados, salvo se expressamente autorizada a subcontratação de parcela do objeto pela fiscalização dos projetos.

A fiscalização dos projetos se reserva o direito de recusar ou solicitar o refazimento de serviços que considere inadequados e/ou abaixo dos padrões de qualidade pretendidos.

A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos serviços em até 5 dias após a assinatura do contrato, registrada no CREA e/ou CAU da região onde os serviços forem prestados, sob pena de paralisação dos trabalhos e incorrer nas penalidades dela decorrentes.

Nos atrasos que porventura venham a ocorrer, não serão admitidas justificativas baseadas na eventual insuficiência de projetistas e de funcionários relacionados à prestação dos serviços.

A empresa CONTRATADA se compromete em prontamente atender aos chamados e a dar início ao atendimento das solicitações feitas pela fiscalização dos projetos em no máximo três dias após tomar ciência e, sempre que necessário, elaborar e cumprir um cronograma de execução das ações ou serviços. Em caso de descumprimento deste requisito, a CONTRATADA incorrerá em inexecução parcial do contrato e sujeitar-se-á às sanções previstas nos arts. 150 e ss da Lei Estadual nº 15.608/07 c/c o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

O profissional designado pela empresa para ser o Coordenador do Projeto em questão deverá ser o preposto da empresa executora e responsável pelo contato entre a empresa e a fiscalização dos projetos.

Quaisquer ocorrências nos serviços que impossibilitem a prestação total ou parcial do previsto em projeto deverão ser imediatamente comunicadas à fiscalização dos projetos, que analisará a impossibilidade executiva. Caberá à fiscalização dos projetos a avaliação do problema e a prévia autorização para que seja introduzida qualquer modificação não prevista.

Nenhuma ocorrência de responsabilidade da CONTRATADA constituirá ônus ao órgão contratante e nem motivará a ampliação dos prazos contratuais.

No valor global pelo serviço de elaboração dos projetos objeto deste, deverá ser incluído o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessária, bem como todos os demais encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prêmios de seguro, cópias, plotagens, CD/ s, lucro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, de administração, serviços e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do serviço.

Caso a empresa adjudicada não seja de Curitiba ou sua região metropolitana, todas as despesas referentes aos deslocamentos e hospedagem para realização de reuniões periódicas deverão estar contidas no valor global.

Serão encargos da CONTRATADA todas as despesas com o CREA e taxas de aprovação e consulta junto a Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos, órgãos, entidades e outras empresas, bem como qualquer despesa que se fizer



necessária para o bom andamento e desenvolvimento do objeto especificado por este Termo de Referência.

O pagamento será realizado em parcelas do valor global. As parcelas serão pagas de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela fiscalização dos projetos, após ter sido evidenciada a total entrega dos itens que as compõem.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações contidas neste Termo de Referência e em sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à satisfação do escopo;

Refazer às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios resultantes de sua má execução;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a COMEC;

Relatar a COMEC toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

Impedir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado/Geral de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, principalmente aquelas relacionadas ao Projeto de Desapropriação;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 104 da Lei Estadual n.º 15.608, de 2007;

Zelar pelo perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Edital, observando rigorosamente os prazos fixados; e

Assegurar que nos preços já estejam computados os impostos, frete, seguro, materiais, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto.



A CONTRATADA deverá promover reuniões semanais ou quinzenais, com a fiscalização dos projetos conforme cronograma apresentado. Estas reuniões servirão para orientações mútuas e para tomada de ciência sobre o andamento da elaboração dos projetos, bem como para que sejam tomadas disposições para os ajustes e ações corretivas que se fizerem necessárias.

16. OBRIGAÇÕES DA COMEC

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, a ser realizado pelo Gerente do Contrato;

Efetuar pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber;

Deixar de responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados; e

A CONTRATANTE emitirá Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo, em cumprimento aos requisitos contidos nas alíneas "a" e "b" do item "I", art. 123 da Lei Estadual nº 15.608/07 c/c o art. 73 Lei nº 8.666/93.

Cumprir e fazer cumprir o disposto no Edital e seus Anexos.


17. GARANTIA DE CONTRATO

Sim (5%).


18. MEDIÇÃO

A medição dos serviços será procedida mensalmente e somente será aprovada se os produtos apresentados estiverem de acordo com o avanço dos trabalhos previstos, assim como as Notas Fiscais/Faturas de Prestação de Serviços e demais documentos exigidos pela legislação em vigor somente deverão ser apresentadas após a efetivação das etapas apresentadas no Cronograma Físico e Financeiro a seguir:



<div>  <div> COMEC DIRETORIA TÉCNICA CRONOGRAMA FÍSICO </div> </div>							
Item	Serviço	Mês					
		1	2	3	4	5	6
1	CONTAGENS DE TRÁFEGO				EXECUTIVO PROJETO DO COMPLETA MINUTA DA ENTREGA	ANÁLISES TÉCNICAS E POSSÍVEIS SOLICITAÇÕES DE CORREÇÕES E/OU COMPLEM.	EXECUTIVO PROJETO DO DEFINITIVAS VIAS DAS ENTREGA
1.1	CONTAGEM DE TRÁFEGO - 1 POSTO - 2 DIAS ÚTEIS E CONSECUTIVOS - 24 HORAS	100					
2	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS						
2.1	ESTUDO TOPOGRÁFICO - LINHA GERAL- FAIXA DE DOMÍNIO - Com Nivelamento e Contranivelamento	50	50				
2.2	ESTUDO TOPOGRÁFICO - ÁREAS COMPLEMENTARES		100				
2.3	POLIGONAL DE ACESSO A OCORRÊNCIAS		100				
2.4	ESTUDO TOPOGRÁFICO - MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO GEOMÉTRICO EM CAMPO			100			
3	SONDAGENS GEOTÉCNICAS						
3.1	SONDAGEM A TRADO	50	50				
3.2	SONDAGEM A PERCUSSÃO (SPT) COM LAVAGEM			100			
3.3	SONDAGEM ROTATIVA EM SOLO			100			
3.4	SONDAGEM ROTATIVA EM ROCHA			100			
3.5	MOBILIZAÇÃO EQUIPAMENTOS SONDAGEM ROTATIVA E PERCUSSÃO			100			
3.6	INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM ROTATIVA E/OU PERCUSSÃO - POR FURO			100			
3.7	SONDAGEM DE PAVIMENTO - POÇO DE INSPEÇÃO	100					
4	ENSAIOS GEOTÉCNICOS						
4.1	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO		50	50			
4.2	GRANULOMETRIA POR SEDIMENTAÇÃO		50	50			
4.3	LIMITES DE ATEMBERG (LL E LP)		50	50			
4.4	COMPACTAÇÃO E ISC NA ENERGIA NORMAL (6 pontos)		50	50			
4.5	MASSA ESPECÍFICA REAL DOS GRÃOS		50	50			
5	ENSAIOS/LEVANTAMENTOS DE CAMPO						
5.1	DENSIDADE "IN SITU"	50	50				
5.2	UMIDADE "IN SITU"	50	50				
6	ESTUDOS PRELIMINARES						
6.1	ESTUDOS DE TRÁFEGO - LINHA GERAL	100					
6.2	ESTUDO TOPOGRÁFICOS		100				
6.3	ESTUDOS HIDROLÓGICOS (LINHA GERAL - SEM PONTES)		100				
6.4	ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS		50	50			
6.5	ESTUDOS DE TRAÇADO		100				



<div>  <div> COMEC DIRETORIA TÉCNICA CRONOGRAMA FÍSICO </div> </div>							
Item	Serviço	Mês					
		1	2	3	4	5	6
7	PROJETOS				EXECUTIVO DO COMPLETA MINUTA DA ENTREGA	ANÁLISES TÉCNICAS E POSSÍVEIS SOLICITAÇÕES DE CORREÇÕES E/OU COMPLEM.	EXECUTIVO DO DEFINITIVAS VIAS DAS ENTREGA
7.1	PROJETO GEOMÉTRICO			50			
7.2	PROJETO DE TERRAPLENAGEM			50			
7.3	PROJETO DE DRENAGEM E OAC			50			
7.4	PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO		50				
7.5	PROJETO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL			50			
7.6	PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS						
7.7	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES			50			
7.8	PROJETO DE PAISAGISMO			50			
7.9	PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PERÍMETRO URBANO			50			
7.10	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO			50			
7.11	ORÇAMENTO			50			
8	ESTUDOS AMBIENTAIS						
8.1	INVENTÁRIO FLORESTAL			100			
8.2	PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC			100			
8.3	COMPONENTE AMBIENTAL		50	50			
9	SERVIÇOS GRÁFICOS						
9.1	Impressão, montagem dos volumes e encadernação						
Medição Mensal		10,45%	24,34%	24,73%	28,16%	0,00%	12,31%
Medição Acumulada		10,45%	34,79%	59,52%	87,69%	87,69%	100,00%

As porcentagens previstas serão atribuídas ao valor total dos serviços contratados, e consideram 100% dos Serviços previstos para cada etapa.

No 4º mês deverá ser entregue a minuta completa do Projeto Executivo, com todos os itens previstos neste Termo de Referência, orçamento e cronograma completos, atendendo escopo mínimo estipulados nas normas técnicas e manuais de referência.

No 5º mês deverá ocorrer a análise de minuta pela COMEC. Este poderá solicitar auxílio a outros órgãos competentes da esfera pública estadual. Em caso de necessidade, seja por descumprimento de escopo, não atendimento a normas técnicas vigentes, melhora na eficiência da prestação do serviço público ou outros motivos



razoáveis, a COMEC poderá solicitar alterações, correções ou complementações à Contratada.

A 6ª medição deverá ser realizada somente após a aprovação integral do Projeto Executivo, incluindo todos os seus anexos objeto desta contratação, e entrega das vias finais impressas e digitais.

O Gerente do Contrato deve comunicar expressamente a Contratada que procedeu a medição dos serviços, informar o período e o valor para a emissão da respectiva Nota Fiscal.

A Contratada deve apresentar ao Gerente do Contrato a respectiva Nota Fiscal para o devido atesto, bem como “Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP/SEFIP”, devidamente quitada, indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao INSS, relativa ao objeto.

19. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma de desembolso máximo por período, a seguir:

<i>mês</i>	<i>Valor mensal</i>	<i>Valor acumulado</i>
01	R\$ 83.266,79	R\$ 83.266,79
02	R\$ 193.869,39	R\$ 277.136,18
03	R\$ 196.980,74	R\$ 474.116,92
04	R\$ 224.339,73	R\$ 698.456,65
05	R\$ 0,00	R\$ 698.456,65
06	R\$ 98.068,68	R\$ 796.525,34

20. REAJUSTE

Os preços contratuais estarão sujeitos a reajustamento anualmente, de acordo com o estabelecido no Anexo do Edital e com a variação do seguinte índice, publicado na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas:

- Consultoria: Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas - Obras Rodoviárias - Consultoria (coluna 39).



Quando couber reajustamento, o vencimento da(s) fatura(s) dar-se-á no mesmo prazo previsto para pagamento dos serviços.

21. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será fiscalizada pelo Gerente do Contrato designado na respectiva Ordem de Serviço, que estabelecerá a data para início dos trabalhos.

22. SUBCONTRATAÇÃO

Serão admitidas subcontratações dos seguintes itens, limitado à 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, na forma da lei:

1	CONTAGENS DE TRÁFEGO
2	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS
3	SONDAGENS GEOTÉCNICAS
4	ENSAIOS GEOTÉCNICOS
5	ENSAIOS/LEVANTAMENTOS DE CAMPO
6.2	ESTUDO TOPOGRÁFICOS
6.4	ESTUDOS GEOLÓGICOS E GEOTÉCNICOS
7.9	PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - PERÍMETRO URBANO
7.10	PROJETO DE DESAPROPRIAÇÃO
8.1	INVENTÁRIO FLORESTAL

23. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos em duas etapas: provisória e definitiva.

Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gerente de Obras e Serviços após a conclusão do objeto contratual, em até 15 (quinze) dias da comunicação oficial feita pela Contratada.

A Contratada deverá comunicar o término da execução dos serviços a COMEC até a data limite prevista para o cumprimento do objeto contratual.

Os serviços serão recebidos definitivamente mediante termo de Entrega e Recebimento, assinado pela Comissão de Recebimento desta COMEC e pelos representantes legal e técnico da Contratada, em até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do recebimento provisório.

No Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, a COMEC deverá ser representado pelo:



- a) Diretor Técnico;
- b) Coordenador de Obras; e
- c) Gerente do Contrato.

No Termo de Entrega e Recebimento Definitivo, a Contratada deverá ser representada pelo:

- d) Representante ou Responsável Legal; e
- e) Coordenador Geral.

A Contratada, empresa projetista, cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto do presente Edital, para o fim da Administração utilizá-los a seu critério, nos termos do disposto no art. 21 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no art. 111 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista qualquer direito a indenização referente à esta cessão.

24. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO:

O Projeto Executivo, objeto deste Termo de Referência, deverá abranger todos os estudos e serviços de engenharia para elaboração do Projeto Executivo para Pavimentação das Estradas Rurais de Ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, iniciando em São José dos Pinhais na Rua Pedro Buhner, a 100 m da Rua Antônio Singer, seguindo pelas ruas Arcioto Claudino Barbosa, Domingos Benvenuto Moleta e Vereador Benvenuto Moleta, terminando no entroncamento com a Estrada Gilberto Palú, em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, com extensão total de 26,61 km, conforme KMZ disponível.

Os serviços de engenharia para atendimento ao objeto do presente devem incluir:

- Estudos Topográficos e Geodésicos;
- Estudos Geológicos e Geotécnicos;
- Estudos Hidrológicos e Hidráulicos;
- Estudos de Tráfego;
- Estudos de Traçado;
- Projeto Geométrico;
- Projeto de Terraplanagem;
- Projeto de Drenagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização;
- Projeto de Obras Complementares;
- Projeto de Paisagismo;



- Projeto de Iluminação;
- Projeto de Desapropriação;
- Componente Ambiental;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- Inventário Florestal;
- Plano de Execução de Obras;
- Orçamento;
- Demais intervenções necessárias que possam ser identificadas no decorrer da elaboração do projeto.

O escopo previsto para o projeto executivo é aqui definido como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e prazos com detalhes para sua perfeita execução. O seu desenvolvimento deve incluir os requisitos legais (Lei n. 8.666/93 e Lei Estadual n.º 15.340/06). Deve também conter todos os itens da Orientação Técnica do Instituto Brasileiro de auditorias de Obras Públicas - IBRAOP para projeto executivo.

Os estudos a serem elaborados deverão levar em conta os conflitos das áreas habitadas e influências diretas ou indiretas de áreas lindeiras, a condição geométrica existente, buscando a menor movimentação de volumes de terraplenagem e desapropriações possíveis.

Deverão ser verificados todos os parâmetros geométricos do traçado existente e seu atendimento em relação à velocidade de projeto. Para tal, deverão ser diagnosticados todos os pontos que estejam em desconformidade com parâmetros mínimos de segurança, e a definição dos pontos a serem corrigidos, bem como a solução de correção, deverá ser realizada em conjunto com o Gerente do Contrato pela COMEC.

A pavimentação deverá proporcionar melhores condições de trafegabilidade, garantindo sua consolidação através da implantação de novos dispositivos de drenagem e contenções, além de outros como de segurança, conforme necessidades e particularidades de cada local.

O projeto de pavimentação deverá estudar alternativas de revestimento para sua definição, abordando os aspectos técnicos, econômicos e ambientais. Minimamente



deverão ser estudadas as opções de pavimentação poliédrica regular, semelhante aos revestimentos utilizados nos segmentos já pavimentados, de pavimentação com blocos de concreto intertravados tipo paver e ainda pavimentação asfáltica.

Os elementos da seção transversal da nova pista deverão ser adequados às características das vias locais, considerando principalmente os segmentos já pavimentados do trecho em projeto, que deverão ser objeto apenas de melhorias na sinalização, iluminação (trechos habitados) e obras complementares, além de eventuais reparos no pavimento, caso necessário.

Além dos estudos hidrológicos para dimensionamento dos dispositivos de drenagem, deverá ser verificado o funcionamento hidráulico dos dispositivos de drenagem e de obras de arte correntes existentes, prevendo a substituição dos dispositivos precários, complementação dos que não atendem à demanda de vazão, prolongamento dos bueiros existentes e reparos dos dispositivos que possuírem ocorrência de erosões.

Deverá ser verificada a estabilidade dos taludes projetados e solucionados os problemas erosivos dos taludes existentes, seja através da execução de serviços de terraplenagem, enleivamento, drenagem, ou ainda obras de contenção.

Para os segmentos habitados, devem ser estudadas as implantações de passeios, travessias para pedestres, pontos de ônibus e ciclovias ou faixas compartilhadas, conforme pertinência, todos com acessibilidade conforme a NBR – 9050.

Caso não tenham sido especificados em qualquer dos itens abordados a seguir, os estudos e projetos a serem elaborados deverão seguir o estabelecido nas Diretrizes Básicas Para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários, Publicação IPR-726 do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

As atividades específicas não previstas neste edital, porém necessárias ao desenvolvimento dos projetos, deverão ser apresentadas pela empresa contratada, e serão objetos de análise e aprovação pela COMEC.

Todos os projetos devem apresentar memória de cálculo de quantidades de materiais e serviços previstos.

Quaisquer soluções apontadas deverão ter aprovação prévia da COMEC, através do Gerente do Contrato.



27. PARTICULARIDADES DO TRECHO

O trecho que será contemplado no Projeto encontra-se em uma região rural, que constitui ligação secundária entre os municípios de São José dos Pinhais e Mandirituba, fomentando o desenvolvimento agroeconômico local.

Estes segmentos de vias vicinais, parcialmente pavimentados, atendem basicamente tráfego dos moradores e trabalhadores locais, tendo volume diário médio baixo, justificando pavimentação da mesma sem definição de classe rodoviária, mantendo sua característica de atendimento local.

A pavimentação da via, além de permitir o melhor escoamento da produção, deverá proporcionar melhores condições de acesso dos moradores a serviços públicos básicos, como saúde e educação.

Os seguintes pontos georreferenciados apontam os pontos notáveis do trecho de projeto:

Número	Coordenadas		Comentários
	Latitude	Longitude	
P1	25°40'24.77"S	49°10'52.47"O	Início do trecho de Projeto (não pavimentado)
P2	25°40'34.18"S	49°11'27.32"O	Travessia de corpo hídrico a verificar
P3	25°40'46.76"S	49°11'37.45"O	Trevo existente a melhorar
P4	25°40'20.27"S	49°12'41.33"O	Travessia de corpo hídrico a verificar
P5	25°40'9.85"S	49°13'17.26"O	Início de trecho pavimentado
P6	25°40'10.38"S	49°13'22.35"O	Interseção existente a manter
P7	25°41'38.16"S	49°13'46.77"O	Início de trecho não pavimentado
P8	25°44'16.57"S	49°13'57.85"O	Início de trecho em pavimentação pela PMSJP
P9	25°44'47.23"S	49°14'16.13"O	Início de trecho pavimentado
P10	25°45'16.16"S	49°14'36.28"O	Início de trecho em pavimentação pela PMSJP
P11	25°45'58.79"S	49°14'34.19"O	Início de trecho não pavimentado
P12	25°46'36.44"S	49°14'57.93"O	Travessia de corpo hídrico a verificar
P13	25°47'49.13"S	49°15'52.32"O	Travessia de corpo hídrico a verificar
P14	25°47'24.60"S	49°17'46.53"O	Final do trecho de Projeto



As imagens a seguir apresentam a localização do trecho perante os municípios abrangidos pelo projeto, e a fixação dos pontos notáveis supracitados no trecho.

Em verde são representados os trechos já pavimentados ou em pavimentação pela Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais e em azul os trechos a ser pavimentado pelo Projeto Executivo a ser contratado pelo presente Edital.

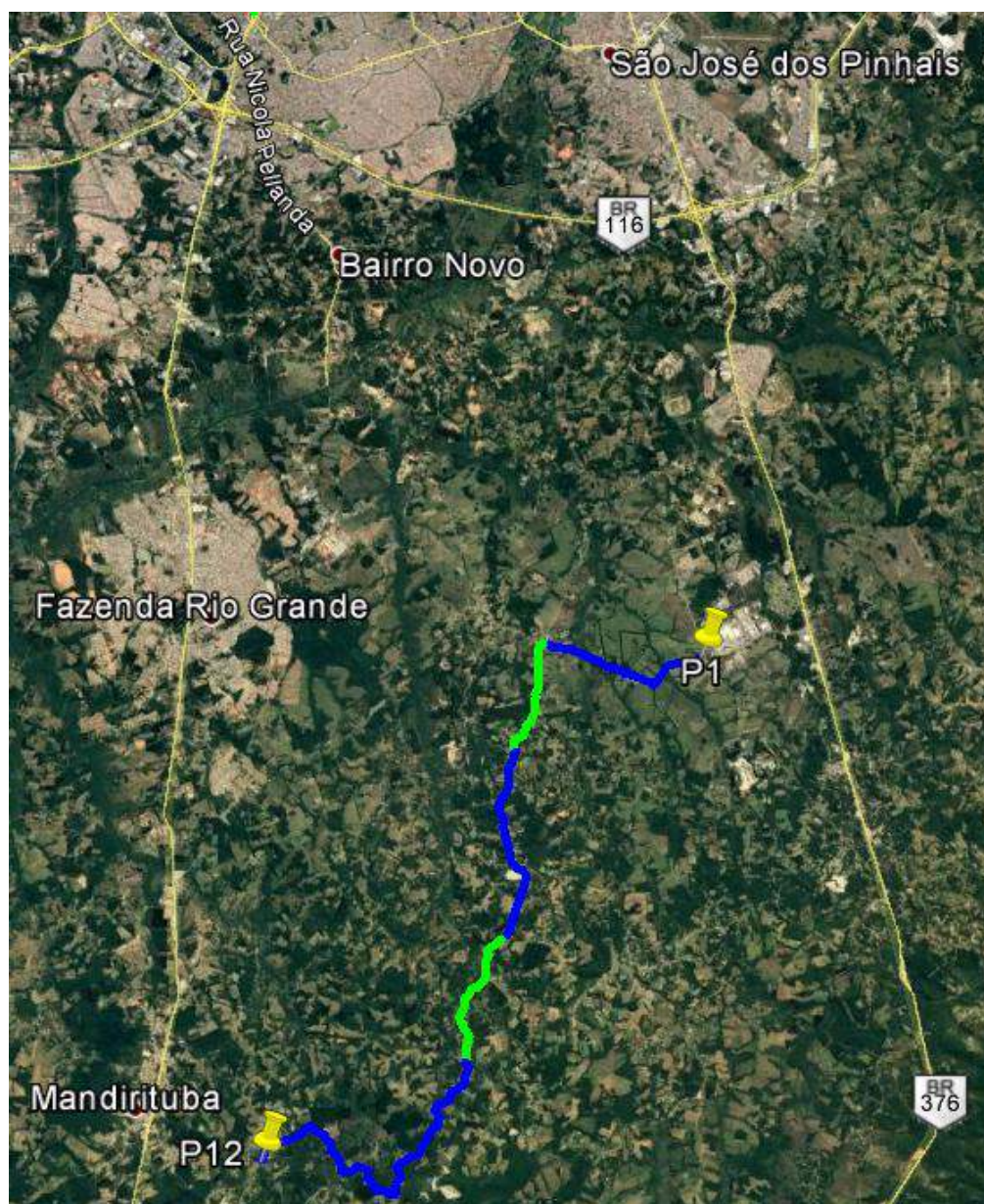


Imagem 1 - Croqui de localização do trecho de projeto.

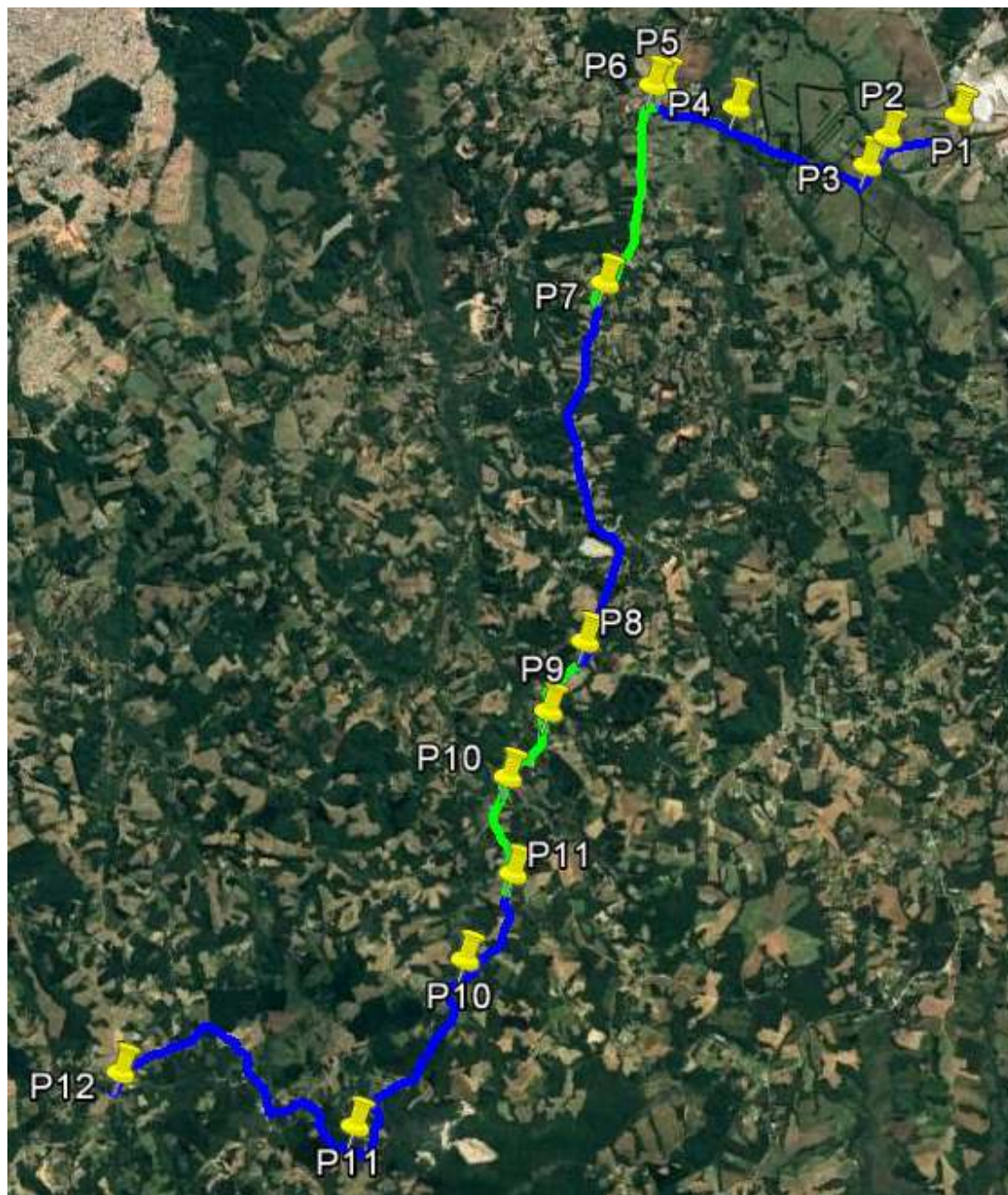


Imagem 2 – Pontos notáveis no trecho de projeto.

28. FASES DE PROJETO

O projeto de engenharia de pavimentação da estrada rural deverá ser desenvolvido em duas fases, sendo:

Página 75 de 200



- Fase Preliminar;
- Fase de Projeto Executivo.

Durante a elaboração dos estudos e projetos deverão ser realizadas reuniões de acompanhamento mensais entre os projetistas e a COMEC com o objetivo de mostrar o andamento dos serviços realizados, discutir as soluções técnicas propostas, permitir a tomada de decisões e obter as aprovações das etapas de projeto. As decisões devem ser registradas em ata.

A primeira reunião deverá tratar das diretrizes para elaboração do projeto, a fim de nortear a projetista sobre os itens considerados relevantes pelo Gerente do projeto.

Os Escopos Básico (EB), em especial EB-111: Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais, e as Instruções de Serviços (IS), citados neste Termo de Referência para elaboração dos estudos, projetos e relatórios, estão contemplados nas Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários do DNIT, Publicação IPR – 726 de 2006.

Deverão ser utilizadas ainda as seguintes publicações:

- OT-IBR 001/2006 – Orientação técnica do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas)
- Demais Manuais de Projetos indicados na Publicação IPR-726 do DNIT relacionados ao cumprimento do escopo deste Termo de Referência.
- Norma ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Demais Normas da ABNT relacionadas ao cumprimento do escopo deste Termo de Referência.

29. ELABORAÇÃO DO PROJETO

29.1. FASE PRELIMINAR

Nesta fase deverá ser realizada uma visita de campo juntamente a equipe técnica da COMEC na busca de reconhecer as características físicas, particulares e operacionais



da estrada, bem como todos os seus dispositivos, visando à detecção de problemas existentes e análise do atual traçado.

Uma inspeção expedita de geometria, geotecnia, dispositivos de drenagem, pavimento, sinalização, dispositivos de segurança e interferências para apontar possíveis problemas deverá ser realizada.

Os dados resultantes da visita deverão ser registrados com textos e fotos e entregues em formato de relatório de visita preliminar.

Serão realizados estudos abrangendo todo o sistema viário do entorno, exibindo a concepção geral do funcionamento da estrada, sua integração com o restante do sistema viário e outras informações básicas relativas ao modo de funcionamento do plano de circulação.

Com base neste levantamento, devem ser realizados diagnósticos que embasem as soluções para direcionar as possíveis soluções de geometria, drenagem, pavimentação e segurança. Após a identificação, análise e avaliação de todas as informações preliminares coletadas, o trabalho desta etapa deve culminar com a definição das características técnicas das soluções a serem consideradas para a implantação da pavimentação na estrada rural.

29.1.1. Estudos de Tráfego

Objetivando estabelecer estimativas de tráfego, devem ser desenvolvidos os Estudos de Tráfego, segundo as indicações da IS-236 – Estudos de Tráfego para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, da IS-201 – Instrução de Serviço para Estudos de Tráfego em Rodovias e IS-230 – Instrução de Serviço para Estudos de Tráfego em Áreas Urbanas, do DNIT, destacando-se as seguintes:

- Classificação funcional da rede viária existente;
- Elaboração de sistemas viários com definição das necessidades de acessos;
- Contagens volumétricas, direcionais e classificatórias, realizadas em locais previamente aprovados pelo Gerente do Contrato e com durações de dois dias consecutivos, durante período de 24 (vinte e quatro) horas, abrangendo o período de



maior movimento dos veículos de carga, nos pontos correspondentes às interseções ou entroncamentos importantes existentes no segmento, para a determinação dos respectivos movimentos.

Deverão ser realizadas minimamente contagens nas seguintes interseções:

- Ponto P6: interseção da Rua Arcioto Claudino Barbosa com Rua Domingos Benvenuto Moleta;
- Ponto 12: final do trecho a ser projetado.

Os locais poderão ser alterados pelo Gerente do Contrato.

Na obtenção dos fatores de sazonalidade, devem ser utilizados dados existentes provenientes de contagens volumétricas classificatórias realizadas em vias com características de tráfego semelhantes. Caso esses dados estejam indisponíveis, outros fatores poderão ser adotados, a ser aprovado pelo Gerente do Contrato.

Para a realização das projeções do tráfego ao longo do horizonte de projeto, devem ser utilizadas taxas de crescimento, calculadas com base em séries históricas, ou determinadas com a utilização de indicadores socioeconômicos consistentes, além de tráfego gerado por empreendimentos a serem implantados, se for o caso.

29.1.2. Estudos Geológicos e Geotécnicos

Os Estudos Geológicos devem ser desenvolvidos na Fase Preliminar, compreendendo investigações de campo, a coleta e a análise de materiais, identificando áreas potencialmente instáveis, ocorrências de solos compressíveis ou expansíveis e também as ocorrências de materiais passíveis de serem utilizados na pavimentação da estrada, fazendo análise prévia destes materiais.

Devem ser seguidas às indicações contidas na IS-240 – Estudos Geotécnicos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, IS-206 – Instrução de Serviço para Estudos Geotécnicos e da IS-202 – Instrução de Serviço para Estudos Geológicos, do DNIT.

Na Fase Preliminar deverá ser realizada uma campanha pioneira de investigação geotécnica com determinação do CBR e expansão preliminar de projeto. Para tal, indica-se que sejam realizados furos a trado com afastamento máximo de 100 m e que contemplem todas as unidades geotécnicas cortadas pelo traçado. Tais furos deverão



ser programados em locais que permitam seu aproveitamento na fase de projeto executivo, quando possível.

29.1.3. Estudos Hidrológicos e Hidráulicos

Devem ser desenvolvidos seguindo as indicações da IS-239 – Estudos Hidrológicos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, da IS-203 – Instrução de Serviço para Estudos Hidrológicos, do DNIT, tendo como objetivo a coleta de dados hidrológicos existentes e a definição das principais bacias de contribuição interceptadas pelo traçado. As principais atividades a desenvolver são as seguintes:

- Coleta de informações locais, e com as equipes de conservação, quanto ao funcionamento dos dispositivos de drenagem e de obras-de-arte correntes existentes;
- Inspeção local para identificar os dispositivos problemáticos, objetivando avaliar a necessidade de reparos ou de substituição;
- Cadastro com foto e coordenadas de todos os bueiros através da ficha de bueiros;
- Coleta de dados hidrológicos;
- Mapa e definição das bacias de contribuição;
- Processamento dos dados coletados;
- Análise dos dados processados;
- Gráficos de Intensidade x Duração X Recorrência e Precipitação x Duração x Recorrência;
- Histograma de Precipitação Mensal e de distribuição mensal dos dias de chuva (mínimos, médios e máximos);
- Determinação das descargas de projeto, visando verificar o dimensionamento das obras problemáticas e dimensionar as novas obras que se fizerem necessárias em função das melhorias previstas, ou para substituição de obras existentes;
- Dimensionamento das obras-de-arte correntes necessárias.



29.1.4. Estudos Topográficos

Os Estudos Topográficos, apesar de executados na Fase Preliminar, já poderão ser desenvolvidos visando obtenção do modelo topográfico detalhado e preciso do terreno da área em estudo, a ser utilizado na Fase de Projeto Executivo, atendendo o preconizado na IS-238 – Estudos Topográficos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, na IS-205 – Instrução de Serviço para Estudos Topográficos para Projetos Executivos de Engenharia, do DNIT, que norteia o desenvolvimento deste item.

29.1.5. Estudos de Traçado

Para a realização desses estudos devem ser observadas, quando cabíveis, as indicações contidas na IS-237 – Estudos de Traçado para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, IS-207 – Instrução de Serviço para Estudos Iniciais de Engenharia para Rodovias (Estudo de Traçado), do DNIT.

O projeto geométrico deverá preferencialmente seguir a diretriz existente, considerando possíveis correções de traçado e greide para o enquadramento da estrada dentro das características técnicas propostas.

O Estudo de Traçado deverá considerar e abranger ainda:

- Reconhecimento local;
- Elementos básicos (aerofotogramétricos);
- Estabelecimento das diretrizes básicas, considerando os locais que necessitam correção geométrica;
- Estudo da concepção das interseções;
- Mapeamento geoambiental, incluindo a análise das áreas atingidas para desapropriação, ocorrências de problemas geotécnicos/ambientais, e outras interferências.

O Estudo de Traçado deverá avaliar ainda as condições operacionais atuais e futuras do trecho em projeto. Devem-se propor soluções para os possíveis problemas de



segurança de trânsito para os usuários, incluindo pedestres e ciclistas, existentes e advindos da obra a ser implantada. O projetista deve propor que o projeto inclua obras e demais medidas de engenharia necessárias à minimização dos riscos de ocorrência de acidentes de trânsito dentro do horizonte do projeto.

Estes estudos servirão de subsídio, para decisão em conjunto da empresa projetista e o Corpo Técnico da COMEC, para a definição das soluções de projeto para posterior detalhamento.

29.1.6. Pavimentação

Os estudos preliminares do pavimento, para fins de identificação das soluções alternativas, deverão abranger a análise da campanha pioneira de investigação geotécnica com determinação do CBR preliminar de projeto, com o objetivo de determinar as estruturas alternativas de pavimento.

Deverá ainda ser realizada avaliação econômica de alternativas de pavimentação. O projetista deverá compor, no mínimo, três soluções acompanhadas dos respectivos custos, para serem analisadas pelos COMEC, objetivando a seleção da alternativa com maior equilíbrio técnico, financeiro e ambiental.

Minimamente deverão ser estudadas as opções de pavimentação regular poliédrica, semelhante aos revestimentos utilizados nos segmentos já pavimentados (paralelepípedos), de pavimentação com blocos de concreto intertravados tipo paver e ainda pavimentação asfáltica.

Os dimensionamentos das alternativas de pavimento a serem estudadas deverão ser realizados utilizando-se métodos consagrados, dentre os quais o Método de Dimensionamento de Pavimentos Flexíveis, tal como exposto no Manual de Pavimentação do DNIT, edição de 2006, para alternativa de pavimentos com revestimento asfáltico, métodos sugeridos pela Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP para alternativas de revestimentos em peças de concreto e, ainda, o preconizado na publicação Paralelepípedo e Alvenaria Poliédrica – Manual de Utilização, da Minerais do Paraná S/A – Mineropar, para alternativas de pavimentação regular poliédrica (paralelepípedos), justificando devidamente cada estrutura apresentada.



29.1.7. Forma de Apresentação da Fase Preliminar

Encerrados os trabalhos relativos à Fase Preliminar, deve ser apresentado à COMEC o Relatório da Fase Preliminar, que contenha um resumo dos dados coletados e das atividades desenvolvidas. Tal relatório deve ser composto por dois volumes com capa cor azul celeste e letras pretas, a saber:

- **Volume 1:** Relatório da Fase Preliminar, formato A-4, uma via;
- **Volume 2:** Representação da Diretriz, formato A-1 dobrado em A-3 ou A-3 (a ser confirmado pelo Gerente do Contrato), uma via.

Volume 1: Relatório da Fase Preliminar

O Volume 1: Relatório Fase Preliminar deve conter a memória descritiva e justificativa dos estudos realizados, sendo assim estruturado:

A. *ÍNDICE:*

Deve indicar no mínimo, a paginação de cada capítulo e de cada item e subitem do texto do relatório.

B. *APRESENTAÇÃO:*

Deve fornecer no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Empresa;
- Identificação do Projeto;
- Identificação do Trecho;
- Identificação dos Pontos Inicial e Final do Projeto;
- Identificação do Volume e do Relatório;
- Extensão;
- Dados Contratuais:
 - Número do Contrato;
 - Data de Assinatura;
 - Data da Ordem de Serviço;
 - Prazo Contratual.



C. MAPA DE SITUAÇÃO:

Deve apresentar ilustração gráfica, mostrando a localização dos serviços, no contexto da região em estudo, incluindo croqui com indicação dos pontos de início e fim do projeto e demais pontos característicos.

D. ESTUDOS:

Neste capítulo devem ser descritos e justificados, de maneira abrangente, os estudos realizados na Fase Preliminar, abordando os seguintes temas:

- Estudos Topográficos e Geodésicos;
- Estudos geológicos e Geotécnicos;
- Estudos Hidrológicos e Hidráulicos;
- Estudos de Tráfego;
- Estudos de Traçado;
- Pavimentação.

E. PLANO FUNCIONAL E DIRETRIZ DO TRAÇADO:

O produto a ser apresentado como plano funcional é fruto dos estudos anteriormente relacionados, justificando as soluções empregadas para as seções transversais, interseções e outros dispositivos propostos.

Volume 2: Representação da Diretriz e Plano Funcional

Deve conter toda a documentação gráfica ilustrativa e a sua estrutura básica é a seguinte:

A. ÍNDICE:

Deve fornecer a indicação dos capítulos com seus itens e subitens que compõem o Volume 2, sua numeração e paginação.

B. MAPA DE SITUAÇÃO:

Este mapa deve incluir, no mínimo:



- Mapa do Estado do Paraná, destacando-se a região onde se desenvolve o projeto;
- Croqui do trecho, com detalhes suficientes para caracterizar a sua situação dentro da malha viária regional. Indicar, no mínimo, os seus pontos inicial e final e outros característicos, como, por exemplo, cruzamentos com estradas, e demais.

C. PLANO FUNCIONAL E DIRETRIZ DO PROJETO:

O histórico de todas as alternativas estudadas deve ser mantido como parte integrante do projeto, bem como a justificativa da solução adotada.

Deve ser apresentado desenho em planta e em perfil da linha diretriz do projeto. Destacar os elementos mais críticos do traçado, como raios mínimos, rampas máximas, concepção preliminar da obra, necessidades de contenções, regiões de remoção e aterros em áreas de solos compressíveis ou expansíveis e demais elementos relevantes.

Devem ser apresentadas as seções tipos de todos os segmentos homogêneos.

29.2. FASE DE PROJETO EXECUTIVO

A fase de Projeto Executivo, com início previsto após a aprovação do plano funcional e da diretriz do traçado pela COMEC, deve constar do levantamento de todos os demais elementos e do desenvolvimento dos estudos que objetivem subsidiar a elaboração do projeto.

O projeto a desenvolver deve satisfazer plenamente ao que prescreve a Lei n.º 8.666/93, englobando as definições ali constantes, tanto para projeto básico quanto para projeto executivo. Portanto, o seu resultado deve conter:

“[...] conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do



empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;*
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;*
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;*
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;*
- f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.”*

E “[...] o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.”

Deverão ser seguidas ainda as Orientações Técnicas do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas.

Para o desenvolvimento das diversas atividades que compõem a Fase de Projeto Executivo, relacionadas a seguir, indicam-se como referência as respectivas Instruções de Serviço, constantes das “Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos

Página 85 de 200



Rodoviários”, do DNIT. Entretanto, ressalve-se que, com relação à indicação das especificações para execução dos serviços e a sua quantificação, devem ser observadas as Especificações de Serviços Rodoviários e o Referencial de Preços, ambos do DER/PR.

Todos os projetos devem apresentar memória de cálculo de quantidades de materiais e serviços previstos.

29.2.1. Cadastro Esquemático

A elaboração do cadastro esquemático da estrada deverá indicar os elementos seguintes:

- a) Faixa de domínio proposta com amarrações dos acidentes geográficos e demais pontos notáveis;
- b) Caracterização dos trechos quanto ao tipo do pavimento, se existente a manter, a substituir ou a implantar, indicando as dimensões da faixa de domínio, da plataforma, do pavimento e dos acostamentos;
- c) Indicação das fontes de materiais a serem utilizadas nas obras de reabilitação do pavimento;
- d) Interferências e eventuais ocupações a desapropriar na faixa de domínio proposta;
- e) f) Outras indicações julgadas pertinentes.

29.2.2. Estudos de Tráfego

As contagens de tráfego e estudos de capacidade da estrada desenvolvidos na Fase Preliminar servirão de subsídio para o desenvolvimento dos projetos na fase de Projeto Executivo.

O desenvolvimento dos Estudos de Tráfego objetiva avaliar o comportamento do tráfego que utiliza a estrada, por subtrecho homogêneo, durante o período de vida útil. Para efeito deste escopo, entende-se por subtrecho homogêneo aquele que possui as mesmas características geométricas e os mesmos volumes e composições de tráfego.

Devem ser seguidas, no que couber, as recomendações contidas na IS-236 – Estudos de Tráfego para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias



Vicinais e, no que couber, na IS-201 – Instrução de Serviço para Estudos de Tráfego em Rodovias e IS-230 – Instrução de Serviço para Estudos de Tráfego em Áreas Urbanas, do DNIT.

29.2.3. Estudos Geológicos e Geotécnicos

A realização de Estudos Geológicos e Geotécnicos deve levar em consideração o disposto na IS-240 – Estudos Geotécnicos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, IS-206 – Instrução de Serviço para Estudos Geotécnicos e da IS-202 – Instrução de Serviço para Estudos Geológicos, do DNIT.

Após aprovação do traçado no da fase preliminar, tem a finalidade de elaborar o plano de sondagens de reconhecimento, o mapeamento geológico, a descrição geológica da área e as recomendações para a solução de problemas construtivos, decorrentes das formações geológicas ocorrentes.

A realização dos Estudos Geotécnicos diz respeito à definição das características dos materiais que devem ser escavados, daqueles que compõe o atual leito estradal ou, conforme o caso, comporão o subleito do novo pavimento e, também, dos materiais naturais que possam ser utilizados para as obras de implantação da pavimentação, tais como jazidas, pedreiras e areais.

Deverá ser realizado um furo de sondagem a cada 100 m, minimamente.

No caso de aproveitamento dos pavimentos existentes, estes deverão ser sondados a cada 2000 m ou cada segmento homogêneo para estudo e verificação da sua condição estrutural. Deverão ainda serem cadastrados de locais para reparos, superficiais e profundos.

Devido à particularidade de cada região, em função da homogeneidade/diversidade dos materiais existentes, e adaptação ao tipo de pavimento adotado para o projeto, os Estudos Geológicos e Geotécnicos devem sempre ter a aprovação do Gerente do Contrato.



29.2.4. Estudos Hidrológicos e Hidráulicos

Os Estudos Hidrológicos devem ser elaborados de modo a fornecer elementos para o dimensionamento de novos dispositivos de drenagem e obras de arte correntes que venham a ser necessários. Esses estudos devem seguir no que couber, o que preceitua a IS-239 – Estudos Hidrológicos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, da IS-203 – Instrução de Serviço para Estudos Hidrológicos, do DNIT.

As principais atividades a desenvolver são as seguintes:

- Coleta de informações locais, e com as equipes de conservação, quanto ao funcionamento dos dispositivos de drenagem e de obras-de-arte correntes existentes;
- Inspeção local para identificar os dispositivos problemáticos, objetivando avaliar a necessidade de reparos ou de substituição;
- Cadastro de todos os bueiros com cota de montante e jusante, fotos e com histórico de forma que quando possível possa ser utilizado a IS-203 (casos particulares);
- Coleta de dados hidrológicos;
- Mapa e definição das bacias de contribuição;
- Quadro resumo das áreas das bacias com suas informações principais;
- Processamento dos dados coletados;
- Análise dos dados processados;
- Gráficos de Intensidade x Duração X Recorrência e Precipitação x Duração x Recorrência;
- Histograma de Precipitação Mensal e de distribuição mensal dos dias de chuva (mínimos, médios e máximos);
- Determinação dos tempos de recorrências adotados;
- Determinação das descargas de projeto visando verificar o dimensionamento das obras problemáticas e dimensionar as novas obras que se fizerem necessárias em função das melhorias previstas, ou para substituição de obras existentes;
- Cálculo Hidráulico para dimensionamento das obras-de-arte correntes necessárias.



29.2.5. Estudos Topográficos e Geodésicos

Nesta fase os Estudos Topográficos devem ser realizados com a finalidade principal da obtenção de uma base cartográfica, em escala 1:2.000, que permita o desenvolvimento do Projeto Geométrico e fornecer o referencial para os levantamentos de campo. A realização dos estudos deve se dar por meio de processo eletrônico-digital, vinculado a uma base (padrão) geodésica.

Deve ser realizado atendendo ao preconizado na IS-238 – Estudos Topográficos para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, na IS-205 – Instrução de Serviço para Estudos Topográficos para Projetos Executivos de Engenharia, do DNIT.

Deverá ser utilizado o Sistema de Georreferenciamento *datum*: "SIRGAS 2000" (sistema geodésico de referência - IBGE) e plano de projeção UTM.

29.2.5.1. Processo Eletrônico Digital

Os Estudos Topográficos com aplicação do processo eletrônico - digital devem ser realizados com utilização de equipamentos GPS (Global Position System), Nível Eletrônico e Estação Total, sendo executadas as seguintes tarefas principais:

- Implantação de rede de apoio básico com marcos de concreto conforme previsto no Estudo Geodésico;
- Nivelamento e contranivelamento dos marcos da rede de apoio básico;
- Locação de pontos do eixo do traçado selecionado na Fase Preliminar, se existir elementos para tal;
- Levantamento planialtimétrico cadastral da faixa necessária ao projeto das melhorias previstas, incluindo áreas de ocorrência de materiais, e cursos d'água.
- Levantamento planialtimétrico cadastral dos locais de jazidas, interseções, travessias urbanas, locais de obras-de-arte especiais e correntes e demais;
- Elaboração de planta topográfica;
- Monografia dos Marcos.



No que couber, em especial quanto às especificações e precisão aplicáveis aos levantamentos, devem ser seguidas às instruções contidas na IS-205 – Instrução de Serviço para Estudos Topográficos para Projetos Executivos de Engenharia, do DNIT.

29.2.5.2. Base Geodésica

Rede Geodésica:

A rede deve ser composta pelos vértices materializados de forma a atender a normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A base topográfica, bem como o Projeto Geométrico, deverão estar referenciados a esta rede.

Os levantamentos devem ser realizados com utilização de equipamentos GPS (Global Position System) ou GNSS, obedecendo o que segue:

- Implantar ao menos dois pares de Vértices de Apoio Básico "tipo C1" intervisíveis (conforme definições técnicas do INCRA), um par no início e outro no fim do projeto geométrico (no caso de projetos de pequena extensão, onde os vértices "tipo C1" são intervisíveis e situam-se no início e fim do projeto, a rede de apoio pode ter apenas dois vértices "tipo C1", dispensando-se outros vértices).
- Implantar Vértices de Apoio a Poligonal "tipo C2" (INCRA) ao longo da faixa de domínio projetada a cada 2 km (máximo);
- Entregar à COMEC todas as informações que compõem o relatório técnico necessário a certificação dos vértices C1 e C2 junto ao INCRA.

Referências:

1 "Manual técnico de posicionamento" 1a edição, 2013. In:

<<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais>>

2 "Normas Técnicas para Georreferenciamento de Imóveis Rurais", 3a edição, 2013. In

<<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais>>

3 "Manual técnico de limites e confrontações" 1a edição, 2013. In:

<<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais>>



29.2.5.3. Cadastro Topográfico

O cadastro topográfico deverá contemplar o que segue:

- Eixo e bordas de rodovias, estradas ou ruas já existentes;
- Faixas de domínio e servidão existentes. A confirmação deverá ser realizada através consulta formal a operadoras ferroviárias, DNIT, Copel, Senapar, entre outras. Os documentos emitidos pelos órgãos responsáveis ou encontrados através de pesquisa deverão ser anexados ao Caderno de Desapropriação;
- As benfeitorias parcialmente ou integralmente dentro da faixa de domínio existente e da projetada;
- Curvas de nível com equidistância de 1 metro,
- Limites municipais, limites dos perímetros urbanos (sedes e distritos) e citar o número da lei municipal que estabeleceu o perímetro urbano;
- Desenho do eixo projetado e dos bordos, com a indicação do estaqueamento e dos bordos;
- Apresentação do projeto geométrico dos entroncamentos necessários complementares ao projeto geométrico;
- Posição dos cortes e aterros projetados;
- Localização de linhas elétricas, ferrovias, dutos, servidões em geral;
- Localização do leito dos rios, açudes e lagos distantes até 100 metros do eixo projetado;
- Localização de Unidades de Conservação próximas e de suas áreas de amortecimento;
- Cadastro de divisas de imóveis a desapropriar, urbanos e rurais, com precisão de 0,1 metro ou menos, utilizado equipamento topográfico, relacionado ao eixo projetado;
- Posição dos marcos geodésicos materializados, em planta geral de desapropriação e no projeto Geométrico;



- Transporte topográfico dos marcos quilométrico da estrada, de trechos já existentes para o Projeto Geométrico;
- Monografia dos Marcos Georreferenciados.

29.2.5.4. Cadastro Individual de Imóveis

O cadastro individual dos imóveis deverá apresentar, os itens abaixo:

- Formulário de cadastro com informações dos imóveis e dos proprietários/posseiros com documentação comprobatória;
- Plantas individuais do imóvel da área desapropriada;
- Memoriais descritivo dos vértices, distâncias e confrontantes: da área a desapropriar, atendendo a Lei Federal no 5.570/ 2005 e posteriores.

A descrição a respeito do cadastro individual está no item – 29.2.14.3 - Projeto de Desapropriação.

29.2.6. Projeto Geométrico

A partir da base cartográfica gerada pelos Estudos Topográficos e Geodésicos e considerando as definições dos Estudos de Traçado, deve-se desenvolver o Projeto Geométrico, que deve seguir a IS-241 – Projeto Geométrico para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, o que consta a IS-208 – Instrução de Serviço para Projeto Geométrico, do DNIT.

As características técnicas a considerar, tanto em planta como em perfil e seção transversal, além de observar as recomendações dos Estudos de Tráfego, devem buscar consonância com a condição local, evitando desapropriações e grandes movimentações de terra, porém, sempre garantindo segurança aos usuários e lindeiros. As características técnicas devem ser semelhantes às características dos trechos existentes já pavimentados e deve ter a aprovação prévia do Gerente do Contrato.

Os cadastros e levantamentos de interferências feitos durante a Fase Preliminar devem ser detalhados no Projeto Geométrico, incluindo as quantidades gerais dos dispositivos a serem relocados. Os levantamentos apresentados deverão estar em consonância com as concessionárias de energia, água, esgoto, televisão, gás, internet e telefonia ao longo dos eixos de projeto, para que essas possam ter ciência das obras necessárias e



das possíveis modificações de suas redes antes da licitação para execução dos serviços da obra.

Os itens constantes na planilha de orçamento de obra do DER/PR devem ser considerados no orçamento. Para os itens não constantes deverão ser apresentados às Concessionárias, as plantas e destacadas as redes e dispositivos que precisam ser relocados a fim de que essas apresentem os orçamentos estimativos para as obras de remanejamento de interferências, que deverão ser agregados ao orçamento do projeto, de forma que se prevejam recursos para as relocações na fase de obras da estrada.

29.2.7. Projeto de Terraplenagem

O desenvolvimento destes serviços deve ser norteado pela IS-243 – Projeto de Terraplanagem para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, pela IS-209 – Instrução de Serviço para Projeto de Terraplenagem, do DNIT.

As Seções do projeto deverão ser apresentadas com delimitação da faixa de domínio, com todas as soluções de geotecnia e contenções locadas. As conteções deverão ser detalhadas no Projeto de Obras Complementares.

Sempre que possível, deverão ser realizados empréstimos e bota-foras dentro da faixa de domínio. Para estes casos, todas as especificações para cortes e aterros deverão ser aplicadas.

Estudos de viabilidade técnicas, econômicas e ambientais deverão ser realizados e apresentados de forma a justificar as DMTs adotadas na distribuição de material.

Para o desenvolvimento do Projeto de Terraplenagem, além das Instruções de Serviço do DNIT, deverão ser obedecidas às recomendações do órgão ambiental.

29.2.8. Projeto Básico de Drenagem e OAC

Deve ser seguida a IS-242 – Projeto de Drenagem para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e, no que couber, a IS-210 – Instrução de Serviço para o Projeto de Drenagem, do DNIT, sendo que a escolha dos dispositivos a serem empregados deve ter como referência o Álbum de Projetos Tipo do DER/PR.



Deve ser executado, primeiramente, um levantamento cadastral de todos os dispositivos de drenagem superficial, drenagem profunda e obras-de-arte correntes existentes no trecho estradal em questão.

A partir da análise desse cadastro, da observação do funcionamento dos dispositivos e das indicações dos Estudos Hidrológicos efetuados, deve ser verificada a necessidade de complementação do sistema existente, ou sua substituição total ou parcial.

Deverão ser apresentadas todas as Notas de Serviço contendo no mínimo:

- Estaca de início e fim dos dispositivos;
- Cotas;
- Verificação hidráulica;
- Quantidades unitárias (comprimentos parciais e totais dos dispositivos);
- Quadro resumo com as quantidades dos dispositivos contemplando o consumo unitário dos insumos (forma, concreto e aço) de acordo com as especificações do DER-PR.

29.2.9. Projeto de Pavimentação

O dimensionamento do pavimento adotado deverá ser realizado utilizando-se métodos consagrados, dentre os quais o Método de Dimensionamento de Pavimentos Flexíveis, tal como exposto no Manual de Pavimentação do DNIT, edição de 2006, para o caso de pavimentos com revestimento asfáltico, métodos sugeridos pela Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP para o caso de revestimentos em peças de concreto e, ainda, o preconizado na publicação Paralelepípedo e Alvenaria Poliédrica – Manual de Utilização, da Minerais do Paraná S/A – Mineropar, para o caso de pavimentação regular poliédrica (paralelepípedos), justificando devidamente a estrutura adotada.

No seu desenvolvimento devem ser observadas, no que couber, as indicações constantes na IS-211 – Instrução de Serviço para Projeto de Pavimentação (Pavimentos Flexíveis), do DNIT.

Deve ser ainda verificada visualmente a condição estrutural dos pavimentos existentes e elaboradas as quantidades de reparos superficiais ou profundos do pavimento, caso necessário.



29.2.10. Projeto de Sinalização

O Projeto de Sinalização deve incluir a realização de um cadastro completo dos dispositivos de sinalização existentes no trecho. Para os dispositivos de sinalização vertical, além da sua localização, devem obrigatoriamente ser verificados o tipo e o tamanho dos sinais, e o estado de conservação das placas e suportes, de forma a tornar possível a decisão de seu aproveitamento, ou não.

Devem ser selecionados e quantificados os dispositivos a empregar nos trechos a serem pavimentados, bem como nos trechos já pavimentados, sempre considerando o tipo de revestimento do pavimento local.

No que couber, deve ser observada a IS-215 – Instrução de Serviço para Projeto de Sinalização, do DNIT.

Na escolha dos materiais a empregar, devem ser considerados aqueles previstos pelas Especificações de Serviço do DER/PR.

29.2.11. Projeto de Paisagismo

Deve constar do levantamento dos recursos paisagísticos, da execução do cadastro pedológico e vegetal da região da estrada, da verificação das fontes de aquisição de espécies vegetais e da concepção das soluções paisagísticas a adotar no projeto.

Em caso de terrenos pobres, deverão ser realizados estudos específicos de forma a garantir a eficiência do processo de vegetação dos taludes.

Se necessário, deverão ser indicadas formas alternativas de vegetação compostas por *blends* de espécies.

Devem ser seguidas, no que couber, a IS-216 – Instrução de Serviço para Projeto de Paisagismo e a publicação IPR-734 - Manual de Vegetação Rodoviária, ambas do DNIT.

Nos perímetros urbanos deve ser desenvolvido o projeto de acessibilidade, atendendo todos os itens que couberem da NBR-9050 - Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos vigente.



29.2.12. Projeto de Obras Complementares

A partir de um cadastro dos elementos existentes e definições do Projeto Geométrico, deve-se proceder a definição dos dispositivos de obras complementares necessárias para garantir a segurança do trânsito ou a proteção da faixa de domínio, tais como cercas, defensas, barreiras e demais, que devem fazer parte do projeto.

Deve ser seguida a IS-245 – Projeto de Cercas para Projeto Executivo de Engenharia para Construção de Rodovias Vicinais e ainda, no que couber, a IS-217 – Projeto de Dispositivos de Proteção (Defensas e Barreiras) e a IS-218 – Projeto de Cercas, do DNIT.

Engloba ainda, projetos de contenção ou estabilização de taludes, que serão elaborados com base nos ensaios geotécnicos nos pontos onde se fizer necessário no decorrer do trecho e deverão apresentar todos os elementos necessários para execução das contenções. Deverão ser avaliadas alternativas de contenção para cada local sob orientação da COMEC, visando a solução mais viável do ponto de vista técnico e econômico.

29.2.13. Projeto de Iluminação Pública

O Projeto de Iluminação Pública terá como base o Projeto Geométrico e constará no mínimo de:

- Cadastro dos dispositivos existentes, como luminárias, lâmpadas, postes, transformadores e demais elementos componentes do sistema de iluminação existente, com localização, descrição e especificação de cada dispositivo;
- Projeto de relocação e/ou ampliação de rede;
- Indicação dos tipos de postes, luminárias e transformadores a serem implantados, relocados ou substituídos;
- Estudo luminotécnico;
- Estudo comparativo entre lâmpadas de vapor de sódio x lâmpadas Led (Custo de implantação, consumo e vida útil);
- Orçamento com a separação entre material de mão de obra por item.

Deverá ser desenvolvido, no que couber, de acordo com a IS-235 – Projeto de iluminação de Vias Urbanas, do DNIT.



29.2.14. Projeto de Desapropriação

O Projeto de Desapropriação serve como base para o pedido de Decreto de Utilidade Pública. Devem constar as informações referentes ao cadastro topográfico e cadastral topográficos, ao projetos Geométrico, de Drenagem e de Terraplenagem, visando a constituição da faixa de domínio projetada.

A faixa de domínio projetada deve considerar as demais disciplinas de engenharia e respeitar os "offsets" da estrada planejada.

As áreas do leito da estrada existente bem como outros logradouros públicos não deverão ser contabilizadas como áreas a serem desapropriadas, devendo ser devidamente representadas em planta.

As propriedades devem ser numeradas de forma crescente acompanhando a numeração do estaqueamento do projeto geométrico. Após a numeração, deverá constar a letra "D" para imóveis a direita do eixo existente, letra "E" para imóveis à esquerda do eixo existente e "M" para imóveis onde o eixo existente não é divisa dos imóveis, onde haverá área remanescente do mesmo imóvel nos dois lados da faixa.

Deverá ser recolhida ART para o levantamento topográfico dos imóveis e devidamente citada nas plantas do imóvel e nos memoriais. Nas plantas deverá constar o "Termo de Responsabilidade" conforme art. 213, Parágrafo 14 da lei 6.015/ 1973, alterada pela 10.931/2004.

Deverá ser criada uma peça técnica (Ficha cadastral, memorial descritivo e planta individual) para cada matrícula do registro de imóveis. As divisas dos imóveis deverão ser confirmadas e lançadas na base cadastral a partir dos documentos junto ao levantamento topográfico de divisas. Deverá acompanhar o caderno de desapropriação as cópias atualizadas das matrículas obtidas.

29.2.14.1. Opinião sobre preços de mercado imobiliário

Apresentar opinião de preço médio de mercado das terras para agricultura, pecuária e para preservação ambiental (lindeiras a área do projeto), bem como dos terrenos urbanizáveis e urbanizados.



No momento das opiniões de preço médio o trecho do projeto pode ser dividido em áreas homogêneas quanto ao uso do solo, zoneamento urbano ou proposta do agente imobiliário consultado.

Opiniões deverão ser elaboradas por escrito e de no mínimo três imobiliárias ou corretores de imóveis com CRECI visível e assinadas.

As opiniões de mercado não poderão ter mais de dois meses em relação a data da entrega definitiva do projeto.

29.2.14.2. Planta Geral e Quadro Geral

Um mosaico (planta geral de localização) deverá ser apresentada com base no Projeto Geométrico, georeferenciado em UTM/SIRGAS 2000 e escala 1:2000. Deverá mostrar no mínimo:

- Eixo, bordos, faixa de domínio, estaqueamento da estrada existente;
- Eixo, bordos, faixa de domínio, estaqueamento da estrada projetada;
- Faixa non aedificandi e as benfeitorias nela existentes;
- Benfeitorias que existam dentro da faixa de domínio projetada;
- Divisas dos imóveis e código deles;
- Posicionamento de saia de corte e aterro;
- Elementos de drenagem projetados após as saias de corte e aterro;
- Intercessões com a via;
- Hidrografia;
- Acessos a estrada; e
- Localização dos vértices da Rede de Apoio Básico.

Uma tabela resumo (planilha) que deverá conter:

- A listagem dos imóveis afetados pela desapropriação;
- Nome dos proprietários/ posseiros;
- Seu endereço;
- Telefone de contato;
- Localização do imóvel em relação ao eixo projetado (estaca inicial, final e respectivas coordenadas);
- Área a ser desapropriada (de terra e de edificações), número da matrícula/ transcrição/ identificação da escritura;



- Situação quanto ao uso (posse ou propriedade);
- Soma das áreas de terra de todos os imóveis a serem desapropriados.

29.2.14.3. Estudo Individual dos Imóveis

É formado por:

- Formulário de cadastro com informações dos imóveis e dos proprietários/posseiros: Documentação comprobatória e comprovante de residência;
- Plantas do imóvel: da área a ser desapropriada;
- Memoriais descritivo dos vértices, distâncias e confrontantes: da área desapropriada, atendendo a Lei Federal no 5.570/ 2005 e posteriores;
- Quantificação física de benfeitorias, idade, estado de conservação e acabamento.

a) Formulário de Cadastro de Imóveis e dos Proprietários/ Posseiros

O formulário de cadastro deverá possuir informações sobre a posse, uso e principalmente o domínio da propriedade das terras e benfeitorias. Tal domínio deverá ser comprovado através de cópia do registro de imóveis, escritura, contratos de compra e venda, cessão e etc. Deverão constar ainda informações sobre o imóvel referentes ao C.C.I.R, N.I.R.F. e indicador fiscal/IPTU.

O formulário de cadastro deverá conter:

- Documentação completa da Pessoa Física e/ou Jurídica (proprietários/posseiros) tal como: endereço, telefone, estado civil, situação de inventários, relação dos condôminos, regime de casamento, informações do representante legal, sociedades, contrato social atualizado, cartão CNPJ, banco, agência e número da conta bancária;
 - Existência de servidões em geral, desapropriações anteriores, tombamentos;
 - Levantamento fotográfico de terras, das benfeitorias e de outros pontos relevantes, devidamente amarrados ao eixo projetado e com respectivas coordenadas.
- Os documentos dos imóveis e dos proprietários/posseiros deverão ser fotografados ou xerocados e as matrículas dos imóveis envolvidos deverão estar atualizadas.



Planta e Memorial Descritivo serão utilizados como peças técnicas para aquisição de imóveis (registro de imóveis), e para este fim deverão ser suficientes, devendo no mínimo seguir os padrões aqui descritos.

b) Planta do Imóvel

Cada imóvel atingido, rural ou urbano, deverá possuir dois estudos do perímetro do imóvel:

- conforme a matrícula - planta individual do terreno a ser desapropriado, indicando a área efetiva desapropriada;
- conforme levantamento "in loco" - planta individual do terreno a ser desapropriado, com área efetiva à desapropriar (utilizado para áreas de posse, que não possuam planta nem memorial).

As plantas deverão possuir escala e serem apresentadas em folhas tamanho A3 ou maior, (baseado nas normativas do INCRA4).

Nas plantas individuais da área atingida pela faixa de domínio (a desapropriar), deverão aparecer as informações do Projeto Geométrico, como: estaqueamento da estrada projetada, limite com respectivas larguras de faixa domínio existente/projetada, leito/eixo antigo, marco quilométrico, hidrografia, acessos particulares, benfeitorias que sirvam de ponto notável, limites da divisa dos imóveis, eixo da estrada, segmento do trecho onde está encravado o imóvel (indicando o segmento correto – SNV/SER) e nome dos confrontantes.

Ainda, deverá indicar os vértices em coordenadas geodésicas, azimutes e distâncias em tabela na mesma folha da planta.

Para o vértice 1 de cada planta, calcular o seguinte: a convergência meridiana, a declinação magnética, sua variação anual e indicar a data deste cálculo.

Os vértices extremos deverão ter coordenadas escritas sobre a planta e também possuir a sua projeção ORTOGONAL ao eixo principal projetado da estrada, mostrando por escrito na planta a posição deste estaqueamento em projeção e a distância ortogonal do eixo até o vértice.

As benfeitorias (reprodutivas e não reprodutivas) existentes na área a desapropriar deverão estar localizadas e nominadas na planta. Indicar o DAP quando for o caso.

Página 100 de 200



As edificações e demais benfeitorias não reprodutivas, além de servidões, deverão estar localizadas em relação a projeção ortogonal ao eixo projetado.

Deverá ser seguida a formatação e demais itens solicitados pelo INCRA4, não sendo necessária a materialização dos marcos do perímetro. Deverá ser utilizado o cadastro topográfico para posicionamento das benfeitorias atingidas.

As plantas das áreas a desapropriar (em projetos que não possuam faixa de domínio preexistente) deverão iniciar na borda da estrada/rua existente, não devendo integralizar a área do leito da estrada ou logradouro público para desapropriar. Porém, deverá ser representado em planta através de traço pontilhado destacando este limite.

Caso a estrada já possua faixa de domínio, a testada das áreas a serem desapropriadas (caso atingidas pontualmente - área adjacentes) se dará sobre o limite da faixa de domínio existente, sempre indicando o eixo oficial ou de projeto.

Nas plantas deverá constar o "Termo de Responsabilidade" conforme art. 213, Parágrafo 14 da lei 6.015/ 1973 alterada pela 10.931/ 2004.

c) Memorial Descritivo

Cada imóvel atingido deverá possuir memorial descritivo das áreas a serem desapropriadas:

- Conforme a matrícula - memorial do terreno a ser desapropriado;
- No caso de posseiros, os memoriais serão conforme documentação do posseiro (escrituras/ contratos) ou levantamento "in loco" (na ausência de documentos).

Os memoriais descritivos deverão seguir o padrão de formatação do INCRA4.

A respeito do vértice inicial do memorial descritivo (0=PP) da área individual a ser desapropriada, esta deverá estar:

- sobre a divisa da área e o bordo da estrada existente (quando for o caso), no ponto onde a projeção ortogonal encontra à estaca de menor valor em relação ao eixo projetado;
- sobre o limite da faixa de domínio existente, no ponto onde a projeção ortogonal encontra à estaca de menor valor em relação ao eixo projetado;



- sobre o eixo projetado, nos casos de imóveis cortados ao meio em trechos de eixo variante ou onde a borda da estrada existente ou limite da faixa da estrada existente estão fora da faixa de domínio projetada.

Sempre deverá ser utilizado azimute e não raios de curva para definição de perímetros. Os vértices utilizados no memorial deverão ser os mesmos utilizados na planta.

No início da descrição do imóvel, deverão ser citados: as distâncias do vértice inicial ao eixo projetado (em medição ortogonal), o lado que o imóvel está em relação ao eixo projetado, nome e código da via, a coordenada que o primeiro vértice está em relação ao estaqueamento projetado e a posição (estaca + metros) onde começa a área a ser desapropriada.

Os vértices extremos sobre a testada do imóvel que possuir o maior e menor estaqueamento deverão ter a medida (estaca e metros) citada em memorial, posicionando o fim da testada em relação ao eixo projetado.

d) Quantificação Física de Benfeitorias

As edificações existentes (totalmente ou parcialmente) afetadas na área a desapropriar deverão ter suas projeções de implantação (corpo da edificação) no solo apresentadas em planta, amarradas ao estaqueamento do eixo projetado e medidas ortogonalmente entre um canto do imóvel ao eixo projetado/eixo principal da estrada.

No cadastro deverão estar relacionadas as medidas externas de área construída (coberta e com paredes) e de áreas de varanda (cobertas sem todas as paredes), indicando o tipo de acabamento da edificação.

Reflorestamento, cafezal e pomar (culturas perenes em geral) deverão ter informações como espaçamento médio, idade das plantas e o número de árvores atingidas devidamente indicadas, bem como o DAP devidamente quantificado (m³).

OBSERVAÇÃO: O projeto de desapropriação será fiscalizado pela COMEC. Quando da aprovação do mesmo, caberá a empresa projetista apresentar opiniões de mercado imobiliário e matrículas atualizadas. A data destes documentos não deverá ultrapassar 03 meses da data de aprovação do projeto.



Referência:

⁴ "Normas técnicas para georreferenciamento de imóveis rurais" 2ª edição/ revisada. 2010. In:

<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/certificacao-de-imoveis-rurais>

29.2.15. Componente Ambiental

Nesta fase, devem ser elaboradas e apresentadas as informações para o atendimento às exigências ambientais, além dos estudos ambientais elaborados para o empreendimento, que devem obedecer ao preconizado nos anexos D e E deste Termo de Referência e na IS-246 : Elaboração do Componente Ambiental dos Projetos de Engenharia Rodoviária.

A equipe responsável pela elaboração do Componente Ambiental deve interagir com todas as demais equipes para que os diferentes itens de projeto desenvolvidos atendam aos requisitos técnicos de engenharia e, ao mesmo tempo, estejam sincronizados com a proteção do meio ambiente.

Sempre que existirem alternativas de projeto, devem ser avaliados os aspectos ambientais decorrentes das mesmas a fim de justificar a alternativa selecionada sendo que, para essa, devem ser indicadas medidas mitigadoras para os eventuais impactos negativos que venham a acarretar. Os custos estimados decorrentes dessas medidas devem ser relacionados no Quadro de Quantidades para posterior avaliação e orçamento do Projeto.

O conteúdo mínimo do Componente Ambiental deverá contemplar:

- Elaboração do Diagnóstico Ambiental;
- Levantamentos de Passivos Ambientais e proposta de correção;
- Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais;
- Estabelecimento do Prognóstico Ambiental;
- Medidas de Proteção Ambiental;
- Quantificação e orçamentação.

Também deverá ser apresentado o Projeto de Proteção Ambiental, observando o disposto na Orientação Técnica OT001/2006 do Instituto Brasileiro de Auditorias de Obras Públicas, disponível em: <http://www.ibraop.org.br/orientacoes-tecnicas/>, especificamente o contido na Tabela 6.2 – Projeto de Proteção Ambiental.

Página 103 de 200



Destaca-se o necessário cuidado para as interferências com os mananciais, unidades de conservação e demais áreas ambientalmente protegidas e/ou sensíveis, para os quais devem ser previstos dispositivos de proteção e controle, com a finalidade de evitar, ou mitigar, os impactos decorrentes do empreendimento.

Nesta fase devem estar concluídos todos os documentos necessários para requerer as outorgas junto ao Instituto das Águas, além de concluído o Inventário Florestal.

Ainda, no que couber, deve ser observada a Resolução SEMA nº. 046 de 17 de junho de 2015, que estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao licenciamento ambiental e regularização ambiental de empreendimentos viários terrestres, públicos e privados, a serem cumpridos no território do Estado do Paraná.

29.2.16. Plano de Execução da Obra

Esta atividade deve ser desenvolvida segundo o que preceitua a IS-222 – Instrução de Serviço para Apresentação do Plano de Execução da Obra, do DNIT, observando-se que, no Volume 1: Relatório do Projeto e Documentos para Concorrência, deve conter texto apresentando a execução do plano e fatores condicionantes (localização do segmento viário objeto das obras, apoio logístico e condições de acesso) bem como informações relativas ao cronograma físico de execução da obra.

30.2.17. Orçamento da Obra

Ao final dos trabalhos desenvolvidos, deve ser orçada a obra, com utilização da metodologia preconizada pelo DER/PR, levando-se em consideração os custos unitários constantes do Referencial de Preços do DER/PR.

A partir dos quantitativos indicados em cada segmento homogêneo que compõe o projeto, deve ser preparado o respectivo orçamento, separadamente por segmento, para execução por lotes de obra.

Para atendimento da Lei de Desoneração, deverão ser elaborados e apresentados dois orçamentos, um com o Referencial de Preços com Desoneração e outro com o Referencial de Preços Sem desoneração, valendo o orçamento de menor valor, e a



apresentação das composições de preços dos serviços apenas do orçamento de menor valor.

Compõem o orçamento estimativo os seguintes documentos:

- Resumo do orçamento com os preços dos Grupos de Serviços com a data base do Referencial vigente do DER/PR;
- Planilha orçamentária contendo o código, descrição, unidade, quantidades e os preços unitários de todos os serviços com a data base do Referencial vigente do DER/PR;
- Composições de serviços que tenham o acréscimo do transporte de materiais;
- Composições de serviços que não constam no Referencial de Preços do DER/PR;
- Composições de serviços especializados/terceirizados;
- Deverá ser considerada brita comercial/pedreira comercial para todos os serviços.
- Declaração de liberação do direito autoral do orçamento.
- Planilha orçamentária contendo as quantidades e os preços unitários de todos os serviços com a data base do Referencial vigente do DER/PR;

Toda a documentação integrante do orçamento estimativo deverá ser encaminhada ao Gerente do Contrato para verificação e aprovação. Além das cópias impressas, deverão ser entregues arquivos em formato digital, inclusive editáveis (.XLS, .DOC, .PDF), dos documentos citados anteriormente.

a) Resumo do orçamento

Deve conter o subtotal de cada grupo do orçamento, como por exemplo: Terraplenagem, Pavimentação, Drenagem, Obras de Arte Especiais, etc. e o total do orçamento, o custo por km, m², m, etc.

b) Planilha orçamentária

Na planilha do orçamento devem constar todos os serviços a serem executados na obra, codificados e descritos conforme o Referencial de Preços do DER/PR, unidades, quantidades e preços unitários referidos a data base vigente. Os serviços não constantes no Referencial de Preços do DER/PR devem utilizar um hífen no lugar do código. Os quantitativos dos serviços devem ser colocados no quadro de quantidades com no máximo três casas decimais após a vírgula.



Os serviços devem estar separados por grupos conforme o Referencial de Preços do DER/PR.

Os ligantes betuminosos devem estar no grupo de “Ligantes Betuminosos”, e para cálculo de suas quantidades devem ser utilizados os consumos constantes nas composições de preços do DER/PR.

Terraplenagem - para os serviços de Compactação de aterros e Valetões laterais, ao codificá-los, tem que considerar o fator regional, regiões A e B definidas no mapa do Estado do Paraná, conforme Metodologia do DER/PR.

Serviços de Esc. carga e transporte de 1ª e 2ª cat. são acrescidos de 10% quando de obras na região B.

Para o serviço de Regularização e compactação do subleito, ao codificá-lo, tem que considerar o fator regional.

Para os ligantes betuminosos considerar as seguintes origens - CAP convencional, CAP com polímeros e CM-30 – REPAR – Araucária/PR. Emulsões asfálticas convencionais e com polímeros – Araucária/PR, Ponta Grossa/PR, Apucarana/PR e Marialva/PR.

Alguns serviços, como Binder, CBUQ, Reperfilagem e PMQ tem preços diferenciados considerando o volume de serviço (até 10.000t ou acima de 10.000t). Após a determinação da quantidade do serviço, o mesmo deverá ser codificado de acordo com a faixa em que se enquadra.

Devem ser utilizados os dispositivos do Álbum de Projetos Tipo do DER/PR. Caso seja utilizado algum dispositivo que não esteja contemplado no Álbum, deve ser apresentado o projeto tipo utilizado, contendo os respectivos consumos unitários e composições dos preços.

Nos bueiros tubulares devem ser quantificados em separado as escavações em 1ª, 2ª ou 3ª categorias, e o reaterro e apiloamento mecânico.

Para os drenos quantificar em separado as escavações de vala de drenagem em 1ª, 2ª ou 3ª categorias, exceto nos drenos sub-superficiais e sub-horizontais.

Os dispositivos cujos preços não estão no Referencial de Preços do DER/PR (caixa coletora, poço de visita, descidas de água, valetas de proteção com revestimento



vegetal, etc.) devem ser quantificados por insumos (concreto, formas, aço, escavação) agrupando os dispositivos de mesmo tipo e os respectivos insumos.

No caso de projetos de Galeria Celular, deve ser quantificada por insumos (concreto, formas, aço).

Os quantitativos dos serviços constantes nos orçamentos serão de responsabilidade do(s) projetista(s) da obra.

Apresentar memória de quantidade de forma clara e objetiva de forma a permitir que a COMEC identifique a origem de todos os itens de serviço.

c) Composições de Serviços Extras Referencial de Preços do DER/PR e de Serviços Especializados/Terceirizados

As composições de serviços extras deverão ser elaboradas utilizando os preços dos insumos, Encargos Sociais e BDI do Referencial de Preços do DER/PR. Caso algum insumo não conste no Referencial, o mesmo deverá ser cotado no mercado, sendo realizadas no mínimo três cotações. O custo a ser adotado será a média aritmética das cotações realizadas.

Caso seja utilizada composição de preço de outro órgão, os custos dos insumos, Encargos Sociais e BDI utilizados devem ser os do Referencial de Preços do DER/PR. Informar de que Referencial de Preços foi utilizada a composição do serviço. Não serão aceitos preços fechados sem a devida composição ou cotação.

As cotações de serviços e insumos, bem como as composições de serviços extras, são parte integrante do orçamento e deverão estar anexas ao mesmo.

Obs.: Não será necessária a apresentação de preços de serviços do Referencial de Preços que não tenham transporte a acrescentar.

d) Quadro de Distâncias médias de transporte (DMT)

Deverão ser apresentadas as distâncias médias de transporte (DMTs) para os serviços com transporte "A ACRESCER" na coluna "Transporte" conforme identificados no Referencial de Preços de Serviços.

Para o cálculo das DMTs, deverá ser utilizado o quadro modelo e a Metodologia do DER/PR.



Layout da obra com a localização das ocorrências (solos, areal, pedreira), usinas e origem dos materiais.

Deve ser apresentado no Volume do Orçamento o layout da obra com a localização das ocorrências e origem dos materiais. O(s) desenho(s) deve(m) ser claro(s) o suficiente para servir(em) de subsidio à perfeita compreensão das distâncias de transporte, contendo a origem do material com a respectiva distância até o início ou final do trecho ou outro ponto de entrada, especificando o tipo de pavimento, se pavimentado ou não pavimentado.

Previamente, o responsável pela elaboração do Orçamento, deverá entrar em contato com a COMEC para a complementação de informações sobre a Metodologia de cálculo dos preços unitários dos serviços, modelos de relatórios do Orçamento, e, sanar as dúvidas que porventura existirem. O Referencial de Preços e as Composições de Preços de Serviços estão disponíveis no site www.der.pr.gov.br.

29.2.18. Forma de Apresentação do Projeto Executivo

Finalizando a elaboração do Projeto de Engenharia, deve ser apresentado o Relatório Final do Projeto, inicialmente sob a forma de Minuta. Após a entrega da minuta do projeto, a COMEC procederá avaliações e análises.

Após a aprovação formal da minuta pela COMEC, o projeto deverá ser apresentado sob a forma de Impressão Definitiva. O Relatório Final do Projeto, composto por volumes com capa cor verde claro e letras pretas, deve ser constituído pelos volumes listados da tabela a seguir:

Volume	Título	Formato / N.º de Vias	
		Minuta	Definitiva
1	Relatório do Projeto e Documentos para Concorrência	A4/01	A4/02
2	Projeto de Execução	A1 dobrado em A3 ou A3/01(*)	A1 dobrado em A3 ou A3/02(*)
3	Memória Justificativa	A4/01	A4/02



3A	Estudos Geotécnicos e Levantamentos de Campo	A4/01	A4/02
3B	Projeto de Desapropriação**	A4/01	A4/02
3C	Notas de Serviço e Memória de Cálculo de Volumes de Terraplenagem	A4/01	A4/02
3D	Memória de Cálculo de Quantidades	A4/01	A4/02
	Outros Anexos (conforme necessidades)	A4/01	A4/02
4	Orçamento da Obra	A4/01	A4/02
5A	Componente Ambiental – Inventário Florestal	A4/01	A4/02
5B	Componente Ambiental – Documentação Para Outorga	A4/01	A4/02

(*) Formato a ser definido pelo Gerente do Contrato.

(**) As plantas dos imóveis a desapropriar podem ser encadernadas em tamanho maior que A4. Um conjunto extra, apenas com plantas e memoriais descritivos das áreas a desapropriar deve ser entregue, não encadernado, em separatas arquivada em pasta, assinadas e no tamanho de folha necessário a sua perfeita nitidez, este conjunto será o material para envio a cartório de registro de imóveis.

A apresentação deve seguir as demais especificações, no que couber, contidas nas Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários – Instruções para Apresentação de Relatórios, DNIT, Publicação IPR – 727 de 2006.

Além dos volumes acima mencionados, deve ser entregue à COMEC todos os arquivos fontes relacionados aos levantamentos de campo (textos, planilhas, bases de dados, desenhos em AutoCad, Topograph, Civil, e outros necessários para a execução do projeto) bem como aqueles que originaram os Relatórios Preliminares e Definitivo do Projeto, juntamente com suas reproduções gráficas, de modo a facilitar consultas e arquivamento digital.

Não serão aceitos arquivos gravados apenas em formato PDF, devendo os arquivos editáveis também serem incluídos no CD ou pen drive.

Todos os PDFs deverão ser entregues assinados digitalmente.

Volume 1: Relatório do Projeto e Documentos Para Concorrência

O Volume 1: Relatório do Projeto e Documentos para Concorrência deve conter uma descrição sucinta dos estudos e projetos elaborados na execução do Projeto de Engenharia e das soluções adotadas, além de fornecer os elementos necessários à



licitação das obras, tais como: Especificações, Quantitativos, Plano de Execução e demais.

Não serão aceitas réplicas da memória de justificativa.

Deve ser estruturado como segue:

a) *ÍNDICE*

Deve indicar no mínimo, a paginação de cada capítulo e de cada item e subitem do texto do relatório.

b) *APRESENTAÇÃO*

Deve fornecer no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Empresa;
- Identificação do Projeto;
- Identificação da Estrada (logradouro, segmento, trecho);
- Identificação dos Pontos Inicial e Final do Projeto (subtrecho, segmento);
- Identificação do Volume e do Relatório;
- Extensão;
- Dados Contratuais:
 - Número do Contrato;
 - Data de Assinatura;
 - Data da Ordem de Serviço;
 - Prazo Contratual.

c) *MAPA DE SITUAÇÃO*

Deve apresentar ilustração gráfica, mostrando, no mínimo, o mapa do Estado do Paraná, destacando-se a região onde se desenvolve o projeto, e o esquema do trecho ou do segmento considerado, com detalhes suficientes para caracterizar a sua situação dentro da malha viária regional. Indicar, no mínimo, os seus pontos inicial e final e outros característicos, como, por exemplo, cruzamentos com estradas federais ou estaduais e demais.



d) *RESUMO DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS*

Neste item devem ser expostas, de forma sucinta, as principais soluções propostas para o projeto. Devem ser abordadas separadamente as soluções adotadas para os diversos itens de projeto considerados.

e) *ESTUDOS*

Deve-se descrever sempre de forma sucinta, os estudos realizados e seus resultados, abordando:

- Estudos de Tráfego;
- Estudos Geológicos e Geotécnicos;
- Estudos Hidrológicos e Hidráulicos;
- Estudos Topográficos e Geodésicos;
- Estudos de Traçado.

f) *PROJETOS*

Deve-se descrever resumidamente os itens de projetos elaborados que serviram de fundamento para o estabelecimento das soluções propostas, contendo os seguintes itens:

- Projeto Geométrico;
- Projeto de Terraplenagem;
- Projeto de Drenagem e OAC;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização;
- Projeto de Paisagismo;
- Projeto de Obras Complementares;
- Projeto de Iluminação Pública;
- Projeto de Desapropriação;
- Componente Ambiental;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- Inventário Florestal;



- Plano de Execução de Obras;
- Demais intervenções necessárias e informações pertinentes que possam ser identificadas no decorrer da elaboração do projeto.

g) QUADROS DE QUANTIDADES

Devem ser apresentados os Quadros das Quantidades de Serviços previstas para todos os itens de projeto, levando-se em consideração a codificação e a itemização constantes do Referencial de Preços do DER/PR.

Deve ser apresentada memória de cálculo de quantidades de todos os serviços previstos no projeto.

h) INFORMAÇÕES DO PLANO DE EXECUÇÃO DA OBRA

Deve conter no mínimo, as seguintes informações:

- Textos apresentando a execução do plano;
- Fatores Condicionantes:
 - Localização do segmento viário objeto das obras;
 - Apoio logístico e condições de acesso.
- Cronograma de execução das obras:
 - Prazo em dias corridos;
 - Dados pluviométricos oficiais da região (SIMEPAR e demais).
- Relação do pessoal técnico necessário à execução das obras;
- Relação do equipamento mínimo para execução das obras, inclusive equipamentos de laboratório;
- Croqui do Canteiro de Obras;
- Plano de Ataque dos Serviços de Duplicação:
 - Frentes de Serviços;
 - Sequência Executiva.

i) ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇOS



Deve-se relacionar as Especificações de Serviços Rodoviários do DER/PR, aplicáveis em cada caso, e outras Especificações Particulares e/ou Complementares que forem necessárias.

j) TERMOS DE REFERÊNCIA

Deve-se apresentar as cópias dos Termos de Referência do Edital originário do projeto elaborado.

k) LISTA PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS

Deve-se apresentar a relação dos profissionais de nível superior responsáveis pela elaboração de cada um dos itens constituintes do projeto, incluindo o Engenheiro Coordenador.

Devem também ser apresentadas cópias dos Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) destes profissionais, emitidos pelo CREA, devidamente assinados e quitados.

l) TERMO DE ENCERRAMENTO

Deve conter no mínimo as seguintes informações:

- Breve identificação do respectivo do volume;
- Trecho;
- Subtrecho;
- Estaqueamento;
- Número de páginas.

Por fim, o termo de encerramento deve estar assinado digitalmente pelo Coordenador Técnico do projeto.

Volume 2: Projeto de Execução

Deve conter toda a documentação gráfica ilustrativa do projeto, assinada pelos responsáveis técnicos e, com a seguinte estrutura básica:



a) *ÍNDICE*

Deve fornecer a indicação dos capítulos que compõem o Volume 2 e a sua numeração.

b) *MAPA DE SITUAÇÃO*

Este mapa deve incluir, no mínimo:

- Mapa do Estado do Paraná, destacando-se a região onde se desenvolve o projeto;
- Croqui do trecho, com detalhes suficientes para caracterizar a sua situação dentro da malha viária regional. Indicar, no mínimo, os seus pontos inicial e final e outros característicos, como, por exemplo, cruzamentos com estradas, e demais.

c) *QUADRO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E OPERACIONAIS*

Deve fornecer as características técnicas e operacionais do subtrecho ou segmento objeto do Projeto, contendo, no mínimo: raio mínimo, extensão total em tangente, extensão total em curva, rampa máxima, extensão total em rampa máxima, VDM para o ano de abertura e para o término da vida útil, número "N" e velocidade diretriz do projeto.

d) *PROJETO GEOMÉTRICO*

Deve conter no mínimo:

- Folhas de Convenções;
- Quadro de Característica técnicas;
- Desenhos do Projeto Geométrico, em planta e perfil, nas escalas de 1:2.000 (H) e 1:200 (V) para linha geral e 1:1.000 (H) e 1:100 (V), ou 1:500 (H) e 1:50 (V), para as interseções, ou conforme determinação do Gerente do Contrato, apresentando curvas de níveis, convenções dos offsets e delimitação da faixa de domínio devidamente cotadas, localização e coordenadas dos marcos e RN's, representação das estacas e km inteiro, indicação dos rumos e alinhamentos, numeração e tabelas de curvas, interferências, cotas, superelevações, superlarguras, projeções horizontais, rampas, etc.;



- Localização em planta e em perfil das obras-de-arte correntes, dispositivos de drenagem, obras complementares e contenção e estabilização de taludes previstas e/ou existentes;
- Perfil geotécnico, incluindo os horizontes de materiais classificados como de segunda e terceira categorias, localização dos furos de sondagem e classificação HRB dos solos encontrados;
- Seções transversais tipo da plataforma, com todas as informações relevantes;
- Cadastro de todas as interferências bem como devidamente identificadas através de legenda adequada, com indicação se a rede indicada é enterrada ou aérea, da cota, dimensões e ainda singularidades que possam existir em cada rede, conforme necessidade.

e) *PROJETO DE TERRAPLENAGEM*

Deve conter no mínimo:

- Folha de convenções;
- Desenhos das diversas seções transversais tipo de terraplenagem: em corte (solo e rocha), em aterro, em tangente, em curva, banquetas, bermas de equilíbrio e outras soluções eventualmente adotadas;
- Quadro e/ou diagrama de distribuição de materiais;
- Localização e características dos locais de empréstimos;
- Localização prevista para bota-fora;
- Quadro Resumo de Terraplenagem;
- Quadro de Localização de Solos Moles;
- Diagrama de Bruckner;
- Desenhos e soluções específicas.

f) *PROJETO DE DRENAGEM E OAC*

Deve conter no mínimo:

- Folha de convenções;
- Estudo hidrológico com delimitação das microbacias;
- Em planta:
 - Projeto geométrico e topografia rebaixados;



- Todos os dispositivos de drenagem superficial locados e com linhas de chamada de início e fim do dispositivo, tipo, comprimento, indicação do sentido da água, declividade média do segmento,
- Bueiros locados em planta contendo estaca, tipo, diâmetro, esconsidade, dispositivo de entrada e saída, referência da prancha de seção;
- Faixa de domínio compatível para atender eventuais necessidades do projeto de drenagem;
- Indicar o comprimento e o tipo de cada dispositivo projetado;
- Indicar o estaqueamento inicial e final para cada dispositivo;
- Em seção transversal:
 - Sondagens locadas, com demarcação de eventuais soluções especiais;
 - Locação da faixa de domínio;
 - Convenção diferenciada para tubo existente e tubo novo;
 - Identificação do tubo (em escala);
 - Declividade;
 - Cota de todas as geratrizes inferiores em jusante e montante;
 - Esconsidade;
 - Recobrimento;
 - Indicação de escavação de valas e dissipadores quando aplicável;
- Quadros de notas de serviço para os diversos dispositivos de drenagem superficial e profunda, contendo a localização, tipo e quantidades;
- Quadros com notas de serviço para os bueiros;
- Projetos tipo, incluindo quantidades unitárias dos materiais, para eventuais dispositivos projetados que sejam diferentes daqueles constantes do Álbum de Projetos Tipo do DER/PR.
- Memória do cálculo das quantidades.

g) **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO**

Deve conter no mínimo:

- Desenhos das seções transversais típicas das soluções de pavimentação;
- Esquema linear dos serviços constituintes das soluções de pavimentação, indicando a variação dos materiais a empregar e/ou das espessuras das camadas, ao longo do subtrecho ou segmento em projeto;

Página 116 de 200



- Inventário do estado de conservação dos segmentos pavimentados, através do qual se fará uma estimativa das falhas locais do pavimento;
- Detalhe dos encaixes e transições entre diferentes soluções de pavimentação;
- Planta de pavimentação, indicando as soluções de pavimentação, incluindo pavimentos existentes e implantação de novos pavimentos, demolições e outros serviços previstos nesse projeto;
- Croqui mostrando a localização das ocorrências de materiais existentes para pavimentação, bem como os locais aconselháveis para as instalações de apoio;
- Detalhes e localização dos segmentos que necessitarão de drenagem superficial e profunda e reparos localizados superficiais e profundos;
- Indicação das deflexões admissíveis por camada;
- Especificações e recomendações para execução do serviço;
- Desenhos complementares julgados necessários para a melhor compreensão do projeto.
- Memória do cálculo das quantidades.

h) PROJETO DE SINALIZAÇÃO

Deve conter no mínimo:

- Planta geral do trecho com base nos desenhos do Projeto Geométrico, contendo o esquema geral da sinalização prevista, tanto horizontal quanto vertical para a nova pista, vias marginais e adequação da sinalização da pista existente;
- Quadro Resumo das Placas, indicando o desenho das novas placas com o tipo e a codificação segundo o Código de Trânsito, localização e quantitativos;
- Detalhes da Sinalização Horizontal, contendo tipos de faixas e suas larguras, desenhos de zebrados e outras marcas viárias utilizadas;
- Detalhes construtivos de suportes, pórticos e demais;
- Diagramação de todas as placas projetadas;
- Quantitativos de materiais e serviços.
- Memória do cálculo das quantidades.

i) PROJETO DE PAISAGISMO

Deve conter no mínimo:



- Esquema geral do paisagismo projetado, com a caracterização das calçadas a implantar e das espécies vegetais propostas;
- Esquema do paisagismo nas interseções e acessos, com a caracterização das calçadas a implantar e espécies vegetais propostas;
- Projeto de acessibilidade;
- Plantas e detalhes construtivos;
- Notas de serviço de paisagismo;
- Memória do cálculo das quantidades.

j) **PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES**

Deve conter no mínimo:

- Planta indicando a localização dos dispositivos de obras complementares projetados e existentes;
- Diagrama e/ou tabelas contendo a localização dos dispositivos de obras complementares projetados, indicando os casos de substituição e/ou complementação de dispositivos existentes. Devem conter a localização, o tipo do dispositivo e os seus quantitativos;
- Detalhe de dispositivos diferentes daqueles constantes do Álbum de Projetos Tipo do DER/PR;
- Detalhes de possíveis contenções, podendo estes serem muros de arrimo, gabiões ou outro dispositivo necessário para contenção de aterros ou cortes;
- Memória do cálculo das quantidades.

k) **PROJETO DE ILUMINAÇÃO**

O projeto básico de iluminação pública terá como base o projeto geométrico e constará no mínimo de:

- Cadastro da situação existente;
- Cadastro das luminárias, lâmpadas, postes, transformadores e demais elementos componentes do sistema de iluminação existente;
- Indicação da localização dos postes e luminárias existentes;
- Indicação da localização dos transformadores existentes com seus respectivos números;
- Projeto de relocação e/ou ampliação de rede;



- Indicar os postes a serem implantados/trocados bem como respectivos tipos de luminária (relocados e/ou substituídos). Nos casos de implantação e/ou substituição, indicar também o tipo e peso do poste a ser instalado;
- Verificar se os postes existentes terão espaço disponível para abrigar as luminárias propostas, em função das redes de transmissão existentes (AT/BT e outros), transformadores, etc. Caso necessário, prever relocação de alguma rede e/ou troca de poste;
- Indicar os transformadores a serem implantados (relocados e/ou substituídos). No caso de implantação e/ou substituição, indicar o tipo de transformador a ser instalado;
- Verificar se os transformadores existentes suportarão o aumento de carga que o mesmo deverá receber com o aumento de potência instalada. Caso necessário, prever substituição dos transformadores.

I) *TERMO DE ENCERRAMENTO*

Deve conter no mínimo as seguintes informações:

- Breve identificação do respectivo do volume;
- Trecho;
- Subtrecho;
- Estaqueamento;
- Número de páginas.

Por fim, o termo de encerramento deve estar assinado digitalmente pelo Coordenador Técnico do projeto.

Volume 3: Memória Justificativa

Este volume deve conter toda a descrição e justificativa das soluções apresentadas no Projeto, descrevendo de forma abrangente todos os itens dos estudos e projetos realizados, incluindo suas conclusões e recomendações.

Todos os estudos de alternativas deverão ser registrados com o devido histórico e conclusões, bem como a metodologia adotada para a escolha da alternativa final.



Devem ser detalhados os critérios adotados na elaboração do projeto, os procedimentos metodológicos empregados, os cálculos efetuados e as soluções propostas para a execução das obras. Deve ser estruturado como se segue.

a) *ÍNDICE:*

Deve indicar no mínimo, a paginação de cada capítulo e de cada item e subitem do texto do relatório.

b) *APRESENTAÇÃO:*

Deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Empresa;
- Identificação do Projeto;
- Identificação da Estrada (logradouro, segmento, trecho);
- Identificação dos Pontos Inicial e Final do Projeto (subtrecho, segmento);
- Identificação do Volume e do Relatório;
- Lote de Construção;
- Extensão;
- Dados Contratuais:
 - Número do Contrato;
 - Data de Assinatura;
 - Data da Ordem de Serviço;
 - Prazo Contratual.

c) *MAPA DE SITUAÇÃO:*

Deve apresentar ilustração gráfica, mostrando a localização dos serviços, no contexto da região em estudo, incluindo croqui com indicação dos pontos de início e fim do projeto e demais pontos característicos, como cruzamentos com rodovias federais e estaduais, e demais.

d) *ESTUDOS REALIZADOS:*



Devem ser descritos e justificados, de maneira abrangente, os estudos realizados e os resultados obtidos, abordando os seguintes temas:

- Cadastro Esquemático;
- Estudos de Tráfego;
- Estudos Geológicos e Geotécnicos;
- Estudos Hidrológicos e Hidráulicos;
- Estudos Topográficos e Geodésicos;
- Estudos de Traçado.

e) *PROJETOS ELABORADOS*

Deve descrever e justificar, de maneira abrangente, os itens de projeto elaborados, incluindo suas conclusões e complementações e apresentar termo de responsabilidade técnica assinado pelos respectivos projetistas responsáveis ao final de cada um dos temas abaixo abordados:

- Projeto Geométrico;
- Projeto de Terraplenagem;
- Projeto de Drenagem e OAC;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Sinalização;
- Projeto de Paisagismo;
- Projeto de Obras Complementares;
- Projeto de Iluminação Pública;
- Projeto de Desapropriação;
- Componente Ambiental;
- Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Deve conter no mínimo as seguintes informações:

- Breve identificação do respectivo do volume;
- Trecho;
- Subtrecho;



- Estaqueamento;
- Número de páginas.

Por fim, o termo de encerramento deve estar assinado digitalmente pelo Coordenador do Projeto.

Complementando o Volume 3: Memória Justificativa, devem ser apresentados os volumes anexos descritos a seguir.

Anexo 3A: Estudos Geotécnicos e Levantamentos de Campo

Deve conter as fichas de sondagem de campo e os boletins de resultados de ensaios relativos à pesquisa dos materiais do subleito e corte dos empréstimos para terraplenagem, das fundações de aterros, estabilidade de taludes e outros que venham a ser realizados.

Também deve conter as monografias dos marcos que foram implantados, todos os dados de campo dos levantamentos topográficos, e outras informações pertinentes.

Anexo 3B: Projeto de Desapropriação

Para as propriedades que tenham sido alcançadas pelo traçado, por suas interseções ou qualquer outra melhoria prevista pelo Projeto, devem ser apresentados, no mínimo:

- Quadro resumo, contendo indicação dos proprietários, localização e áreas de terrenos e benfeitorias atingidos, abrangendo todas as desapropriações necessárias;
- Desenhos individuais das áreas a desapropriar com respectivos memoriais descritivos, identificando de forma clara o código e segmento correto da via;
- Fichas individuais quantificando e qualificando as benfeitorias;
- Levantamento fotográfico;
- Todos os demais elementos descritos no item 3.18 referente à descrição do Projeto de Desapropriação.

Anexo 3C: Notas de Serviço e Memória de Cálculo de Volumes de Terraplenagem

Deve conter as notas de serviço de terraplenagem e pavimentação necessárias à implantação do subtrecho ou segmento projetado, inclusive interseções, assim como a memória de cálculo dos volumes decorrentes dessa implantação.



Deverão ser apresentados no mínimo:

- Quadro de locação da obra com coordenadas em todas as estacas, pontos notáveis horizontal e vertical, início, fim do alinhamento, além de coordenadas de todos os narizes físicos.
- Indicação exata do nome do proprietário e dados da propriedade;
- Relatórios do Alinhamento Horizontal;
- Relatórios do Alinhamento Vertical;
- Quadro de Superelevação;
- Quadro de Superlarguras;
- Notas de Serviço de Terraplenagem;
- Notas de Serviço de Pavimentação;
- Cálculo de Volumes de Terraplenagem;
- Cálculo de Volumes de Solos Moles.

Caso não tenham sido entregues as seções transversais em meio digital, os desenhos das mesmas devem fazer parte deste volume.

Devem ser fornecidas, em meio digital, as coordenadas do eixo de projeto, bem como todos os arquivos editáveis.

Volume 3D: Memória de Cálculo de Quantidades

Deve conter as memórias de cálculo de quantidades de todas as disciplinas, isto é, de todos os serviços que compõe o orçamento, e;

- Índice;
- Apresentação;
- Mapa de Situação;
- Descrição de metodologias.

Volume 4: Orçamento da Obra

O Volume 4: Orçamento da Obra deve conter o custo de todos os serviços e obras necessários à execução do Projeto a que se refere. Deve, ainda, conter a composição (justificativa) dos preços unitários adotados para os serviços que não constem do Referencial de Preços do DER/PR.

Deve ter a seguinte estrutura:

Página 123 de 200



a) *ÍNDICE*

Deve indicar no mínimo, a paginação de cada capítulo e de cada item e subitem do texto do relatório.

b) *APRESENTAÇÃO*

Deve fornecer no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação da Empresa;
- Identificação do Projeto;
- Identificação da Estrada (logradouro, código, trecho);
- Identificação dos Pontos Inicial e Final do Projeto (subtrecho, segmento);
- Identificação do Volume e do Relatório;
- Lote de Construção;
- Extensão;
- Dados Contratuais:
 - Número do Contrato;
 - Data de Assinatura;
 - Data da Ordem de Serviço;
 - Prazo Contratual.

c) *RESUMO DO ORÇAMENTO*

Deve apresentar planilha que contenha o custo total da obra e os subtotais por grupos de serviços.

d) *DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO*

Deve ser complementado o preenchimento dos Quadros de Quantidades de Serviços com os preços unitários e subtotais para os grupos de serviços. Os grupos de serviços a considerar são aqueles constantes do Referencial de Preços do DER/PR.

A data-base a ser adotada deve ser aquela do mais recente Referencial de Preços do DER/PR.



e) *JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS ADOTADOS*

Para os itens de serviços necessários à execução das obras e que não constem no Referencial de Preços do DER/PR, ou, eventualmente, para casos em que existam particularidades que justifiquem a adoção de preços diferentes daqueles constantes do referencial, devem ser apresentadas às respectivas composições dos preços adotados.

f) *LOCALIZAÇÃO E DISTÂNCIAS DOS MATERIAIS*

Deve conter o Quadro Resumo das Distâncias de Transporte e o Diagrama de Localização das Fontes de Materiais e Instalações Industriais. Este item não é parte integrante do projeto, devendo ser entregue em volume separado ao gerente/coordenador do projeto.

g) *TERMO DE ENCERRAMENTO*

Deve conter no mínimo as seguintes informações:

- Breve identificação do respectivo do volume;
- Trecho;
- Subtrecho;
- Estaqueamento;
- Número de páginas.

Por fim, o termo de encerramento deve estar assinado digitalmente pelo Coordenador do Projeto e o responsável técnico pelo orçamento.

Volumes 5A e 5B

Conforme anexos D e E de Componente Ambiental e Resolução IBR-001/2006.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA



- Anexo A – Desapropriação – Ficha Cadastro de Campo das Áreas a desapropriar
- Anexo B – Desapropriação – Modelo Esquemático de Situação
- Anexo C – Desapropriação – Modelo de Memorial Descritivo
- Anexo D – Componente Ambiental – Inventário Florestal
- Anexo E – Componente Ambiental – Documentos para Outorga
- Anexo F – Componente Ambiental – Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC
- Anexo G – Orientação Técnica IBR 001/2006 – IBRAOP



ANEXO A - DESAPROPRIAÇÃO
CADASTRO DE CAMPO DE ÁREAS A DESAPROPRIAR

DADOS DA OBRA			
Via:	Obra:	Posição*:	Data:

* Posição do Imóvel em relação ao eixo projetado: "D" direita; "E" esquerda; "M" ambos os lados.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL					
	Estaca	Nome vizinho		Estaca	Nome vizinho
Divisa início			Divisa fim		
Tipo e número do documento do imóvel**				Nome do cartório/ tabelionato	
Inscrição no INCRA ou prefeitura				Área atingida (m²)	

** Matrícula/ transcrição/ escritura pública/ contrato público/ contrato particular/ formal de partilha/ certificado de arrematação.

DADOS DO PROPRIETÁRIO				
	Endereço			
	Telefone/ email		RG	CPF
	Nome do Cônjuge			RG CPF
	Nome	Apelido	Classif*	Est Civ**
	Endereço			
	Telefone/ email		RG	CPF
	Nome do Cônjuge			RG CPF
	Nome	Apelido	Classif*	Est Civ**
	Endereço			
	Telefone/ email		RG	CPF
	Nome do Cônjuge			RG CPF



	Nome		Apelido	Classif*	Est Civ**
	Endereço				
	Telefone/ email	RG	CPF		
	Nome do Cônjuge		RG	CPF	

* Classificação: Pr = proprietário; Po = posseiro; Ar = arrendatário; Inq = Inquilino.

** Estado Civil: C = casado; S = solteiro; D = Divorciado; Co = Concubinato; V = Viúvo.

Pessoa Jurídica	Razão Social da Empresa		Contrato Social	CNPJ
	Endereço		Telefone/ email	
	Nome representante legal		CPF	RG
	Endereço	Contato		

Contrato Social: SA = Sociedade Anônima; LTDA = Sociedade Limitada; MI = Micro empresa; Emp = Empreendedor Individual



ANEXO B – DESAPROPRIAÇÃO

MEMORIAL DESCRITIVO

(Modelo 1- Desapropriação em vias com faixa existente)

Imóvel Expropriado: Parte Destacada da Fazenda Pinhão – Matrícula 5.814

Área Efetiva Desapropriada: 2.125,77 m²

Expropriado: José da Silva

Imóvel Original: Fazenda Pinhão Município: Piarapora U.F: PR

Matrícula Originária: 5.814 INCRA/IPTU/INSC. IMOB./IND. FISCAL

Via: PR 805

Trecho: Farinhas – Nazaré

Subtrecho: Ponte do Rio Azul (km 15+100 – Distrito de Baixo (km 28+157))

Código SRE ou SNV: 805S0015EPR de _____ para _____

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P01**, de coordenadas **N 7.191.098,550m** e **E 474.590,120m**, localizado no lado esquerdo do eixo projetado, sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do segmento do trecho da rodovia conforme SRE ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), sentido HORÁRIO, a uma distância ortogonal de 20,00 da estaca 139 + 10,00 m; deste segue confrontando pelos limites da faixa de domínio com remanescente da MATRÍCULA 5.814 com os seguintes azimutes e distâncias: 32°42'33" e distância de 13,000m até o vértice **P02**, de coordenadas **N 7.191.109,480m** e **E 474.597,140m**; 121°49'11" e distância de 29,758m até o vértice **P03**, de coordenadas **N 7.191.093,790m** e **E 474.622,430m**; 121°39'49" e distância de 29,634m até o vértice **P04**, de coordenadas **N 7.191.078,240m** e **E 474.647,650m**; 121°39'37" e distância de 23,275m até o vértice **P05**, de coordenadas **N 7.191.066,020m** e **E 474.667,460m**; 32°27'16" e distância de 3,992m até o vértice **P06**, de coordenadas **N 7.191.069,390m** e **E 474.669,610m**; 122°27'16" e distância de 12,987m até o vértice **P07**, de coordenadas **N 7.191.062,420m** e **E 474.680,570m**; 212°27'16" e distância de 3,550m até o vértice **P08**, de coordenadas **N 7.191.059,430m** e **E 474.678,660m**; 122°43'07" e distância de 39,416m até o vértice **P09**, de coordenadas **N 7.191.038,120m** e **E 474.711,820m**; 124°50'08" e distância de 25,217m até o vértice **P10**, de coordenadas **N 7.191.023,720m** e **E 474.732,520m**; 215°59'19" e distância de 13,000m até o vértice **P11**, de coordenadas **N 7.191.013,200m** e **E 474.724,880m**, localizado sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805, no lado esquerdo do eixo projetado da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do segmento do trecho da rodovia conforme SRE ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), **sentido.....????**, a uma distância ortogonal de 20,00 m da estaca 147 + 10,00m; deste segue sobre os limites da faixa de domínio existente da PR 805, com os seguintes azimutes e distâncias: 305°05'10" e distância de 20,592m até o vértice **P12**, de coordenadas **N 7.191.025,030m** e **E 474.708,030m**; 303°11'22" e distância de 22,685m até o vértice **P13**, de coordenadas **N 7.191.037,450m** e **E 474.689,050m**; 301°44'36" e distância de 19,422m até o vértice **P14**, de coordenadas **N 7.191.047,670m** e **E 474.672,530m**; 301°39'37" e distância de 19,475m até o vértice **P15**, de coordenadas **N 7.191.057,890m** e **E 474.655,950m**; 301°39'37" e distância de 20,787m

Página 129 de 200

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar | 80.530-140 | Curitiba I Paraná | (41) 3320-6900 | www.comec.pr.gov.br



até o vértice **P16**, de coordenadas **N 7.191.068,800m** e **E 474.638,260m**; 301°39'37" e distância de 14,428m até o vértice **P17**, de coordenadas **N 7.191.076,380m** e **E 474.625,980m**; 301°39'37" e distância de 13,569m até o vértice **P18**, de coordenadas **N 7.191.083,500m** e **E 474.614,430m**; e 301°39'37" e distância de 14,893m até o vértice **P19**, de coordenadas **N 7.191.091,320m** e **E 474.601,750m**; 301°51'34" e distância de 13,699m até o vértice **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área superficial de **2.125,77 m²**.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51 WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

, 06/07/2017

Responsável Técnico:

- CREA:

ART

OBS: O quadrilátero do perímetro deverá ser fechado. O sentido deverá ser horário. Não se confundir com sentido de trecho.



MEMORIAL DESCRITIVO

(Modelo 2- Desapropriação em vias com faixa existente)

Imóvel Expropriado: Parte Destacada da Fazenda Pinhão – Matrícula 3.525

Área Efetiva Desapropriada: 689,65 m²

Expropriado: José da Silva

Imóvel Original: Fazenda Pinhão Município: Piarapora U.F: PR

Matrícula Originária: 5.814 INCRA/IPTU/INSC. IMOB./IND. FISCAL

Via: PR 805

Trecho: Farinhas – Nazaré

Subtrecho: Ponte do Rio Azul (km 15+100 – Distrito de Baixo (km 28+157))

Código SRE ou SNV: 805S0015EPR de _____ para _____

ÁREA DESAPROPRIADA 1: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P01**, de coordenadas **N 7.191.022,308m** e **E 474.637,379m**, localizado no lado direito do eixo projetado, sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do segmento do trecho da rodovia conforme SRE ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), sentido HORÁRIO, a uma distância ortogonal de 20,00 m da estaca 143 + 11,65 m; deste segue sobre os limites da faixa de domínio existente da PR 805 com os seguintes azimutes e distâncias: 121°39'37" e distância de 15,975m até o vértice **P02**, de coordenadas **N 7.191.013,923m** e **E 474.650,977m**, localizado sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805, lado direito do eixo projetado da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do segmento do trecho da rodovia conforme SRE ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), **sentido.....**, a uma distância ortogonal de 20,00 m da estaca 144 + 7,61 m; deste segue confrontando com remanescente da MATRÍCULA 3.525 com os seguintes azimutes e distâncias: 212°27'16" e distância de 15,000m até o vértice **P03**, de coordenadas **N 7.191.001,265m** e **E 474.642,927m**; e 301°39'37" e distância de 15,975m até o vértice **P04**, de coordenadas **N 7.191.009,650m** e **E 474.629,330m**; 32°27'16" e distância de 15,000m até o vértice **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área superficial de **239,60 m²**.

ÁREA DESAPROPRIADA 2: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P01**, de coordenadas **N 7.190.925,510m** e **E 474.771,830m**, localizado no lado direito do eixo projetado, sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do subtrecho conforme SER ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), sentido HORÁRIO., a uma distância ortogonal de 20,00 m da estaca 152 + 0,00 m; deste segue sobre os limites da faixa de domínio existente da PR 805 com os seguintes azimutes e distâncias, 128°35'16" e distância de 49,248m até o vértice **P02**, de coordenadas **N 7.190.894,800m** e **E 474.810,320m**; 128°35'32" e distância de 8,688m até o vértice **P03**, de coordenadas **N 7.190.889,380m** e **E 474.817,110m**; 128°49'14" e distância de 7,606m até o vértice **P04**, de coordenadas **N 7.190.884,610m** e **E 474.823,040m**; 129°20'29" e distância de 10,060m até o vértice **P05**, de coordenadas **N 7.190.878,230m** e **E 474.830,820m**; 130°03'20" e distância de 6,208m até o vértice **P06**, de coordenadas **N 7.190.874,240m** e **E 474.835,570m**; 130°55'47" e distância de

Página 131 de 200



8,535m até o vértice **P07**, de coordenadas **N 7.190.868,640m** e **E 474.842,020m**; 132°05'38" e distância de 3,247m até o vértice **P08**, de coordenadas **N 7.190.866,470m** e **E 474.844,430m**, localizado sobre os limites da faixa de domínio existente da Rodovia PR-805, lado direito do eixo projetado da Rodovia PR-805 (Código e Descrição do segmento do trecho da rodovia conforme SRE ou SNV) – (Pista esquerda / direita – quando houver duplicação), sentido....., a uma distância ortogonal de 20,00 m da estaca 156 + 14,89 m;; deste segue confrontando com de Rio São João com os seguintes azimutes e distâncias: 272°47'23" e distância de 2,685m até o vértice **P09**, de coordenadas **N 7.190.866,600m** e **E 474.841,750m**; 279°04'53" e distância de 6,208m até o vértice **P10**, de coordenadas **N 7.190.867,580m** e **E 474.835,620m**; deste segue confrontando com o remanescente da MATRÍCULA 3.525 com os seguintes azimutes e distâncias: 310°55'47" e distância de 4,358m até o vértice **P11**, de coordenadas **N 7.190.870,430m** e **E 474.832,320m**; 310°03'20" e distância de 6,142m até o vértice **P12**, de coordenadas **N 7.190.874,390m** e **E 474.827,620m**; 309°20'29" e distância de 10,006m até o vértice **P13**, de coordenadas **N 7.190.880,730m** e **E 474.819,880m**; 308°49'14" e distância de 7,573m até o vértice **P14**, de coordenadas **N 7.190.885,480m** e **E 474.813,980m**; 308°35'32" e distância de 8,678m até o vértice **P15**, de coordenadas **N 7.190.890,890m** e **E 474.807,200m**; 308°35'16" e distância de 49,248m até o vértice **P16**, de coordenadas **N 7.190.921,610m** e **E 474.768,710m**; 38°35'16" e distância de 5,000m até o vértice **P01**, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo uma área superficial de **450,05 m²**.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 51 WGr**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

, 06/07/2017

Responsável Técnico:

- CREA:

ART:

OBS: O quadrilátero do perímetro deverá ser fechado. O sentido deverá ser horário. Não se confundir com sentido de trecho.

[illegible]



ANEXO D - COMPONENTE AMBIENTAL

INVENTÁRIO FLORESTAL

1. OBJETIVO

Este Termo de Referência tem por objetivo especificar os procedimentos mínimos necessários visando o serviço de Inventário Florestal.

2. JUSTIFICATIVA

Visando atender às normativas referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos viários, neste caso, à obtenção de Autorização Florestal para a implantação de pavimentação e respeitando os critérios e restrições estabelecidas nas legislações ambientais, bem como estimar os produtos florestais a serem gerados e posteriormente transportados durante a execução da obra, é apresentado o presente Termo de Referência, o qual deverá ser seguido para que os serviços relacionados ao inventário florestal possam ser considerados em conformidade.

3. O INVENTÁRIO FLORESTAL DEVERÁ:

- 3.1. Ter a denominação ou nome, endereço completo, CNPJ ou CPF, responsável técnico, número do Registro no Conselho de Classe, e telefone para contato.
- 3.2. Obedecer à legislação ambiental vigente, dentre outras, os critérios de classificação de acordo com o artigo 208 da Resolução SEMA nº. 031/1998, e a Portaria do IAP nº. 193/2006 e a Portaria MMA nº. 443/2014.
- 3.3. Conter a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do serviço realizado.
- 3.4. Apresentar o levantamento florístico e fitossociológico das espécies arbóreas existentes na área a ser cortada ou suprimida, com vistas a determinar o estágio de regeneração da vegetação e a indicação da fisionomia original, observados os parâmetros estabelecidos no art. 4º., § 2º. da Lei Federal nº. 11.428/2006, e as definições constantes das resoluções do CONAMA de que trata o caput do referido artigo, bem como estabelecido no art. 1º, inciso VIII, da Portaria do IAP nº. 193/2006.



- 3.5. Considerar para a área a ser cortada ou suprimida, a recomendação do Manual de Segurança Rodoviário do DER/PR de 1988 e da NBR 15.486/2007, que disciplina a faixa livre de obstáculos, tanto um quanto outro estabelece que o ideal seja uma faixa livre de 9,00 metros, além da linha de borda da pista. Também deve-se computar na área a ser suprimida os locais com intervenções em terraplenagem que ultrapassam esses nove metros, tais como: execução de taludes de corte e aterros, implantação de sistemas de drenagem (incluindo emissários), caixas de empréstimo de materiais, dispositivos de contenção, entre outros. Para tais locais que extrapolam os 9,00 metros, considerar os limites do offset como sendo o perímetro da área de supressão vegetal.
- 3.6. Considerar a Circunferência a Altura do Peito - CAP mínimo de 20 cm para inclusão do indivíduo na amostra.
- 3.7. Utilizar intensidade amostral de no mínimo 25% da área com vegetação.
- 3.8. Apresentar o quadro resumo com os resultados da análise estatística.
- 3.9. Nas áreas de supressão onde houver árvores isoladas ou que não caracterizem uma população florestal, deverá ser utilizado o Censo Florestal (Inventário 100%), visto que os levantamentos por amostragem só devem ser utilizados em populações com características comuns entre seus indivíduos.
- 3.10. Apresentar as estimativas dos volumes dos produtos florestais a serem obtidos com a supressão.
- 3.11. Apresentar a metodologia aplicada, incluindo a(s) fórmula(s) para as estimativas dos volumes.
- 3.12. Na fase de coleta de dados para estimativa de volume de toras, considerar o comprimento comercial mínimo de 2,5 metros e CAP mínimo de 20 cm.
 - 3.12.1. Quando se tratar de *Araucaria angustifolia*, considerar a estimativa de volume total como volume de toras, ou seja, a altura total da árvore deverá ser considerada como comprimento comercial, e o CAP mínimo de 20 cm.
- 3.13. Para quantificação do volume de lenha gerado pela supressão, considerar o diâmetro de 10 cm. Estimar também o volume gerado pelos galhos da copa, principalmente das árvores com grande volume de copa como a *Araucaria angustifolia* dentre outras.



- 3.14. Apresentar mapa de uso atual do solo georreferenciado demonstrando a poligonal da vegetação a ser suprimida, a estrada, unidades amostrais utilizadas no levantamento, faixa de domínio, rios e demais corpos d'água, áreas de preservação permanente, propriedades lindeiras.
- 3.15. Apresentar mapa com a localização do trecho rodoviário e as unidades de conservação (se houverem) num raio de entorno de 3 quilômetros a partir do perímetro da área do empreendimento.
- 3.16. Utilizar projeção UTM e datum horizontal SIRGASS 2000 na elaboração do mapa a ser entregue. Esse mapa deverá ser entregue acompanhando as vias do inventário Florestal, devendo utilizar o formato shapefile para os arquivos vetoriais e geotiff para os matriciais (raster).
- 3.17. Demarcar as unidades amostrais em campo utilizando-se de uma estaca à altura de 1,50m com a ponta superior amarela. As estacas deverão indicar os vértices da unidade amostral. Em caso de parcelas circulares a estaca terá que demonstrar o centro da amostra.
- 3.18. Apresentar "Quadro Resumo do Inventário", que deverá estar na 1ª (primeira) folha do Inventário Florestal e conter as informações básicas do empreendimento e resumindo as árvores em classificações distintas: "Espécies ameaçadas (Araucária, Imbúia, etc.), outras nativas e exóticas", conforme Tabela 1 e Quadro 1 do Anexo IV.
- 3.19. Apresentar os quadros de supressão vegetal em perímetro urbano separadamente dos quadros supressão vegetal em área rural, uma vez que as árvores localizadas em perímetro urbano são componentes da arborização urbana municipal.
- 3.20. Apresentar os quadros de supressão vegetal áreas em APP, fora de APP e área total.
- 3.21. Apresentar as estimativas do número de indivíduos a serem suprimidos divididos por classe de diâmetro, considerando a amplitude de classe de 10 cm.
- 3.22. Para os trechos localizados em perímetro urbano, apresentar para cada município afetado, os quadros do levantamento das árvores, separadamente para espécies nativas e exóticas, que contenham: o nome científico e vulgar, família botânica, origem da espécie (exótica ou nativa), circunferência à altura do peito (CAP), altura comercial (para desdobro de tora, quando houver) e altura total, os volumes separados em tora, lenha e total, as



coordenadas (UTM) de início e fim de cada área e o total da área basal e volumes, conforme Quadros 2a e 2b do Anexo V.

3.23. Apresentar “Quantitativos Gerais do Inventário”, separadamente para espécies nativas em fragmentos naturais, nativas reflorestadas e exóticas, contendo: todas as espécies classificadas (nome vulgar e científico), origem da espécie (nativas ou exóticas), número de indivíduos por espécie, área basal de cada espécie, volumes de madeira (tora, lenha e total) por espécie, total geral do número de indivíduos, da área basal e dos volumes (tora, lenha e total) do inventário, total da área a ser ocupada na faixa de domínio georreferenciada (UTM), conforme Quadros 3a e 3b do Anexo IV.

3.24. Apresentar 05 (cinco) vias impressas devidamente assinadas pelo profissional responsável técnico, e 02 (duas) vias em mídia eletrônica.

3.25. Apresentar a planilha eletrônica de cálculo utilizada para realização do inventário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de quadros e tabelas (em anexo) a serem apresentados, devem ser solicitados ao DER/PR antes do início dos serviços para evitar desconformidades na apresentação do Inventário.

O DER deve ser comunicado do início dos serviços de Inventário Florestal para que os fiscais designados possam acompanhar a realização do serviço, evitando retrabalhos posteriores.

O responsável pela elaboração do Inventário Florestal deverá possuir Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, devendo estar com certificado de regularidade válido.

Atender a Instrução Normativa IBAMA n.º 21 de 24 de dezembro de 2014, a qual institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR e, se for o caso, a Instrução Normativa IBAMA n.º 22 de 26 de dezembro de 2014.

Apresentar o inventário florestal também em mídia digital.

5. MODELOS DOS QUADROS A SEREM APRESENTADOS



Tabela 1: Resumo do Inventário

Local inventariado	: Rodovia
Extensão	:
Área inventariada:	:
Faixa de domínio	:
Relevo da região	:
Coordenada UTM de:	L 000.000,000 N 0.000.000,000
início	
Município (s)	:
Vegetação da região	: Exemplo: <i>Ombrófila Mista bastante explorada, com alguns sítios em regeneração natural, variando entre os estágios primário e secundário de desenvolvimento, áreas de pastagens, reflorestamentos comerciais, cultivo de erva-mate.</i>
Licenciamento Ambiental	: Autorização Ambiental nº....., Dispensa de Licenciamento nº..... (etc)

Quadro 1: Exemplo de Quadro Resumo das espécies nativas do Inventário

Área Total a ser ocupada na faixa de domínio (m²)		Coordenadas de início e fim				
2.222,22	UTM Leste	UTM Norte	ZONA			
Início	000.000,00	0.000.000,00	00A			
Fim	000.000,00	0.000.000,00	00A			
Nome Vulgar	Nome Científico	N	G - Área Basal (m²)	Volume Lenha (m³)	Volume Tora (m³)	Volume Total (m³)
Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	12	0,5890	2,60	1,11	3,71
Imbúia	<i>Ocotea porosa</i>	5	0,2454	1,44	0,62	2,06
Outras Nativas	<i>Diversas</i>	20	0,9817	5,77	2,47	8,25
Exóticas	<i>Diversas</i>	25	1,1214	4,56	3,12	7,68
TOTAL GERAL		xxx	xxxxx	xxxx	xxxx	xxxx
Somatória do número de árvores			Somatória de G	Somatória dos Volumes (lenha, tora, total)		



Quadro 2-a: Exemplo de Quantitativos das espécies “nativas” inventariadas na área do perímetro urbano do município

Nº da área		Coordenadas de início e fim									
1	UTM Leste	UTM Norte	ZONA	Altura Comercial (quando houver)				Altura Total			
Início	000.000,00	0.000.000,00	00A								
Fim	000.000,00	0.000.000,00	00A								
Árv	Nome Vulgar	Nome Científico	Família	Origem	DAP (cm)	HC (m)	HT (m)	G-área basal (m²)	V-lenha (m³)	V-tora (m³)	V-total (m³)
1	Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	<i>Araucariaceae</i>	Nativa	25,0	4	10	0,04909	xxxxx	xxxxx	xxxxx
2	Imbúia	<i>Ocotea porosa</i>	<i>Lauraceae</i>	Nativa	14,0	0	7	0,01539	xxxxx	xxxxx	xxxxx
3	Cedro	<i>Cedrella fissilis</i>	<i>Meliaceae</i>	Nativa	28,0	7	14	0,06158	xxxxx	xxxxx	xxxxx
.
.
.
n	xxxxxxx	xxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xxxxx	xxxx	xxx	xxx	xxxxx	xxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
TOTAL								x,xxxx	xx,xx	xx,xx	xx,xx

Quadro 2-b: Exemplo de Quantitativos das espécies “exóticas” inventariadas na área do perímetro urbano do município

Nº da área		Coordenadas de início e fim									
1	UTM Leste	UTM Norte	ZONA	Altura Comercial (quando houver)				Altura Total			
Início	000.000,00	0.000.000,00	00A								
Fim	000.000,00	0.000.000,00	00A								
Árv	Nome Vulgar	Nome Científico	Família	Origem	DAP (cm)	HC (m)	HT (m)	G-área basal (m²)	V-lenha (m³)	V-tora (m³)	V-total (m³)
1	Pinus	Pinus sp.	Pinaceae	Exótica	25,0	4	10	0,04909	xxxxx	xxxxx	xxxxx
2	Eucalipto	Eucalyptus grandis	Myrtaceae	Exótica	14,0	0	7	0,01539	xxxxx	xxxxx	xxxxx
3	Alfeneiro	Ligustrum lucidum	Oleaceae	Exótica	28,0	7	14	0,06158	xxxxx	xxxxx	xxxxx
.
.
.
n	xxxxxxx	xxxxxxxxx	xxxxxxxxx	xxxxxx	xxxx	xxx	xxx	xxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
TOTAL								x,xxxx	xx,xx	xx,xx	xx,xx



Quadro 3-a: Exemplo de Quantitativos das espécies “nativas” na área total inventariada

Área Total a ser ocupada na faixa de domínio (m²)		Coordenadas de início e fim					
2.222,22	UTM Leste	UTM Norte	ZONA				
Início	000.000,00	0.000.000,00	00A				
Fim	000.000,00	0.000.000,00	00A				
Nome Vulgar	Nome Científico	Nativa (N) Exótica (E)	N	G - Área Basal (m²)	Volume Lenha (m³)	Volume Tora (m³)	Volume Total (m³)
Pinheiro	<i>Araucaria angustifolia</i>	N	12	0,5890	2,60	1,11	3,71
Imbúia	<i>Ocotea porosa</i>	N	5	0,2454	1,44	0,62	2,06
Cedro	<i>Cedrella fissilis</i>	N	20	0,9817	5,77	2,47	8,25
.
.
.
TOTAL GERAL		xxx	xxxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
		Somatória do número de árvores		Somatória de G	Somatória dos Volumes (lenha, tora, total)		

Quadro 3-b: Exemplo de Quantitativos das espécies “exóticas” na área total inventariada

Área Total a ser ocupada na faixa de domínio (m²)		Coordenadas de início e fim					
2.222,22	UTM Leste	UTM Norte	ZONA				
Início	000.000,00	0.000.000,00	00A				
Fim	000.000,00	0.000.000,00	00A				
Nome Vulgar	Nome Científico	Nativa (N) Exótica (E)	N	G - Área Basal (m²)	Volume Lenha (m³)	Volume Tora (m³)	Volume Total (m³)
Pinus	<i>Pinus sp.</i>	E	12	0,5890	2,60	1,11	3,71
Eucalipto	<i>Eucalyptus grandis</i>	E	5	0,2454	2,06	0,00	2,06
Alfeneiro	<i>Ligustrum lucidum</i>	E	20	0,9817	5,77	2,47	8,25
.
.
.
TOTAL GERAL		xxx	xxxxx	xxxx	xxxx	xxxx	xxxx
		Somatória do número de árvores		Somatória de G	Somatória dos Volumes (lenha, tora, total)		



ANEXO E: COMPONENTE AMBIENTAL

DOCUMENTAÇÃO PARA OUTORGA

a) PROPÓSITO:

Este “documento” tem como propósito apresentar as diretrizes a serem observadas para a apresentação de documentação necessária à obtenção da Outorga de Direito junto ao Instituto das Águas do Paraná.

b) OBJETO:

Prestação de serviço para prover a COMEC de documentação necessária à obtenção de Outorga de Direito ou Declaração de Uso Independente de Outorga para as intervenções e obras em recursos hídricos projetados para a obra.

c) EMBASAMENTO LEGAL:

Os serviços objeto deste “documento” devem atender ao estabelecido na legislação e normas vigentes e especialmente aos seguintes mecanismos legais:

Decreto Estadual nº 9.957, de 23 de janeiro de 2014: dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências.

Manual Técnico de Outorga do Instituto das Águas do Paraná: dispõe sobre os procedimentos relativos ao processo de outorga.

Portaria Instituto das Águas do Paraná nº 046, de 16 de outubro de 2015: dispensa de procedimento de Outorga, o Lançamento Concentrado de Águas Pluviais previsto no manual Técnica de Outorga, aprovado pela Portaria nº. 46/2010 do Instituto das Águas do Paraná.

d) CONDIÇÕES PARA ATENDIMENTO AO OBJETO DESTES “DOCUMENTOS”:

A documentação a ser apresentada deverá atender o constante na última versão do Manual Técnico de Outorga editado pelo Instituto das Águas do Paraná, disponibilizado no site:

http://www.aguasparana.pr.gov.br/arquivos/File/manual_outorgas.pdf.

A empresa contratada deverá entregar a COMEC toda documentação em quantitativo descrito no Item 6.2.16 e 02 (duas) vias em meio digital (formato .doc e .xls) necessárias para requerer a Outorga de



Direito ou Declaração de Uso Independente de Outorga de cada intervenção ou obra em recursos hídricos.

A empresa contratada fica responsável pela correção e/ou complementação da documentação apresentada até a emissão da Outorga de Direito ou Declaração de Uso Independente de Outorga.

A COMEC fica responsável exclusivamente pelo recolhimento das taxas relativas aos procedimentos de outorga de direito junto ao Instituto das Águas do Paraná.

A COMEC fica responsável pelo protocolo da documentação de Outorga de Direito ou Declaração de Uso Independente de Outorga junto ao Instituto das Águas do Paraná.

Quando for o caso, a empresa contratada deverá obter as Anuências junto aos proprietários e Municípios, usando os modelos de Anuências para obtenção de outorga de direito constantes no MODELO A E MODELO B

e) PRAZO:

O prazo para apresentação da documentação de outorga de todos as intervenções e obras em recursos hídricos projetados é de 5 (cinco) dias úteis contados da aprovação da Minuta Final do Projeto Executivo.

f) MODELOS



MODELO A

MODELO DE ANUÊNCIA /DECLARAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL

CERTIDÃO

(Em papel timbrado da Prefeitura Municipal)

Declaramos ao **Instituto das Águas do Paraná**, autarquia vinculada à **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA**, que o Empreendimento abaixo descrito, está localizado neste Município e que o **local, o tipo de empreendimento e a atividade** estão em conformidade com a legislação municipal aplicável ao uso e ocupação do solo, conforme (nº do diploma legal pertinente) e a proteção do meio ambiente, não existindo qualquer forma de impedimento quanto à instalação/operação do(a) referido(a) empreendimento/atividade.

Esta Declaração não dispensa nem substitui a obtenção pelo empreendimento de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.

EMPREENDEDOR	Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR
CNPJ	76.669.324/0001-89
NOME DO EMPREENDIMENTO	Rodovia PR –XXX, trecho: xxxx, extensão aproximada de xxx
ATIVIDADE	Descrever Intervenção ou Obra em Recursos Hídricos
ESTACA	
PERÍMETRO	Indicar se o trecho se encontra dentro do perímetro urbano ou rural, conforme Plano Diretor aprovado pela Lei nº
MUNICÍPIO TRANSPASSADO	
TELEFONE	

Por ser verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO.

Local,de.....de 2016.

Nome, Assinatura e Carimbo do
Prefeito Municipal e/ou, por delegação,
o Secretário Municipal responsável
pelo Uso do Solo do Município.



MODELO B
MODELO DE CONCORDÂNCIA/ANUÊNCIA DO PROPRIETÁRIO
DECLARAÇÃO

(Nome), residente à rua....., nº,
complemento,
Bairro/Localidade,Município.....
.....,
telefone, abaixo assinado, DECLARA para todos os fins de
direito, a inexistência de óbices quanto à execução pelo DER/PR de intervenção ou
obra..... necessário à(ao), dentro dos limites
de minha propriedade
situada
....., desde que
obedecida a Legislação Federal, Estadual e Municipal vigente.
Por ser verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

(Local, data)

Nome:

CPF



ANEXO F – COMPONENTE AMBIENTAL

PROJETO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL - PGRCC

Tomando como base que o empreendedor tem a obrigação de gerenciar os resíduos gerados durante as obras de implantação do empreendimento, o presente Termo de Referência tem como objetivo orientar na elaboração do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, tendo como base o disposto nas Resoluções CONAMA nº 307/2002, nº 348/2004, nº 431/2011 e nº 448/2012.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1- PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome completo ou razão social:	
Nome fantasia:	
Endereço completo:	
CPF / CNPJ:	
Responsável legal:	
Telefone:	e-mail:

1.2- EMPREENDIMENTO

Empreendedor:	
Telefone:	e-mail:
Empreendimento:	
Nº da Licença Ambiental (caso aplicável):	
Endereço completo do empreendimento:	
Rua:	nº:
Bairro:	



Caracterização do processo construtivo:
Metragem total a ser construída (em m²):
Data de previsão do início e término da obra: ____/____/____ / ____ a ____/____/____

2. RESPONSÁVEIS PELO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO

2.1- ELABORAÇÃO DO PROJETO

Responsável técnico pela elaboração do PGRCC:	
Conselho de classe e nº de registro:	
Nº da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART):	
Empresa responsável:	
Endereço:	
Telefone:	e-mail:

2.2-IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Responsável técnico pela implementação do PGRCC:	
Conselho de classe e nº de registro:	
Nº da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART):	
Empresa responsável:	
Endereço:	
Telefone:	e-mail:

Deverá anexar cópia(s) da(s) ART(s) referente(s) ao gerenciamento dos resíduos.



3. CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RCD

CARACTERIZAÇÃO		QUANTIDADE (m³)		
		ETAPA DA OBRA		TOTAL
Classe	Tipo	DEMOLIÇÃO	CONSTRUÇÃO	
Classe A	Solo (terra) Volume solto			
	Componentes cerâmicos			
	Pré-moldados em concreto			
	Argamassa			
	Material asfáltico			
	Outros (especificar)			
	TOTAL Classe A			
Classe B	Plásticos			
	Papel/papelão			
	Metais			
	Vidros			
	Madeiras			
	Gesso			
	Outros (especificar)			
	TOTAL Classe B			
Classe C	Manta asfáltica			
	Massa de vidro			
	Tubos de poliuretano			
	Outros (especificar)			
	TOTAL Classe C			



Classe D	Tintas			
	Solventes			
	Óleos			
	Materiais com amianto			
	Outros (especificar)			
	TOTAL Classe D			
TOTAL (A + B + C + D)				

3.1- QUADRO RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RCD

RESÍDUO	QUANTIDADE ESTIMADA (m3)
Classe A (solo)	
Classe A (exceto solo)	
Classe B	
Classe C	
Classe D	
TOTAL	

Os RCD deverão ser previamente segregados no local da obra de acordo com a classe.

4. REUTILIZAÇÃO OU RECICLAGEM DOS RCD NA PRÓPRIA OBRA

TIPO DO RESÍDUO		PROCESSO/APLICAÇÃO	QUANTIDADE (m³)
Classe	Tipo		
Classe A	Solo (terra) Volume solto		
	Componentes cerâmicos		



	Pré-moldados em concreto		
	Argamassa		
	Material asfáltico		
	Outros (especificar)		
Classe B	Plásticos		
	Papel/papelão		
	Metais		
	Vidros		
	Madeiras		
	Outros (especificar)		

5. ACONDICIONAMENTO

TIPO DO RESÍDUO		FORMAS DE ACONDICIONAMENTO
Classe	Tipo	
Classe A	Solo (terra) Volume solto	
	Componentes cerâmicos	
	Pré-moldados em concreto	
	Argamassa	
	Material asfáltico	
	Outros (especificar)	



Classe B	Plásticos	
	Papel/papelão	
	Metais	
	Vidros	
	Madeiras	
	Gesso	
	Outros (especificar)	
Classe C	Manta asfáltica	
	Massa de vidro	
	Tubos de poliuretano	
	Outros (especificar)	
Classe D	Tintas	
	Solventes	
	Óleos	
	Materiais que contenham amianto	
	Outros materiais contaminados (especificar)	

Os RCD deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, de modo a permitir, sempre eu possível, sua reutilização ou reciclagem.



6. TRANSPORTE DOS RCD

CLASSE DO RESÍDUO	Empresa responsável pelo transporte	Nº da licença ambiental da empresa	Quantidade estimada de transporte (m³)
A (solo)			
A (exceto solo)			
B			
C			
D			

O gerador deve exigir da empresa transportadora a via do Manifesto de Transporte de Resíduos-MTR, ou documento similar, preenchido corretamente em todos os campos e constando a assinatura e carimbo de todos os envolvidos (gerador, transportador e destinação) e, preferencialmente, acompanhados de certificados de destinação de resíduos emitidos pelos receptor final.

As empresas transportadoras indicadas neste PGRCC poderão ser alteradas.

As empresas transportadoras contratadas deverão ser indicadas no Relatório de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, juntamente com os comprovantes da destinação final (MTR, notas fiscais, certificados, dentre outros) por elas emitidos.

7. DESTINAÇÃO FINAL DOS RCD



Resíduos Classe A

Local de destinação:	Licença/Autorização Ambiental nº:
Endereço:	Órgão expedidor:
Município:	Validade: ____ / ____ / ____
Indicação fiscal:	Volume estimado (m³)

Resíduos Classe B

Local de destinação:	Licença/Autorização Ambiental nº:
Endereço:	Órgão expedidor:
Município:	Validade: ____ / ____ / ____
Indicação fiscal:	Volume estimado (m³)

Resíduos Classe C

Local de destinação:	Licença/Autorização Ambiental nº:
Endereço:	Órgão expedidor:
Município:	Validade: ____ / ____ / ____
Indicação fiscal:	Volume estimado (m³)

Resíduos Classe D

Local de destinação:	Licença/Autorização Ambiental nº:
Endereço:	Órgão expedidor:
Município:	Validade: ____ / ____ / ____
Indicação fiscal:	Volume estimado (m³)



Os locais de destinação final indicados neste PGRCC poderão ser alterados e deverão ser indicados no Relatório de Gerenciamento de RCC a ser elaborado no FINAL da obra. Anexos ao Relatório deverão constar os comprovantes de destinação final (MTRs, notas fiscais, entre outros). O manejo inadequado de resíduos sólidos acarretará nas punições previstas na legislação.

8. PLANO DE CAPACITAÇÃO

O empreendedor deverá realizar ações de sensibilização e educação ambiental para os trabalhadores da construção, visando ao cumprimento das etapas previstas neste projeto.

Proprietário: _____

Responsável técnico pela elaboração do PGRCC: _____

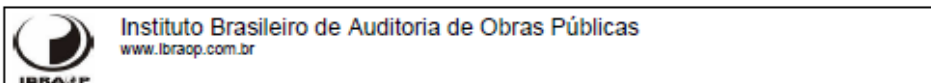
Responsável técnico pela implementação do PGRCC: _____

As informações constantes no PGRCC, bem como as respectivas atualizações, são de responsabilidade do empreendedor e responsável técnico.

Local e data



ANEXO G – OT - IBR 001/2006



ORIENTAÇÃO TÉCNICA	OT - IBR 001/2006
PROJETO BÁSICO	
Primeira edição: válida a partir de 07/11/2006	
Palavras Chave:	
Projeto Básico, obra, Administração Pública, definição.	9 páginas

SUMÁRIO

1. OBJETIVOS.....	2
2. REFERÊNCIAS.....	2
3. SIGLAS E DEFINIÇÕES.....	2
4. DEFINIÇÃO DE PROJETO BÁSICO.....	2
5. CONTEÚDO TÉCNICO.....	3
6. ELEMENTOS TÉCNICOS POR TIPO DE OBRA.....	4

PREFÁCIO

O IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas edita Orientações Técnicas, visando uniformizar o entendimento da legislação e práticas pertinentes à Auditoria de Obras Públicas.

Esta OT – IBR 001/2006 define Projeto Básico e foi elaborada com base em debates de âmbito nacional, por técnicos envolvidos diretamente com Auditoria de Obras Públicas e em consonância com a legislação e normas pertinentes.



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

1. OBJETIVOS

Esta Orientação Técnica visa uniformizar o entendimento quanto à definição de Projeto Básico especificada na Lei Federal 8.886/93 e alterações posteriores.

2. REFERÊNCIAS

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados foram especialmente considerados na edição desta Orientação Técnica, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

Lei Federal 8.886/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei Federal 6.496/77	Institui a Anotação de Responsabilidade Técnica.
Lei Federal 5.194/66	Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo.
Resolução 361/91 CONFEA	– Dispõe sobre conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

3. SIGLAS E DEFINIÇÕES

3.1 ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.2 ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.

3.3 BDI: Benefício e despesas indiretas.

3.4 CFTV: Circuito fechado de Televisão.

3.5 CONFEA: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

3.6 CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

3.7 Custo: Valor da obra, serviço ou insumo, sem a consideração de lucro e despesas indiretas.

3.8 Obra de Engenharia: Trabalho, segundo as determinações do projeto e as normas adequadas, destinado a modificar, adaptar, recuperar ou criar um bem ou que tenha como resultado qualquer transformação, preservação ou recuperação do ambiente natural.

3.9 Preço: Custo da obra, serviço ou insumo, acrescido de lucro e despesas indiretas.

4. DEFINIÇÃO DE PROJETO BÁSICO

Projeto Básico é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executado, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento.

Deve estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários para execução da obra, de forma a evitar alterações e adequações durante a elaboração do projeto executivo e realização das obras.

Todos os elementos que compõem o Projeto Básico devem ser elaborados por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, identificação do autor e sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos.



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

5. CONTEÚDO TÉCNICO

Todo Projeto Básico deve apresentar conteúdos suficientes e precisos, tais como os descritos nos itens 5.1 a 5.5, representados em elementos técnicos de acordo com a natureza, porte e complexidade da obra de engenharia.

As pranchas de desenho e demais peças deverão possuir identificação contendo:

- Denominação e local da obra;
- Nome da entidade executora;
- Tipo de projeto;
- Data;
- Nome do responsável técnico, número de registro no CREA e sua assinatura.

5.1 Desenho

Representação gráfica do objeto a ser executado, elaborada de modo a permitir sua visualização em escala adequada, demonstrando formas, dimensões, funcionamento e especificações, perfeitamente definida em plantas, cortes, elevações, esquemas e detalhes, obedecendo às normas técnicas pertinentes.

5.2 Memorial Descritivo

Descrição detalhada do objeto projetado, na forma de texto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, necessárias ao pleno entendimento do projeto, complementando as informações contidas nos desenhos referenciados no item 5.1.

5.3 Especificação Técnica

Texto no qual se fixam todas as regras e condições que se deve seguir para a execução da obra ou serviço de engenharia, caracterizando individualmente os materiais, equipamentos, elementos componentes, sistemas construtivos a serem aplicados e o modo como serão executados cada um dos serviços apontando, também, os critérios para a sua medição.

5.4 Orçamento

Avaliação do custo total da obra tendo como base preços dos insumos praticados no mercado ou valores de referência e levantamentos de quantidades de materiais e serviços obtidos a partir do conteúdo dos elementos descritos nos itens 5.1, 5.2 e 5.3, sendo inadmissíveis apropriações genéricas ou imprecisas, bem como a inclusão de materiais e serviços sem previsão de quantidades.

O Orçamento deverá ser lastreado em composições de custos unitários e expresso em planilhas de custos e serviços, referenciadas à data de sua elaboração.

O valor do BDI considerado para compor o preço total deverá ser explicitado no orçamento.

5.4.1 Planilha de Custos e Serviços

A Planilha de Custos e Serviços sintetiza o orçamento e deve conter, no mínimo:

- Discriminação de cada serviço, unidade de medida, quantidade, custo unitário e custo parcial;
- Custo total orçado, representado pela soma dos custos parciais de cada serviço e/ou material;
- Nome completo do responsável técnico, seu número de registro no CREA e assinatura.

3



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

5.4.2 Composição de Custo Unitário de Serviço

Cada Composição de Custo Unitário define o valor financeiro a ser despendido na execução do respectivo serviço e é elaborada com base em coeficientes de produtividade, de consumo e aproveitamento de insumos e seus preços coletados no mercado, devendo conter, no mínimo:

- Discriminação de cada insumo, unidade de medida, sua incidência na realização do serviço, preço unitário e custo parcial;
- Custo unitário total do serviço, representado pela soma dos custos parciais de cada insumo.

Para o caso de se utilizarem Composições de Custos de entidades especializadas, a fonte de consulta deverá ser explicitada.

5.5 Cronograma físico-financeiro

Representação gráfica do desenvolvimento dos serviços a serem executados ao longo do tempo de duração da obra demonstrando, em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.

6. ELEMENTOS TÉCNICOS POR TIPO DE OBRA

As tabelas 6.1 a 6.4 explicitam os conteúdos técnicos mencionados nos itens 5.1 a 5.3 por tipologia de obras de engenharia mais usuais, não esgotando ou limitando eventuais exigências de outros órgãos.

Tabela 6.1 - Edificações

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Levantamento Topográfico	Desenho	• Levantamento plani-altimétrico
Sondagem	Desenho	• Locação dos furos
	Memorial	• Descrição das características do solo • Perfil geológico do terreno.
Projeto Arquitetônico	Desenho	• Situação • Implantação com níveis • Plantas baixas e de cobertura • Cortes e elevações • Detalhes (que possam influir no valor do orçamento) • Indicação de elementos existentes, a demolir e a executar, em caso de reforma e/ou ampliação.
	Especificação	• Materiais, equipamentos, elementos, componentes e sistemas construtivos.
Projeto de Terraplenagem	Desenho	• Implantação com indicação dos níveis originais e dos níveis propostos; • Perfil longitudinal e seções transversais tipo com indicação da situação original e da proposta e definição de taludes e contenção de terra.
	Memorial	• Cálculo de volume de corte e aterro/Quadro Resumo Corte/Aterro
	Especificação	• Materiais de aterro
Projeto de Fundações	Desenho	• Locação, características e dimensões dos elementos de fundação.
	Memorial	• Método construtivo; • Cálculo de dimensionamento.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

Tabela 6.1 – Edificações (conclusão)

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Projeto Estrutural	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com lançamento da estrutura com cortes e elevações, se necessários.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais, componentes e sistemas construtivos.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Método construtivo • Cálculo do dimensionamento
Projeto de Instalações Hidráulicas	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação da rede de tubulação (água, esgoto, águas pluviais e drenagem), prumadas e reservatório; • Esquema de distribuição vertical.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais; • Equipamentos.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo do dimensionamento das tubulações e reservatório
Projeto de Instalações Elétricas	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação dos pontos, circuitos e tubulações; • Diagrama unifilar.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Determinação do tipo de entrada de serviço; • Cálculo do dimensionamento.
Projeto de Instalações Telefônicas	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação dos pontos e tubulações
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
Projeto de Instalações de Prevenção de Incêndio	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa indicando tubulações, prumadas, reservatório, caixas de hidrante e/ou equipamentos.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo do dimensionamento das tubulações e reservatório
Projeto de Instalações Especiais (lógicas, CFTV, alarme, detecção de fumaça)	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação dos pontos e tubulações
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
Projeto de Instalações de Ar Condicionado	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Planta baixa com marcação de dutos e equipamentos fixos (unidades condensadoras e evaporadoras)
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo do dimensionamento dos equipamentos e dos dutos
Projeto de Instalação de transporte vertical	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Equipamentos
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo
Projeto de Paisagismo	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação com níveis
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> • Espécies vegetais; • Materiais e equipamentos.



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

Tabela 6.2 – Obras Rodoviárias

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Desapropriação	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Planta cadastral individual das propriedades compreendidas total ou parcialmente na área.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento cadastral da área assinalada; Determinação do custo de desapropriação de cada unidade.
Projeto Geométrico	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Planta e perfil representando o terreno original, curvas de nível, eixo de implantação estaqueado, inclinação de rampas, largura das pistas, acostamentos, "tapers", retornos, acessos, canteiros central e laterais, indicando, também, elementos de drenagem e obras de arte. Seções transversais típicas indicando largura e inclinações das pistas, acostamentos, canteiros central e laterais.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do projeto contendo sua concepção e justificativa; Folha de convenções Notas de Serviço de Terraplenagem e Pavimentação.
Projeto de Terraplenagem	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Perfil geotécnico; Seções transversais típicas; Planta geral da situação de empréstimos e bota-foras; Plantas dos locais de empréstimo.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do projeto contendo sua concepção e justificativa; Memória Justificativa contendo cálculo estrutural e classificação dos materiais a escavar; Cálculo de volumes; Quadro e orientação de terraplenagem; Plano de Execução, contendo: relação de serviços, cronograma físico; relação de equipamento mínimo e "Layout" do canteiro de obras, posicionando as instalações, jazidas, fontes de materiais e acessos.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> Materiais; Serviços.
Projeto de Drenagem	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Plantas e desenhos-tipo dos diversos dispositivos de drenagem utilizados; Planta esquemática da localização das obras de drenagem.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do Projeto contendo: concepção, quadro de quantidades, discriminação de todos os serviços e distâncias de transporte; Justificativa das alternativas aprovadas; Plano de Execução, contendo: relação de serviços, cronograma físico; relação de equipamento mínimo e "Layout" do canteiro de obras, posicionando as instalações, jazidas, fontes de materiais e acessos.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> Materiais; Serviços.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

Tabela 6.2 – Obras Rodoviárias (continuação)

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Projeto de Pavimentação	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Seções transversais-tipo das pistas de rolamento, acostamentos, acessos e áreas de instalações para operação da rodovia; Seções transversais em tangente e em curva; Esquema longitudinal representando as soluções de pavimento adotadas ao longo da rodovia; Gráfico de distribuição dos materiais e espessuras das camadas.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do Projeto contendo: concepção, quadro de quantidades, discriminação de todos os serviços e distâncias de transporte; Justificativa das alternativas aprovadas; Memória de cálculo do dimensionamento do pavimento; Quadro resumo contendo os quantitativos e distâncias de transporte dos materiais que compõem a estrutura do pavimento; Plano de Execução, contendo: relação de serviços, cronograma físico; relação de equipamento mínimo e "Layout" do canteiro de obras, posicionando as instalações, jazidas, fontes de materiais e acessos.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> Materiais; Serviços.
Projeto de Obras de Arte Especiais	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Geometria da estrutura; Fundações; Formas e detalhes; Armaduras, protensões e detalhes; Detalhes de drenagem; Detalhes dos aparelhos de apoio e juntas de dilatação; Iluminação e sinalização.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do Projeto contendo: concepção, quadro de quantidades, discriminação de todos os serviços e distâncias de transporte; Justificativa das alternativas aprovadas; Memória de cálculo do dimensionamento da estrutura; Plano de Execução, contendo: relação de serviços, cronograma físico; relação de equipamento mínimo.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> Materiais; Serviços.
Projeto de Sinalização	Desenho	<ul style="list-style-type: none"> Planta contendo a localização e os tipos dos dispositivos de sinalização ao longo das vias; Desenhos dos dispositivos Detalhes estruturais de montagem e fixação de elementos como pórticos e placas;
	Memorial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório do Projeto contendo: concepção, quadro de quantidades, discriminação de todos os serviços Justificativa das alternativas aprovadas; Quadros resumo e notas de serviço contendo a localização, modelo, tipo e quantidade dos elementos de sinalização empregados; Plano de Execução, contendo: relação de serviços, seus custos e cronograma físico; relação de equipamento mínimo.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none"> Materiais; Serviços.

7



ORIENTAÇÃO TÉCNICA **IBRAOP OT – IBR 001/2006**

Tabela 6.2 – Obras Rodoviárias (conclusão)

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Projeto de Iluminação	Desenho	<ul style="list-style-type: none">• Planta localizando postes e redes de distribuição;• Detalhes de luminárias;• Detalhes construtivos e de interferências.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none">• Relatório do Projeto contendo: concepção, quadro de quantidades, discriminação de todos os serviços;• Memória de cálculo;
Projeto de Proteção Ambiental	Desenho	<ul style="list-style-type: none">• Esquema linear constando os locais de bota-fora, empréstimos, jazidas, pedreiras, passivo ambiental e pontos notáveis;• Detalhes de soluções;• Detalhes específicos para tratamento de jazidas, empréstimos, áreas de uso e outras.
	Memorial	<ul style="list-style-type: none">• Lista de espécies vegetais a empregar, fontes de aquisição, técnicas de plantio e de conservação;• Quadro de quantidades contendo código, discriminação das espécies e de todos os serviços e distâncias de transporte;• Justificativa do projeto;• Cálculo dos quantitativos.
	Especificação	<ul style="list-style-type: none">• Materiais;• Serviços.



ORIENTAÇÃO TÉCNICA

IBRAOP OT – IBR 001/2006

Tabela 6.3 – Pavimentação Urbana

Especialidade	Elemento	Conteúdo
Levantamento Topográfico	Desenho	• Levantamento plani-altimétrico
Projeto Geométrico	Desenho	• Planta geral • Representação planimétrica • Perfis longitudinais • Seções transversais tipo contendo, no mínimo, a largura; declividade transversal; posição dos passeios; dimensões das guias, sarjetas e canteiros centrais • Indicação de jazidas e área de bota-fora.
	Memorial	• Descritivo do projeto, incluindo condicionantes, concepção, parâmetros e interferências com equipamentos públicos.
	Especificação	• Materiais; • Serviços.
Projeto de Pavimentação	Desenho	• Planta geral • Seções transversais tipo de pavimentação, indicando as dimensões horizontais, as espessuras e características de cada camada estrutural, detalhes da pintura ou imprimação ligante.
	Memorial	• Descritivo do projeto, incluindo condicionantes, concepção, parâmetros e interferências com equipamentos públicos. • Memória de cálculo do pavimento
	Especificação	• Materiais; • Serviços.
Projeto de Drenagem	Desenho	• Planta geral • Perfil longitudinal ou planta contendo cotas altimétricas para implantação dos elementos de drenagem • Seções transversais tipo dos elementos de drenagem
	Memorial	• Descritivo do projeto, incluindo condicionantes, concepção, parâmetros e interferências com equipamentos públicos. • Memória de cálculo
	Especificação	• Materiais; • Serviços.
Projeto de Iluminação	Desenho	• Planta localizando e especificando os elementos de iluminação
	Memorial	• Memorial de cálculo do projeto
	Especificação	• Materiais; • Serviços.
Projeto de Paisagismo	Desenho	• Projeto em planta indicando a localização e discriminação das espécies; • Seções transversais quando houver terraplenagem
	Memorial	• Memorial descritivo do projeto.
	Especificação	• Materiais; • Serviços.
Projeto de Sinalização Viária	Desenho	• Projeto em planta
	Memorial	• Memorial descritivo do projeto.
	Especificação	• Materiais; • Serviços.



CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

ANEXO B - MINUTA DO CONTRATO

Página 165 de 200

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar | 80.530-140 | Curitiba I Paraná | (41) 3320-6900 | www.comec.pr.gov.br



CONTRATO Nº V1/20V1

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC E A EMPRESA V1, NA FORMA ABAIXO:

Aos V1 dias do mês de V1 do ano dois mil e V1, a **COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC**, entidade autárquica estadual, inscrito no CNPJ sob nº 76.669.324/0001-89, vinculado à **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU**, com sede nesta Capital na Av. Iguaçu nº 420, a seguir denominada COMEC, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **GILSON DE JESUS SANTOS**, nomeado pelo Decreto nº 9354 de, 19 de abril de 2018, portador da CI-RG nº 1.265.424 e do CPF sob nº 201.916.349-72, e por seu Diretor Técnico, **FELIPE CONSTANTINO**, nomeado pelo Decreto nº 9354, de 19 de abril de 2018, portador da CI-RG nº 5.326.280-5 e do CPF sob nº 014.724.769-13, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, e a empresa V1, estabelecida V1, inscrita no CNPJ sob nº V1, adiante designada CONTRATADA, neste ato representada por V1, portador da CI-RG. nº V1 e inscrito no CPF sob nº V1, atendendo ao contido no protocolado sob nº ..., que inclui autorização do Senhor Diretor Presidente para realizar a despesa, datada de....., bem como adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório pelo Diretor Presidente desta COMEC, datado de....., mediante as condições estabelecidas nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – DA LEGISLAÇÃO

Regem a presente contratação a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, as condições da Concorrência - Edital nº XXX/2020 – COMEC e aplicando-se, no que couber, demais normas em vigor que regulam à espécie.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

Desenvolvimento de estudos e serviços de engenharia para elaboração do Projeto Executivo para Pavimentação das Estradas Rurais de Ligação entre São José dos Pinhais e Mandirituba, iniciando em São José dos Pinhais na Rua Pedro Buhner, a 100 m da Rua Antônio Singer, seguindo pelas ruas Arcioto Claudino Barbosa, Domingos Benvenuto Moleta e Vereador Benvenuto Moleta, terminando no entroncamento com a Estrada Gilberto Palú, em Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, com extensão total de 26,61 km”. de acordo com o estabelecido no Termo de Referência - Anexo 01 deste Edital.

CLÁUSULA III - REGIME DE EXECUÇÃO

Página 166 de 200

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC
Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 1º andar | 80.530-140 | Curitiba I Paraná | (41) 3320-6900 | www.comec.pr.gov.br



Execução indireta na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA IV – VALOR

O valor do presente Contrato é de R\$ V1 .

CLÁUSULA V – PREÇOS

Os preços a serem pagos pelos trabalhos são os constantes da proposta comercial apresentada pela Contratada, datada de V1.

CLÁUSULA VI – MEDIÇÃO

A medição dos serviços será procedida mensalmente, conforme item 28 do Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Gerente do Contrato deve comunicar expressamente a Contratada que procedeu a medição dos serviços, informar o período e o valor para emissão da respectiva Nota Fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada deve apresentar ao Gerente do Contrato a respectiva nota fiscal pertinente aos serviços executados no período para o devido atesto, bem como “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)”, devidamente quitada, indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao INSS, relativa ao objeto.

CLÁUSULA VII – PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em até 30 (trinta) dias corridos de prazo, contados da data do atesto na respectiva Nota Fiscal, desde que a Contratada:

- a) esteja com documentação fiscal e trabalhista VÁLIDA junto ao Cadastro Unificado/Geral de Fornecedores do Estado do Paraná, no Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços, Departamento de Administração de Material – DEAM, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, sítio <http://www.comprasparana.pr.gov.br>. (Decreto nº 9.762/2013); e
- b) informe, expressamente, os dados da agência e conta corrente junto ao Banco do Brasil S/A, conforme disposto no Decreto nº 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado de acordo com o cronograma de desembolso máximo por período, conforme estabelecido no Modelo 12 do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Durante toda a vigência do contrato, sob pena de aplicação de multa e rescisão unilateral, a Contratada deve:

- a) manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Edital.



b) apresentar, mensalmente, “Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb)”, devidamente quitada, indicando o número da respectiva matrícula CEI junto ao INSS, relativa ao objeto e, sempre que solicitado, outros documentos necessários como requisito para pagamento, especialmente no que se refere a regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Constatada irregularidade fiscal no ato do pagamento a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças da COMEC imediatamente notificará a Contratada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da correspondência, efetuar a regularização do débito tributário ou apresentar defesa, ficando suspensa a liquidação do crédito em até 10 (dez) dias corridos, nos termos da Resolução Conjunta nº 003/2007-PGE/SEFA.

PARÁGRAFO QUARTO: Se a Contratada não regularizar o débito ou não apresentar defesa ou se esta for indeferida, a COMEC poderá rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo da multa.

CLÁUSULA VIII - REAJUSTAMENTO

Os preços contratuais, quando for o caso, estarão sujeitos a reajustamento, de acordo com o estabelecido no Edital, e com a variação dos seguintes índices, publicados na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas:

Consultoria: Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Obras Rodoviárias – Consultoria (coluna 39).

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando couber reajustamento, o vencimento da(s) fatura(s) dar-se-á no mesmo prazo previsto na Cláusula VII do Contrato.

CLÁUSULA IX - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – JUROS

Ocorrendo atraso no pagamento das parcelas, os valores serão atualizados monetariamente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas e acrescidos de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês *pro rata temporis*, desde o dia imediatamente posterior a data do seu vencimento até aquele de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA X – PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

A vigência do contrato terá início com a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado e perdurará até 120 (cento e vinte) dias corridos após o término do prazo previsto no parágrafo primeiro desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo para a execução dos trabalhos será de **180 (cento e oitenta)** dias corridos, contados a partir da data fixada para seu início na respectiva Ordem de

Página 168 de 200



Serviço, a ser expedida pela Diretoria Técnica da COMEC em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação do extrato do respectivo Contrato no Diário Oficial Executivo do Estado do Paraná.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para a execução dos trabalhos poderá ser prorrogado, na forma da lei.

CLÁUSULA XI – RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos de forma provisória e definitiva, atendidas as condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo 01 do Edital.

CLÁUSULA XII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços correrão, no presente exercício, pelo Projeto V1, rubrica V1, conforme documento de empenho nº V1, de V1, no valor de R\$ V1 (V1), e outros que serão emitidos oportunamente.

CLÁUSULA XIII – GARANTIA

A Contratada depositou na COMEC, o valor de R\$ V1, conforme Guia de Recolhimento nº V1, datada de V1, anexa ao processo, em atendimento ao contido no Edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de prorrogação do prazo de duração do contrato a garantia deve, igualmente, ser estendida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ocorrendo aumento no valor do ajuste, ou desconto decorrente da aplicação de multa, a garantia inicial deverá ser reforçada no mesmo percentual e nas mesmas modalidades e locais.

CLÁUSULA XIV - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada obriga-se a:

- i) Iniciar a execução dos serviços a partir da expedição da Ordem de Serviço;
- ii) Manter, na direção e responsabilidade técnica dos serviços, o profissional indicado na licitação, _____, legalmente habilitado no CREA/CAU sob nº _____, responsável técnico pelo serviços a que fica autorizado a representar a Contratada em suas relações com a Contratante em matéria de serviços técnicos de engenharia, assim como os seguintes componentes da equipe técnica _____;
- iii) A substituição dos profissionais indicados só poderá ocorrer por outro com experiência equivalente ou superior, desde que devidamente aprovado pela Contratante;
- iv) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com o edital e as normas



legais pertinentes;

vi) Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da legislação federal, estadual e municipal, cumprindo as determinações da Contratante e dos poderes públicos, mantendo o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

vii) Executar os serviços respeitando as exigências da legislação vigente;

viii) A Contratada se obriga a responder civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha direta ou indiretamente provocar por si, por seus prepostos ou por seus subcontratados, à Contratante ou a terceiros;

ix) Comunicar de imediato, por escrito, à Contratante, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique;

x) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante;

xi) Verificar o bom andamento dos serviços;

xii) Assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, civis, trabalhistas e previdenciárias, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação, nos termos do artigo 121, § 1º, da Lei Estadual nº 15.608/07 e artigo 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

xiii) Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços executados e pelo atendimento das normas incidentes sobre os mesmos, podendo, a CONTRATANTE, realizar verificações quando julgar necessário;

xiv) Corrigir, às suas expensas, todos os defeitos verificados nos serviços, inclusive os indicados pela Contratante;

xv) Manter nos serviços, a equipe técnica indicada na fase habilitatória e na proposta da licitação, suprimindo cada setor, de pessoal qualificado, em quantidade compatível com as necessidades, bem como, suprir de maior número de pessoal qualificado o setor que a Contratante julgar adequado, este último, no máximo, em até 48 (quarenta e oito) horas;

xvi) Somente substituir os membros da equipe técnica indicados na licitação, após expressa autorização da Contratante;

xvii) Reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, os serviços, objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sendo, ainda, responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados;

xviii) A Contratante deverá manter os entendimentos de serviços com a Contratada sempre por escrito, para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas, os quais deverão ser confirmados por escrito, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a partir do contato verbal, para a correção de eventuais defeitos, irregularidades ou falhas de ordem técnica constatados na execução dos serviços.

CLÁUSULA XV – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORIAIS



A Contratada cederá os direitos patrimoniais, inclusive os direitos autorais, decorrentes da realização do objeto do presente contrato, para o fim da Administração utilizá-los a seu critério, nos termos do disposto no art. 21 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no art. 111 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que lhe assista qualquer direito a indenização referente à esta cessão.

CLÁUSULA XVI – PENALIDADES

A Contratada está sujeita às penalidades previstas no item 31 do Edital pelo inadimplemento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais, as quais passam a fazer parte deste Ajuste, independente de transcrição.

CLÁUSULA XVII - RESCISÃO DO CONTRATO

Sem prejuízo das penalidades previstas, o presente contrato poderá ser rescindido sempre que ocorrer qualquer um dos motivos enumerados no artigo 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007, processando-se na forma do disposto nos artigos 130 e 131 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA XVIII - CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste Contrato serão regulados na forma estabelecida pelo Código Civil Brasileiro, Leis e Decretos em vigor.

CLÁUSULA XIX - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, (i) estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante à Contratante a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da Contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:



- I - Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;
- II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

PARÁGRAFO QUARTO: A Contratada obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país."

CLÁUSULA XX – FORO

Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste contrato, fica eleito pelos contratantes o foro da Capital do Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas presentes.

GILSON DE JESUS SANTOS
Diretor Presidente da COMEC

FELIPE CONSTANTINO
Diretor Técnico da COMEC

V1
Representante da empresa

TESTEMUNHAS:

.....



CONCORRÊNCIA N° 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

ANEXO C - MODELOS PARA PREENCHIMENTO



MODELO Nº 01
CARTA CREDENCIAL
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

O abaixo assinado (nome do responsável legal), detentor do RG nº (nº do documento) e órgão emissor, na qualidade de responsável legal pela empresa (nome da empresa), serve-se da presente, para informar a V. Sas. que o(a) Senhor(a) (nome do representante legal), RG nº _____ e órgão emissor _____, é a pessoa designada por nós para acompanhar as sessões de abertura das propostas de preço e dos documentos de habilitação, para assinar as atas e demais documentos, com poderes específicos para ratificar documentos e renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Obs.: Firma reconhecida do responsável legal pela empresa.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)



MODELO Nº 02

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(razão social da empresa)

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC – 87/2020/GMS

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Curitiba, ____ de _____ de 202__.

Representante Legal ou Procurador do Licitante

(nome e assinatura)

Obs.: Se apresentada esta declaração, juntar a cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial – período não superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da abertura da licitação –, onde conste seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE – (Decreto nº 8.703/2018).



MODELO Nº 03
MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
(papel timbrado da licitante)

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

ATESTAMOS que o Sr. _____, da empresa _____, visitou o local onde deverão ser executados futuramente os projetos objeto desta concorrência, no dia ____/____/2020, às _____ horas.

Em _____ de _____ 2020

Servidor da Diretoria Técnica



MODELO Nº 04
MODELO DE DECLARAÇÃO
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, ____ de _____ de 2021.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Eu, (inserir nome completo), portador do RG nº (inserir número), Conselho Regional de Classe nº (inserir número do registro), (inserir formação), indicado pela empresa (inserir nome da empresa) como responsável técnico da equipe alusiva a licitação em referência, declaro, que não realizei a VISITA TÉCNICA conforme as datas estipuladas no edital e que sob as penas da Lei tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assumo total responsabilidade por esse fato e que não utilizarei deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a COMEC.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável técnico)

(nome, nº do RG e representante legal pela empresa)



MODELO Nº 05
CARTA PROPOSTA

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref: CONCORRÊNCIA - EDITAL nº 05/2020/COMEC – 87/2020/GMS

Prezados Senhores,

(empresa)....., com sede na cidade de na (rua , avenida, e-mail, etc.), nº, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por(nome do responsável ou representante legal), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº abaixo assinado, propõe à COMEC a execução dos serviços de, conforme Edital em epígrafe, de acordo com o Quadro de Quantidade e Preços Unitários em anexo, e nas seguintes condições:

a) Preço Global: R\$(VALOR POR EXTENSO)

b) Mês de referência da proposta:

c) A validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data da abertura da licitação.

d) (...) Informar, sob as penas da lei, se a empresa está sujeita ao regime da Lei Complementar nº 123/2006 e, em caso afirmativo, ANEXAR à Carta Proposta:

d.1) cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, em período não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação, onde conste seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e

d.2) Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE (Decreto nº 8.703/2018).

Atenciosamente.

Nome, RG, CPF e assinatura do Resp.ou Representante Legal da empresa

Obs.: A letra “d” só deve ser assinalada e atendida pela licitante que se enquadre na categoria de microempresa ou de empresa de pequeno porte e queira se valer do regime previsto na Lei Complementar nº 123/2006..

Página 178 de 200

MODELO Nº 06
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
(papel timbrado da licitante)

__(Local)__, ____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC – 87/2020/GMS

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S^{as} nossa proposta técnica, relativa à execução do objeto da licitação em epígrafe, informação sobre o prazo de validade desta proposta que é de (inserir o número de dias)(inserir o número de dias por extenso), contados a partir da data estabelecida no item 2 do edital e o prazo de execução do objeto não superior ao estabelecido no item 3.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO N° 07
TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME
(razão social da empresa)

__(Local)__, ____ de ____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA N° 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

O signatário da presente, o senhor ____ (inserir o nome completo) ____, representante legalmente constituído da empresa ____ (inserir o nome) ____, declara que a ____ (A Proposta Técnica / A Proposta de Preços / Os documentos de habilitação) ____, apresentada para os fins de participação na licitação em referência é de ____ (número de volumes) ____ volume(s).

O presente documento é composto de ____ (número de folhas) ____ folhas, inclusive esta, numeradas sequencialmente da folha n° ____ à folha n° ____, estando todo o conjunto devidamente rubricado.

(nome, n° do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO Nº 08
TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECORRER DO JULGAMENTO DA
FASE DE PROPOSTA TÉCNICA
(razão social da empresa)

_____(Local)____, ____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins que renuncia ao direito de recorrer da decisão da primeira fase (Proposta Técnica) da Concorrência nº 05/2020.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

- Observação:

É facultada à empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao direito de recorrer do julgamento das propostas técnicas, a qual deverá estar inserida no Envelope “01” – PROPOSTA TÉCNICA.

MODELO Nº 09 - FICHA CURRICULAR

QUADRO 01	FICHA CURRICULAR – IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR
------------------	---

NOME DO TÉCNICO	DATA DE NASCIMENTO	NACIONALIDADE	CREA Nº
-----------------	--------------------	---------------	---------

ESPECIALIZAÇÃO	INDICADO NA FUNÇÃO DE:
----------------	------------------------

INSTRUÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO, PÓS GRADUAÇÃO

N ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTO ENSINO OU ENTIDADE	LOCALIDADE	DURAÇÃO	ANO CONCLUSÃO

EXPERIÊNCIA NO SETOR RODOVIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DA OBRA OU DO ESTUDO OU PROJETO QUE PARTICIPOU	EXTENSÃO (KM)	PARTICIPAÇÃO DO TÉCNICO NA OBRA OU NO ESTUDO OU PROJETO				
		INÍCIO	FIM	FUNÇÃO	TIPO DE SERVIÇO	FIRMA RESP.

NOME DA FIRMA	ASSINATURA DO TÉCNICO	DATA
---------------	-----------------------	------

(Local e Data)

Nome, RG, ...(órgão de classe nº)... e assinatura do Técnico de nível superior, conforme Lei Federal nº 5194/66, artigos 13 e 14.

Página **182** de **200**

MODELO Nº 10

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional	Atribuição no Projeto	Formação

(Local e Data)

Nome, RG, CPF e assinatura
Responsável ou Representante Legal da empresa

MODELO Nº 11

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

QUADRO DE QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS

RODOVIA:					
TRECHO:					
EXT. (km):					
ESCOPO:					
Item	Serviço	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CONTAGENS DE TRÁFEGO				
2	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS				
3	SONDAGENS GEOTÉCNICAS				

4	ENSAIOS GEOTÉCNICOS				
5	ENSAIOS/LEVANTAMENTOS DE CAMPO				
6	ESTUDOS PRELIMINARES				
7	PROJETOS				
8	ESTUDOS AMBIENTAIS				
9	SERVIÇOS GRÁFICOS				
RESUMO:					
1	CONTAGENS DE TRÁFEGO				
2	LEVANTAMENTOS TOPOGRÁFICOS				
3	SONDAGENS GEOTÉCNICAS				
4	ENSAIOS GEOTÉCNICOS				
5	ENSAIOS/LEVANTAMENTOS DE CAMPO				



6	ESTUDOS PRELIMINARES		
7	PROJETOS		
8	ESTUDOS AMBIENTAIS		
9	SERVIÇOS GRÁFICOS		
VALOR TOTAL DO PROJETO			
VALOR POR km			
PREÇO TOTAL POR EXTENSO			

Nome, RG, CPF e assinatura
Responsável ou Representante Legal da empresa

MODELO Nº 12

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

QUADRO DEMONSTRATIVO DE CUSTOS

(razão social da empresa)

ITEM		COMEC (Máximo)	PROPONENTE
DESPESAS FISCAIS	PIS	1,65%	
	COFINS	7,60%	
	ISS	5,00%	
	TOTAL	14,25%	
	$DF = \{[1/(1-(PIS+COFINS+ISS))-1]\} =$	16,62%	
CUSTO ADMINISTRATIVO*		20,00%	
REMUNERAÇÃO DA EMPRESA		12,00%	
ENCARGOS SOCIAIS		84,04%	

REDUZIR CA P/20% CONFORME ORÇAMENTO E INCLUIR OBSERVAÇÕES

A (O) ____ (inserir nome da empresa), CNPJ nº (nº do documento), sediada ____ (endereço completo) ____, declara que as despesas fiscais e demais custos apresentados na tabela a cima estão de acordo com o seu regime fiscal e legislação vigente, inclusive Imposto Sobre Serviço – ISS referente ao município da sua sede.

(LOCAL)

(DATA)

(nome, nº do RG e assinaturas dos responsáveis legal pela empresa e pelo orçamento)

* Dispõe o enunciado extraído do Acórdão nº 2622/2013 – Plenário, do Tribunal de Contas da União: “A Taxa de BDI deve ser formada pelos componentes: administração central, riscos, seguros, garantias, despesas financeiras, remuneração do particular e tributos incidentes sobre a receita auferida pela execução da obra.

O Item Custo Administrativo devesse contemplar somente os itens destacados no texto acima.

Referência de 20% para Custo Administrativo, conforme Acórdão 598/2018-TCU.

MODELO Nº 13
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

<i>mês</i>	<i>Valor mensal (R\$)</i>	<i>Valor acumulado (R\$)</i>
01		
02		
03		
04		
05		
06		

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

(nome, nº do RG, nº do CREA e assinatura do engenheiro responsável da empresa)

MODELO Nº 14

**TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECORRER DO JULGAMENTO DA
FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS**
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para
os devidos fins que renuncia ao direito de recorrer da decisão da segunda fase
(Proposta de Preços) da Concorrência nº 05/2020.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

- Observação:

É facultada à empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao
direito de recorrer do julgamento das propostas técnicas, a qual deverá estar
inserida no Envelope “02” – PROPOSTA DE PREÇOS.

MODELO Nº 15
QUADRO RESUMO DA CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Descrição do serviço	Projeto	Contratante	Local	Data de execução (mês/ano)	Extensão do objeto do atestado (km)	Página

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO Nº 16
QUADRO RESUMO DA CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Função	Alínea	Nome	Nº da CAT	Nº do Atestado	Nº da ART	Área do objeto do atestado (Km)	Página
Coordenador	NT2a						
Projetista de Geometria (Eng. Civil ou outro profissional com habilitação legal)	NT2b						
Projetista de pavimentação (Eng. Civil ou outro profissional com habilitação legal)	NT2c						

Obs.: Deve conter o nome de todos os profissionais indicados para compor a proposta técnica.

Acrescentar linhas conforme número de atestados.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO Nº 17
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Conforme o disposto nesta licitação, declaramos que a equipe técnica contém os profissionais adiante listados, caso venhamos a vencer a referida licitação, são/é:

Nome	Formação Especialidade	Registro Profissio nal nº	Data do Registro
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO GERAL DA EQUIPE TÉCNICA			
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DOS SERVIÇOS			
PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS AMBIENTAIS			

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO Nº 18
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Eu, (inserir nome completo), portador do RG nº (inserir número), Conselho Regional de Classe nº (inserir número do registro), (inserir formação), indicado pela empresa (inserir nome da empresa) como responsável técnico da equipe alusiva a licitação em referência, declaro, sob as penas da Lei, que estarei disponível, na data da celebração do correspondente Contrato, para assumir as funções para as quais fui indicado.

(nome, nº do RG e assinatura do profissional)

MODELO Nº 19
DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
(razão social da empresa)

_____(Local)____, ____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

A (O) _____(inserir nome da empresa)_____, CNPJ nº _____(nº do documento)_____, sediada
_____ (endereço completo)_____, declara que repassa os direitos patrimoniais,
inclusive os autorais, dos serviços relativos ao objeto desta licitação, para o fim da
Administração Pública Estadual utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no
art. 21 da Lei Estadual 15.608/07 e art. 111 da Lei 8666/93 e suas alterações
posteriores, sem que lhe assista direito à indenização.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

MODELO Nº 20
CAPACIDADE FINANCEIRA (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)
(papel timbrado da licitante)

__(Local)__, ____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da empresa. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pela COMEC, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

Tipo de Índice	Valor em Reais (R\$)	Índices
$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$		
$LC = \frac{AC}{PC}$		
$E = \frac{PC + ELP}{AC + RLP + AP}$		

Onde:

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável em Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

ELP – Exigível em Longo Prazo

AP – Ativo Permanente

Observações:

Os índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e endividamento (E) devem ser apresentados com 02 (duas) casas decimais após a vírgula, independente da aproximação.

O preenchimento dos valores nas formulas apresentadas no Quadro acima é obrigatório.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

(nome, nº CRC e assinatura do contador da empresa)

Página 195 de 200

MODELO Nº 21
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
(razão social da empresa)

____ (Local) _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Concorrência, nº 05/2020, instaurado pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

MODELO Nº 22
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NO TRABALHO
E EMPREGOS DA LICITANTE
(razão social da empresa)

_____(Local)_____, _____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Para fins de participação na Concorrência nº 05/2020, declaramos, para todos os fins de direito, que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

Responsável (nome/cargo/assinatura)

Nome da Empresa

MODELO Nº 23
TERMO DE RENÚNCIA AO DIREITO DE RECORRER DO JULGAMENTO DA
FASE DE HABILITAÇÃO
(razão social da empresa)

_____(Local)____, ____ de _____ de 202__.

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins que renuncia ao direito de recorrer da decisão da terceira fase (Habilitação) da Concorrência nº 05/2020.

(nome, nº do RG e assinatura do responsável legal pela empresa)

- Observação:

É facultada à empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao direito de recorrer do julgamento das propostas técnicas, a qual deverá estar inserida no Envelope “3” – Documentos de Habilitação.

MODELO Nº 24
AUTORIZAÇÃO INCLUSÃO NA EQUIPE TÉCNICA

À Comissão Permanente de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

DECLARAÇÃO

(nome)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº, CPF nº e
CREA....., autorizo minha inclusão como
..... na equipe técnica objeto da licitação em epígrafe.

(Local e Data)

Nome, Conselho de Classe,
RG e assinatura do profissional

MODELO Nº 25
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E DE CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(razão social da empresa)

À Comissão Permanente de Licitação

CONCORRÊNCIA Nº 05/2020/COMEC - 87/2020/GMS

A(empresa)....., inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA:**

- a) que assume inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação, e ainda pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- b) que aceita integral e irretratavelmente os termos do Edital epígrafe;

(Local e Data)

Nome, RG, CPF e assinatura
Responsável ou Representante Legal da empresa

Documento: **Edital_pavimentacao_SJP_Mandiritura_publicacao.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Gilson de Jesus dos Santos** em 30/11/2020 16:55.

Inserido ao protocolo **17.001.674-2** por: **Carla Gerhardt** em: 25/11/2020 15:16.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
162cd894a16010f60fd208a55f9755dc.